



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO (CGU)
SECRETARIA EXECUTIVA**

**RELATÓRIO DE GESTÃO
EXERCÍCIO 2012**

BRASÍLIA - 2013

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO (CGU)
SECRETARIA EXECUTIVA

RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO 2012

Relatório de Gestão do exercício de 2012 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63, de 1º de setembro de 2010, da DN TCU nº 119, de 18 de janeiro de 2012, bem como com a Portaria TCU nº 150, de 03 de julho de 2012.

SUMÁRIO

SEÇÃO I.....	8
IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	8
ITEM 1 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119/2012	8
SEÇÃO II.....	16
INTRODUÇÃO.....	16
OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO	16
SEÇÃO III.....	18
DESENVOLVIMENTO	18
1.2. FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE	18
1.3. ORGANOGRAMA DA UNIDADE.....	19
1.4. MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS.....	20
1.5. MACROPROCESSOS DE APOIO.....	32
ITEM 2 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119/2012	35
2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E DE AÇÕES.....	35
2.1. PLANEJAMENTO DAS AÇÕES DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	35
2.2. ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO FRENTE AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	36
2.3. EXECUÇÃO DO PLANO DE AÇÕES E METAS.....	45
2.4. INDICADORES.....	60
ITEM 3 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119/2012	74
3. ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO –.....	74
3.1. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA.....	74
3.2. AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS.....	74
3.4. SISTEMA DE CORREIÇÃO	74
3.5. CUMPRIMENTO PELA INSTÂNCIA DE CORREIÇÃO DA PORTARIA Nº 1.043/2007 DA CGU.....	75
ITEM 4 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119/2012	75
4. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	75
4.1. INFORMAÇÕES SOBRE PROGRAMAS DO PPA DE RESPONSABILIDADE DA UJ	75
4.2. INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA DESPESA	80
ITEM 5 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119/2012	86
5. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	86
5.1. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS	86
5.2. PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	86
5.3. TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS	88
5.4. SUPRIMENTO DE FUNDOS.....	90
ITEM 6 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119/2012	93
6. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS.....	93
6.1. COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS.....	93
6.2. TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA E CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS.....	101

ITEM 7 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119/2012	103
7. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO	103
7.1 GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIOS E CONTRATADOS DE TERCEIROS	103
7.2 GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO.....	106
ITEM 8 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119/2012	109
8. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO.....	109
8.1 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI).....	109
8.2 ANÁLISE CRÍTICA	112
ITEM 9 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119/2012	112
9. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.....	112
9.1 GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS.....	112
9.2 CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA	112
ITEM 10 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119/2012	113
10. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS.....	113
10.1 DELIBERAÇÕES DO TCU E DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO	113
10.3 DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS ESTABELECIDAS NA LEI Nº 8.730/93.....	115
10.4 MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV.....	117
ITEM 11 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119/2012	117
11. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.....	117
11.1 INFORMAÇÕES SOBRE A ADOÇÃO DE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS ESTABELECIDOS PELAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO.....	117
11.2 DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	117
28 PARTE B, ITEM 16, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119/2012	123
ITEM 16. INFORMAÇÕES SOBRE AS CONTRATAÇÕES DE CONSULTORES NA MODALIDADE “PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS.....	123
28.1 CONTRATAÇÃO DE CONSULTORES NA MODALIDADE “PRODUTO”.....	123
28.2 ANÁLISE CRÍTICA.....	164
50 PARTE B, ITEM 38, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119/2012	165
ITEM 38. INFORMAÇÕES SOBRE O ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES RELACIONADAS AO TERMO DE PARCERIA, CONTEMPLANDO, ENTRE OUTROS, A FORMA DE ESCOLHA DO PARCEIRO, A EXECUÇÃO DO CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E OS RESULTADOS DA PARCERIA.	165
50.1 AVALIAÇÃO DO TERMO DE PARCERIA CELEBRADO PELA UNIDADE JURISDICIONADA.....	165
50.2 VALORES REPASSADOS EM RAZÃO DE TERMOS DE PARCEIRA FIRMADOS.....	167
50.3 ESTRUTURA DE ACOMPANHAMENTO DOS RESULTADOS DOS TERMOS DE PARCERIA FIRMADOS.....	168
50.4 AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS OBTIDOS COM A PARCERIA	170
SEÇÃO IV	171
RESULTADOS E CONCLUSÕES.....	171
ANEXO I -	172
ANEXO II.....	175
ANEXO III	183

ANEXO IV	185
ANEXO V	188
ANEXO VI	190
ANEXO VII	191
ANEXO VIII	193
ANEXO IX	194
ANEXO X	196
ANEXO XI	198
ANEXO XII	200

RELAÇÃO DE QUADROS

Quadro A.1.1 – Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual	8
Quadro A.3.1 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ	74
Quadro A.4.3 – Iniciativas de programa temático de responsabilidade da UJ.....	75
Quadro A.4.7 – Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ.....	80
Quadro A.4.8 – Programação de Despesas Correntes.....	81
Quadro A.4.9 – Programação de Despesas de Capital.....	81
Quadro A.4.10 – Quadro Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência.....	82
Quadro A.4.11 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	83
Quadro A.4.12 – Despesas por Modalidade de Contratação –Créditos Originários.....	83
Quadro A.4.13 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários.....	84
Quadro A.4.14 Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação.....	84
Quadro A.4.15 – Despesas Por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação.....	85
Quadro A.5.2 - Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.....	86
Quadro A.5.4 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos Três Últimos Exercícios.....	88
Quadro A.5.5 – Resumo dos Instrumentos de Transferência que vigerão em 2013 e Exercícios Seguintes..	88
Quadro A.5.6 – Resumo da Prestação de Contas sobre Transferências Concedidas pela UJ na Modalidade de Convênio, Termo de Cooperação e de Contratos de Repasse.....	89
Quadro A.5.7 - Visão Geral da Análise das Prestações de Contas de Convênios e Contratos de Repasse	90
Quadro A.5.8 – Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos (SF).....	90
Quadro A.5.10 - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador.....	91
Quadro A.5.11 – Despesas Realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica).....	92
Quadro A.5.12 - Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo “B” e CPGF).....	92
Quadro A.6.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12.....	93
Quadro A.6.2 – Situações que Reduzem a Força de Trabalho da UJ – Situação em 31/12.....	94
Quadro A.6.3 – Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro).....	95
Quadro A.6.4 – Quantidade de Servidores da UJ por Faixa Etária – Situação apurada em 31/12.....	95
Quadro A.6.5 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12.....	96
Quadro A.6.6 - Quadro de Custos de Pessoal no Exercício de Referência e nos dois Anteriores.....	97
Quadro A.6.7 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro.....	97
Quadro A.6.8 - Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12.....	97
Quadro A.6.9 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007).....	98
Quadro A.6.10 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007).....	98
Quadro A.6.11 – Regularidade do Cadastro dos Atos no Sisac.....	99
Quadro A.6.12 – Atos sujeitos à remessa física ao TCU (Art. 14 da IN TCU 55/2007).....	99
Quadro A.6.13 – Atuação do OCI sobre os atos submetidos a registro.....	100

Quadro A.6.14 – Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da unidade jurisdicionada	101
Quadro A.6.17 - Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva.....	102
Quadro A.6.18 - Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra.....	102
Quadro A.6.19 - Composição do Quadro de Estagiários.....	102
Quadro A.7.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União.....	106
Quadro A.7.2 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros.....	107
Quadro A.7.3 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ.....	108
Quadro A.8.1 – Gestão da Tecnologia da Informação da Unidade Jurisdicionada.....	109
Quadro A.9.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.....	112
Quadro A.9.2 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água.....	112
Quadro A.10.1 - Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício.....	113
Quadro A.10.2 - Situação das Deliberações do TCU que Permanecem Pendentes de Atendimento no exercício.....	114
Quadro A.10.3 - Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI.....	115
Quadro A.10.4 – Situação das Recomendações do OCI que Permanecem Pendentes de Atendimento no Exercício.....	115
Quadro A.10.5 – Demonstrativo do Cumprimento, por Autoridades e Servidores da UJ, da Obrigação de Entregar a DBR.....	116
Quadro A.10.6 – Modelo de declaração de Inserção e Atualização de Dados no SIASG e SICONV.....	117
Quadro A.11.2 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício Não refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.....	118
Quadro B.16.1 - Consultores Contratados na Modalidade “Produto” no Âmbito dos Projetos de Cooperação Técnica com Organismos Internacionais.....	123
Quadro B.38.1 – Identificação dos Termos de Parceria Vigentes no Exercício.....	165
Quadro B.38.2 – Demonstração dos Valores Mensais Repassados no Exercício em Razão de Termo de Parceria.....	167
Quadro B.38.3 – Dados agregados dos Termos de Parceria de Exercícios antecedentes ao de Referência.....	168
Quadro B.38.4 – Composição da Comissão de Avaliação do Resultado da Parceria (Art. 11, § 1º da Lei nº 9.790/99)	168
Quadro B.38.5 – Demonstrativo das Prestações de Contas Apresentadas no Exercício	169

RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO 2012**SEÇÃO I****IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA****ITEM 1 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119/2012****Quadro A.1.1 – Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual**

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Presidência da República			Código SIORG: 000026
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Secretaria-Executiva da Controladoria-Geral da União			
Denominação abreviada: SE/CGU			
Código SIORG: 052303	Código LOA: 20125		Código SIAFI: 20125
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Administração Direta			
Principal Atividade: Administração Pública em Geral			Código CNAE: 8411-6/00
Telefones/Fax de contato:	(061) 2020-7241	(061) 2020-7242	(061) 2020-7030
Endereço eletrônico: cgu@cgu.gov.br			
Página da Internet: http://www.cgu.gov.br			
Endereço Postal: Setor de Autarquias Sul, Quadra 1, Bloco A, Ed. Darcy Ribeiro, Asa Sul, Brasília-DF, CEP 70070-905.			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
<ul style="list-style-type: none"> • Decreto nº 3.591 de 06 de setembro de 2000 e suas alterações – Dispõe sobre o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e dá outras providências. • Lei nº 10.180 de 06 de fevereiro de 2001 e suas alterações - Organiza e disciplina os Sistemas de Planejamento e de Orçamento Federal, de Administração Financeira Federal, de Contabilidade Federal e de Controle Interno do Poder Executivo Federal, e dá outras providências. • Lei nº 10.683 de 28 de maio de 2003 e suas alterações – Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. • Decreto nº 5.480, de 30 de junho de 2005 e suas alterações – Dispõe sobre o Sistema de Correição do Poder Executivo Federal, e dá outras providências. • Decreto nº 5.683, de 24 de janeiro de 2006 - Aprova a Estrutura Regimental da Controladoria-Geral da União e dá outras providências. 			

- Decreto nº 7.547, de 4 de agosto de 2011 – Altera o Decreto nº 5.683/2006, que aprova a Estrutura Regimental da Controladoria-Geral da União e remaneja cargos em comissão.

Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada

- Portaria nº 111, de 04/05/2005: estabelece as regras de utilização do serviço de Correio Eletrônico da Controladoria-Geral da União.
- Portaria nº 196, de 05/07/2006: disciplina a utilização dos recursos de Tecnologia da Informação nas unidades da Controladoria-Geral da União.
- Portaria nº 570, de 11/05/2007: aprova o Regimento Interno da Controladoria-Geral da União.
- Portaria nº 1.957, de 31/12/2007: define critérios e procedimentos relativos a aquisição e distribuição de publicações periódicas e oficiais.
- Portaria nº 379, de 10/03/2008: cria a estrutura de protocolo da CGU.
- Portaria nº 527, de 11/04/2008: dispõe sobre a Política de Capacitação dos servidores em exercício na Controladoria-Geral da União e dá outras providências.
- Portaria nº 528, de 11/04/2008: institui o Programa de Fortalecimento da Gestão Pública
- Portaria nº 539, de 15/04/2008: dispõe sobre a concessão, aplicação e comprovação de suprimento de fundos na modalidade de saque.
- Portaria nº 686, de 16/05/2008: fixa os limites percentuais na modalidade de saque referente a suprimento de fundos.
- Portaria nº 1.248, de 26/08/2008: dispõe sobre o ressarcimento de despesas de fornecimento de cópias reprográficas de documentos pela CGU.
- Portaria nº 173, de 21/01/2009: regulamenta a concessão de bolsa de estudo de língua estrangeira aos servidores em exercício no Órgão Central e nas Unidades Regionais da Controladoria-Geral da União, no exercício de 2009.
- Portaria nº 571, de 18/03/2009: regulamenta a remoção por permuta, a pedido, dos servidores da CGU.
- Portaria nº 795, de 17/04/2009: define as autoridades proponentes das viagens a serviço.
- Portaria nº 1.145, de 16/06/2009: estabelece os critérios de participação dos servidores em exercício na Controladoria-Geral da União em cursos de pós-graduação.
- Portaria nº 1.473, de 29/07/2009: aprova o Regulamento Operacional do Programa de Apoio à Mãe Lactante da CGU.
- Portaria nº 2.087, de 14/10/2009: aprova a 2ª Edição do Manual de Procedimentos de Gestão Documental.
- Portaria nº 516, de 15/03/2010: institui o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS.
- Portaria nº 619, de 26/03/10: aprova procedimentos e modelos para emissão e utilização das Carteiras Funcionais, Cartões de Identificação dos Aposentados e Crachás dos Servidores Ativos em exercício nas Unidades da CGU.
- Portaria nº 894, de 05/05/2010: institui, no âmbito da Controladoria-Regional da União no Estado do Rio de Janeiro, o Núcleo de Ações de Correição – Nacor.
- Portaria nº 913, de 07/05/2010 – institui a Política de Segurança Corporativa na CGU.
- Portaria nº 1772, de 09/09/2010: altera a Portaria nº 571, de 2009, que regulamenta a remoção por permuta, a pedido, dos servidores da CGU.

- Portaria nº 1.870, de 17/09/2010: institui a assinatura dos documentos eletrônicos produzidos pela CGU, no âmbito do Sistema de Gestão Interna – SGI.
- Portaria CGU nº 1.965, de 04/10/2010: institui o Programa de Capacitação e Orientação dos Gestores Públicos Federais (Capacita).
- Portaria nº 2.400, de 03/12/2010: institui os procedimentos para organização do acervo documental oriundo das extintas Unidades de Controle Interno (ex-CISET), em especial papéis de trabalho, no âmbito da Controladoria-Geral da União (CGU).
- Portaria nº 811, de 18/04/2011: estabelece os procedimentos para recebimento de correspondências particulares dos servidores em exercício no Órgão Central da CGU em Brasília.
- Portaria nº 1.343, de 08/07/2011: Dispõe sobre o controle de entrada e saída de pessoas, bens e veículos às dependências do Edifício Sede da CGU, em Brasília.
- Portaria nº 2.749, de 30/12/2011: estabelece critérios de utilização, manutenção e controle dos serviços de telefonia móvel celular.
- Portaria nº 88, de 13/01/2012: Institui Grupo de Trabalho com o objetivo de elaborar e articular estratégias, planos e metas para a implementação da lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, no âmbito da Controladoria-Geral da União.
- Portaria nº 1023, de 17/05/2012: Cria, no âmbito da Controladoria-Geral da União, o Serviço de Informações ao Cidadão da Controladoria-Geral da União – SIC/CGU, para atender aos requerimentos de acesso à informação relativos à Lei n. 12.527, de 2011.
- Portaria nº 1.613, de 26/07/2012: Regulamenta os procedimentos relativos à disponibilização, à classificação, ao tratamento e à gestão da informação restrita e sigilosa no âmbito da CGU.

Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada

- Cartilha “Perguntas e Respostas sobre Suprimento de Fundos e Cartão de Pagamento” (SE).
- Portfolio da CGU – Apresentação das ações da Casa – Inglês e Espanhol (SE).
- Revista da CGU – Controladoria-Geral da União. 1ª à 9ª Edição. (SPCI)
- Cartilha Olho Vivo no Dinheiro Público” - Um guia para o cidadão garantir os seus direitos. (SPCI)
- Coleção Olho Vivo: Controle Social (SPCI).
- Coleção Olho Vivo: Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) (SPCI).
- Coleção Olho Vivo: Programa Bolsa Família (SPCI).
- Coleção Olho Vivo: Desenvolvimento Agrário (SPCI).
- Cartilha de Controle Social.
- Cartilha do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).
- Cartilha “O Vereador e a Fiscalização dos Recursos Públicos Municipais” (SPCI).
- Manual de Integridade Pública e Fortalecimento da Gestão (SPCI).
- Manual “A Responsabilidade Social das Empresas no Combate à Corrupção” (SPCI).
- Cartilhas dos Trabalhos Vencedores dos Concursos de Desenho e Redação da CGU (SPCI).
- Cartilha da Convenção Interamericana contra Corrupção (SPCI).
- Cartilha da Convenção da OCDE contra suborno de funcionários públicos estrangeiros em transações comerciais internacionais (SPCI).
- Cartilha da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (SPCI).
- Cartilha de Acesso à Informação Pública (SPCI).
- Sumário Executivo – Pesquisa Diagnóstico sobre Valores, Conhecimento e Cultura de Acesso à Informação Pública no Poder Executivo Federal Brasileiro (SPCI).
- Livro "Prevenção e Combate à Corrupção no Brasil - Trabalhos Premiados do 2o ao 6º Concurso de Monografias da CGU" (SPCI).
- Guia “Orientações para Implantação de Uma Unidade de Ouvidoria – rumo ao sistema participativo” (OGU).
- Guia “Orientações para Implantação da Lei de Acesso à Informação nas Ouvidorias Públicas” (OGU).
- Manual de Processo Administrativo Disciplinar (CRG).
- Apostila com Jurisprudências sobre Matéria Disciplinar (CRG).
- Apostila com Pareceres da AGU sobre Matéria Disciplinar (CRG).
- Legislação sobre Matéria Disciplinar (CRG).
- Manual do Sistema de Gestão de Processos Disciplinares (CGU-PAD/CRG).
- Manual de Inspeção Correccional (CRG).
- Guia Rápido de Inspeção (CRG).
- Relatório de Punições Expulsivas do Poder Executivo Federal (CRG).
- Guia Rápido do Sistema CGU-PAD (CRG).
- Guia eletrônico com Perguntas e Respostas Frequentes – FAQ - acerca da matéria correccional

(CRG).

- Manual de Direito Disciplinar para Empresas Estatais (CRG).
- Orientações para Implantação de Unidades de Corregedoria nos Órgãos e Entidades do Poder Executivo Federal (CRG).
- Manual para os Agentes Municipais - “Gestão de Recursos Federais” (SPCI e SFC).
- Cartilha “Entendimentos do Controle Interno Federal sobre a Gestão dos Recursos das Entidades do Sistema S” (SFC).
- Manual de Auditoria Anual de Contas (SFC), atualizado em 20/01/2012 .
- Manual de Admissões, Aposentadoria e Pensão Civil (SFC).
- Manual de Tomada de Contas Especiais (SFC).
- Manual do Sorteio (SFC).
- Manuais – Sistema Ativa (SFC).
- Manual do SAEAC - Sistema de Auxílio à Execução das Ações de Controle (SFC).
- Manual do Balanço Geral da União (SFC).
- Manual de Demandas Especiais (SFC).
- Manual - Metodologia de Planejamento para o Acompanhamento da Execução de Programas de Governo (SFC).
- Cartilha de Diárias e Passagens (SFC), edição revisada em 2012.
- Cartilha de Sistema de Registro de Preços (SFC) – última atualização em 19/07/2012.
- Cartilha de Licitações e contratos administrativos (SFC) .
- Cartilha de Contratação de Consultorias para Projetos de Cooperação Técnica Internacional (SFC).
- Cartilha de Contratação de Consultorias (SFC) – outubro de 2012.
- Relatório de Avaliação da Execução da Ação de Fiscalização da Concessão dos Serviços e da Exploração da Infraestrutura Rodoviária (SFC).
- Relatório de Avaliação da Execução do Programa de Concessão de Licenças de Importação na Secretaria de Comércio Exterior (SFC).
- Relatório de Avaliação da Execução do Programa de Construção de Cisternas para Armazenamento de Água (SFC).
- Cartilha “Viagens no âmbito dos Projetos de Cooperação” (SFC) – julho de 2012.
- Manual do e-Sic para Usuários (DSI) - 2012
- Manual do e-Sic para o SIC (DSI) - 2012
- Manual do Web Service do e-Sic (DSI) - 2012
- Manual do Web Service do Portal da Copa (DSI) – 2012

Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
20125	Controladoria-Geral da União
110174	Diretoria de Gestão Interna
110175	Coord.-Geral de Recursos Humanos/DGI/SE/CGU
110176	Coord.-Geral de Rec. Logísticos/DGI/SE/CGU
110299	CGU/BIRD/PROCONTROLE
110576	SPCI/ODP/Recursos Externos
110585	PROJETO BIRD TF 092094
110593	SPCI/ODP/Recursos Externos
170023	Cont-Regional da União no Estado do Pará
170031	Cont-Geral da União no Estado do Maranhão
170037	Cont-Regional da Uniao no Estado do Piaui
170044	Cont-Regional da Uniao no Estado do Ceara
170049	Cont-Regional da Uniao no Estado do Rio Grande do Norte
170054	Cont-Regional da Uniao no Estado da Paraíba
170063	Cont-Geral da Uniao no Estado de Pernambuco
170068	Cont-Regional da Uniao no Estado de Alagoas
170074	Cont-Regional da Uniao no Estado de Sergipe
170084	Cont-Regional da Uniao no Estado da Bahia
170099	Cont-Regional da Uniao no Estado de Minas
170105	Cont-Regional da Uniao no Estado do Espírito
170113	Cont-Regional da Uniao no Estado do Mato
170130	Cont-Regional da Uniao no Estado do Rio de Janeiro
170152	Cont-Regional da Uniao no Estado de São Paulo
170165	Cont-Regional da Uniao no Estado do Paraná

170174	Cont-Regional da Uniao no Estado de Santa Catarina
170189	Cont-Regional da Uniao no Estado do Rio Grande do Sul
170194	Cont-Geral da Uniao no Estado de Mato Grosso
170200	Cont-Regional da Uniao no Estado de Goiás
170202	Cont-Regional da Uniao no Estado de Rondônia
170206	Cont-Regional da Uniao no Estado do Acre
170212	Cont-Regional da Uniao no Estado do Amazonas
170364	Cont-Regional da Uniao no Estado do Tocantins
170365	Cont-Regional da Uniao no Estado do Amapa
170366	Cont-Geral da Uniao no Estado de Roraima
170940	Coord-Geral de Planej. e Orcamento/DGI/SE/CGU
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
00001	Tesouro
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
20125	00001
110174	00001
110175	00001
110176	00001
110299	00001
110576	00001
110585	00001
110593	00001
170023	00001
170031	00001

170037	00001
170044	00001
170049	00001
170054	00001
170063	00001
170068	00001
170074	00001
170084	00001
170099	00001
170105	00001
170113	00001
170130	00001
170152	00001
170165	00001
170174	00001
170189	00001
170194	00001
170200	00001
170202	00001
170206	00001
170212	00001
170364	00001
170365	00001
170366	00001
170940	00001

SEÇÃO II

INTRODUÇÃO

Este Relatório contempla os atos de gestão praticados pela Controladoria-Geral da União (CGU) durante o exercício de 2012, cujo detalhamento das estratégias de atuação adotadas, das atividades desenvolvidas e dos resultados atingidos está consubstanciado em sua Seção III.

O documento foi elaborado de acordo com a Decisão Normativa TCU nº 119, de 18 de janeiro de 2012, bem como com a Portaria TCU nº 150, de 3 de julho de 2012, e está estruturado em quatro seções, quais sejam: I – Informações sobre a Unidade Jurisdicionada; II - Introdução, III– Desenvolvimento; IV – Resultados e Conclusões.

Seguindo as orientações do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 119/2012, a seguir estão indicados os itens que não constam do presente documento, assim como a correspondente justificativa:

i) Parte A – Conteúdo Geral:

Item 12	OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO
Justificativa: não há conteúdo a ser declarado para o exercício em referência.	

i) Parte B - Conteúdo Específico por Unidade Jurisdicionada ou Grupo de Unidades Afins

Itens 13 a 15. Itens 17 a 37. Itens 39 a 47.
Justificativa: Não se aplicam à natureza jurídica da unidade ou a CGU não está indicada para apresentação das informações na Parte B do Anexo II da DN TCU nº 119/2012.

iii) Parte C – Unidades jurisdicionadas com Relatórios de Gestão Customizados

Justificativa: A CGU não está indicada para apresentação das informações na Parte C do Anexo II da DN TCU nº 119/2012.
--

Durante o ano de 2012, a CGU logrou êxito em várias frentes, destacando-se, principalmente:

- a implantação da Lei de Acesso a Informação no Poder Executivo Federal, como parte do objetivo 0609 – do Plano Plurianual 2012-2015, cuja iniciativa está sob a responsabilidade da CGU;
- a reestruturação do Portal da Transparência, instrumento que é referência por divulgar todas as despesas federais em base diária e que passou a apresentar novas funções e utilidades para o usuário no ano de 2012;
- o fortalecimento do controle preventivo, com ações de orientação e capacitação voltadas para as iniciativas de interação com os gestores públicos federais, de modo a promover a melhoria da gestão de recursos públicos;
- o aprimoramento dos mecanismos de responsabilização administrativa, mediante a maximização do uso dos instrumentos legais disponíveis para sancionar condutas ilícitas ou irregulares prejudiciais ao erário ou aos princípios que regem a administração pública.

Por fim, deve-se acrescentar que, durante o ano de 2012, a CGU também encontrou alguns obstáculos à plena execução de seus objetivos. Nesse sentido, as principais dificuldades decorreram da escassez crônica de recursos humanos em face da perda de servidores e da reposição insuficiente, assim como dos limites orçamentários para despesas com diárias e passagens, impostos e fatores recorrentes em relação a exercícios anteriores.

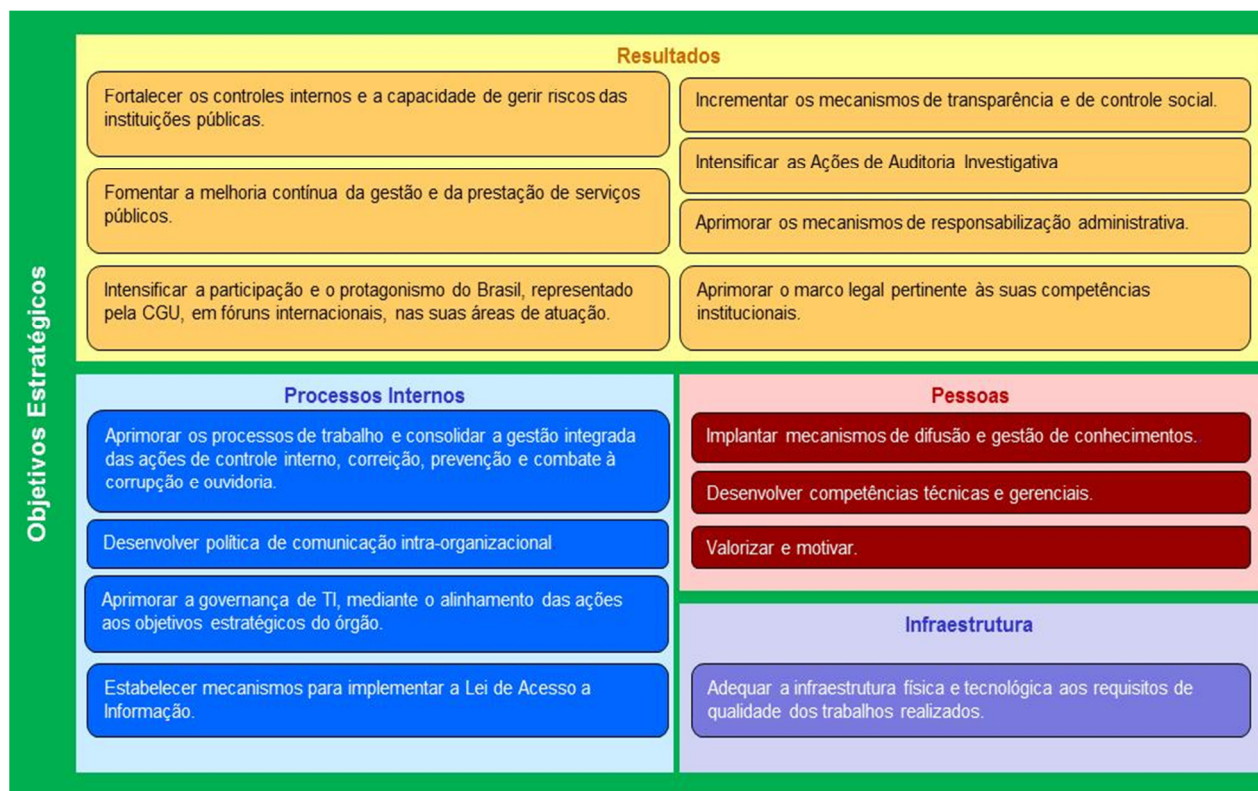
SEÇÃO III

DESENVOLVIMENTO

1.2. Finalidade e Competências Institucionais da Unidade:

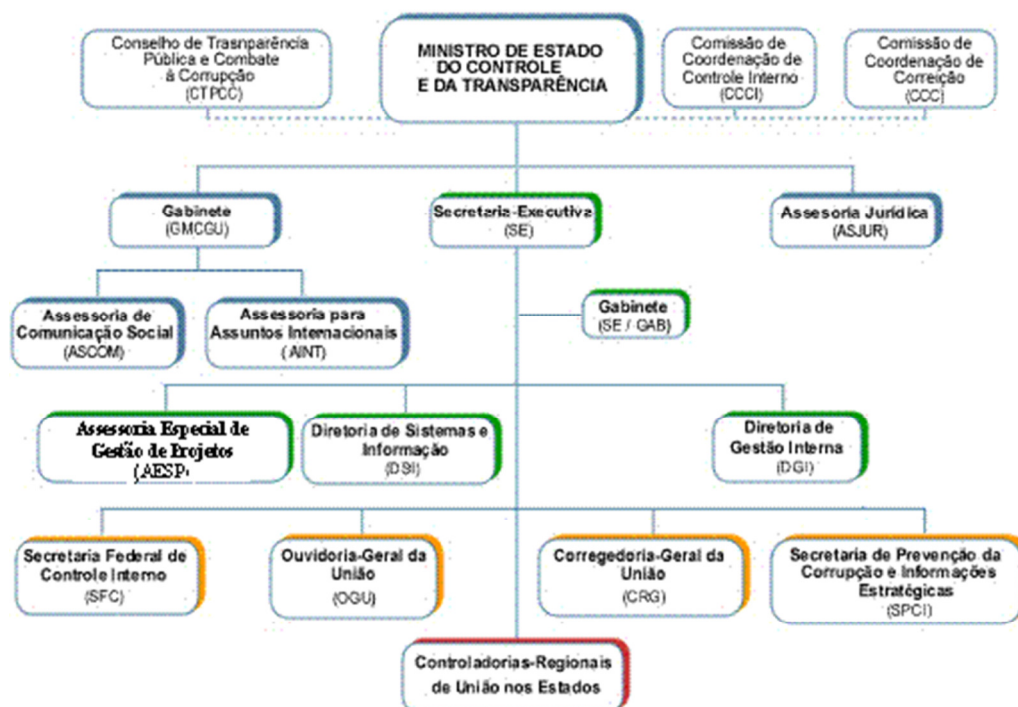
Compete à Controladoria-Geral da União (CGU), instituída pela Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, assistir direta e imediatamente ao Presidente da República no desempenho de suas atribuições quanto aos assuntos e providências que, no âmbito do Poder Executivo, sejam atinentes à defesa do patrimônio público, ao controle interno, à auditoria pública, à correição, à prevenção e ao combate à corrupção, às atividades de ouvidoria e ao incremento da transparência da gestão, atuando como órgão central do Poder Executivo Federal para as funções de controle interno e correição.

Em seu Plano de Integridade Institucional – PII-2012-2014, foram estabelecidos os objetivos estratégicos a serem alcançados no período, agrupados por 4 perspectivas (Resultados, Processos Internos, Pessoas e Infraestrutura) conforme demonstrado a seguir:



Os resultados, impactos e dificuldades encontrados durante o exercício estão detalhados a partir do item 2.Planejamento Estratégico, Plano de Metas e de Ações.

1.3. Organograma da Unidade



A CGU é o órgão de **Controle Interno** do Governo Federal, responsável também pela função **Correicional**, pela coordenação do **Sistema de Ouvidorias** e pela **Prevenção e Combate à Corrupção**, atividades estas que constituem seus macroprocessos de trabalho.

Dessa forma, está estruturada em quatro unidades finalísticas, de acordo com sua área de atuação: Secretaria Federal de Controle Interno (SFC), Corregedoria-Geral da União (CRG) e Ouvidoria-Geral da União (OGU) e Secretaria de Prevenção da Corrupção e Informações Estratégicas (SPCI).

Também integram a estrutura da CGU os seguintes colegiados:

I - Conselho da Transparência Pública e Combate à Corrupção (CTPCC): de natureza consultiva, é formado paritariamente por representantes do governo e da sociedade civil, e tem a finalidade de debater e sugerir medidas de aperfeiçoamento para as atividades de controle dos recursos públicos, de promoção da transparência na gestão pública e de combate à corrupção e à impunidade.

II – Comissão de Coordenação de Controle Interno (CCI).

III – Comissão de Coordenação de Correição (CCC)..

Responsável pelo **macroprocesso Controle Interno**, compete à Secretaria Federal de Controle Interno (SFC), entre outras, o exercício das atividades de órgão central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e, em cumprimento ao disposto no art. 74 da Constituição Federal e as disposições da Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001, avaliar a execução de programas de governo, comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto a eficácia e eficiência, da gestão dos administradores públicos federais, exercer o controle das operações de crédito e, também, exercer atividades de apoio ao controle externo.

A Corregedoria-Geral da União (CRG), tem sob sua responsabilidade o **macroprocesso Correição** e, conforme determina o Decreto nº 5.480, de 30 de junho de 2005 e o art. 17 da Lei nº 11.204, de 05 de dezembro de 2005, atua no combate à impunidade na administração pública federal, promovendo, coordenando e acompanhando a execução de ações disciplinares que visem à apuração de responsabilidade administrativa de servidores públicos. Atua também capacitando

servidores para composição de comissões disciplinares; realizando seminários com o objetivo de discutir e disseminar as melhores práticas relativas ao exercício do Direito Disciplinar e fortalecendo as unidades componentes do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal (SisCOR).

A Secretaria de Prevenção da Corrupção e Informações Estratégicas (SPCI), unidade criada em 2006, por meio do decreto nº 5.683, responsável pelo **macroprocesso Prevenção e Combate à Corrupção**, atua coordenando as ações de prevenção da corrupção e produção de informações estratégicas no âmbito do Poder Executivo Federal. Entre suas principais atribuições, destacam-se: promover o incremento da transparência pública; produzir, disseminar e promover o intercâmbio de informações estratégicas para prevenção e combate à corrupção; fomentar o controle social como forma de prevenção da corrupção; supervisionar o acompanhamento da evolução patrimonial dos agentes públicos do Poder Executivo Federal; representar a CGU em fóruns ou organismos nacionais ou internacionais relacionados ao combate e à prevenção da corrupção; entre outras.

À Ouvidoria-Geral da União (OGU), responsável pelo macroprocesso **Sistema de Ouvidorias**, compete, nos termos do parágrafo único do art. 1º do Decreto nº 5.683, de 2006, exercer a supervisão técnica das unidades de ouvidoria do Poder Executivo Federal. Com esse propósito foram conferidas as competências específicas estabelecidas no art. 14 do mesmo instrumento legal, com as alterações do Decreto nº 7.547, de 2011, entre as quais se destacam: orientar a atuação das demais unidades de ouvidoria dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal; examinar manifestações referentes à prestação de serviços públicos; propor a adoção de medidas para a correção e a prevenção de falhas e omissões dos responsáveis pela inadequada prestação do serviço público; contribuir com a disseminação das formas de participação popular no acompanhamento e fiscalização da prestação dos serviços públicos; promover capacitação e treinamento relacionados às atividades de ouvidoria.

1.4. Macroprocessos Finalísticos

Para execução das suas atividades finalísticas, a CGU detém quatro macroprocessos vinculados diretamente às suas competências institucionais, como já citado no item 1.3: **Controle Interno, Correição, Prevenção e Combate à Corrupção e Sistema de Ouvidorias**. A estratégia de execução dos projetos e atividades ligados a cada macroprocesso, e os respectivos resultados no exercício de 2012, estão consubstanciados nos tópicos a seguir.

Macroprocesso Controle Interno:

Com o intuito de contribuir para o aprimoramento da gestão e da execução das políticas públicas e, conseqüentemente, promover a melhoria da prestação de serviços públicos, os trabalhos inerentes ao macroprocesso **Controle Interno** ao longo do exercício de 2012 foram intensificados e implementados sobre quatro processos, cujas principais atividades estão apresentadas na tabela a seguir:

Processos	Principais Atividades
Avaliação da Execução de Programas de Governo	Verificações realizadas mediante roteiros de fiscalização Verificações realizadas por meio do Programa de Fiscalização a partir de Sorteios Públicos
Avaliação da Gestão dos Administradores	Auditorias Anuais de Contas Auditorias de Acompanhamento da Gestão Auditorias nos Contratos e Financiamentos Externos e nos Projetos de Cooperação Técnica Internacional

	Tomadas de Contas Especiais Monitoramento dos Gastos de Pessoal Prestação de Contas do Presidente da República Relatório de Gestão Fiscal
Ações Investigativas	a) Auditorias Especiais em órgãos e entidades federais b) Demandas Externas (trabalhos decorrentes de denúncias, requisições de ações de controle e pedidos de informação acerca da aplicação de recursos públicos federais encaminhados à CGU por autoridades responsáveis por órgãos da Administração Pública, representantes de entidades, cidadãos e outros) c) Operações Especiais realizadas em conjunto com a Polícia Federal e o Ministério Público
Orientação Preventiva aos Gestores Federais	Programa Capacita (realização de eventos de capacitação e publicação de cartilhas e outros documentos de orientação) Dinamização das Auditorias Internas das Entidades da Administração Indireta (incluindo as Estatais).

O processo de **Avaliação da Execução de Programas de Governo (AEPG)** visa avaliar a execução dos programas federais, o alcance dos objetivos e a adequação do gerenciamento, tendo as seguintes fases iniciais: mapeamento das políticas públicas; hierarquização dos programas de governo; e priorização de ações de governo para acompanhamento, o que permite ao Controle Interno mapear as políticas públicas e estabelecer, a partir de critérios de materialidade, relevância e risco, um ranking dos programas de governo, de forma a priorizar as atividades a serem desenvolvidas.

Nessa linha, a CGU, por meio da SFC e de suas unidades regionais, realiza verificações in loco dos recursos públicos federais, sejam aqueles aplicados diretamente pelo Governo Federal ou aqueles administrados por estados, municípios ou terceiro setor, quando recebedores de transferências dos ministérios. Essas verificações seguem dois padrões de atividades:

- O primeiro refere-se ao conjunto de verificações mediante amostras aleatórias e probabilísticas previamente estabelecidas, visando à representação de todo o universo de recurso aplicado em cada programa. O trabalho de campo ocorre ao longo do ano, de acordo com os roteiros de fiscalização planejados por cada unidade regional da CGU.
- O segundo padrão refere-se ao conjunto de verificações realizadas por meio do Programa Fiscalização por Sorteios Públicos, neste caso, a avaliação quanto ao correto uso dos recursos federais transferidos se dá por meio do sorteio dos municípios utilizando o mesmo sistema de sorteio das loterias da Caixa Econômica Federal.

Ao longo do exercício de 2012, buscou-se o aprimoramento do processo de AEPG mediante uma maior interação com os gestores federais; promoção da transparência com a publicação dos resultados dos trabalhos por meio do Relatório de Avaliação da Execução de Programas de Governo – Rav. Em relação ao Programa de Fiscalização por Sorteios Públicos, realizou-se, nesse ano, a revisão do programa objetivando aumentar a qualidade em todas as etapas dos trabalhos realizados; propiciar a elaboração de recomendações estruturantes e factíveis aos Ministérios gestores, bem

como identificar e segregar as constatações cujas providências sejam de responsabilidade direta dos gestores federais das providências dos executores locais.

No processo de **Avaliação da Gestão dos Administradores** a CGU desempenha diversas atividades que estão relacionadas com a comprovação da legalidade e a avaliação dos resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal. Para isso realiza, conforme elencado na tabela anterior, as auditorias anuais de contas que visam verificar as informações prestadas pelos administradores públicos federais, bem como analisar os atos e fatos da gestão, com vistas a instruir o processo de prestação de contas que subsidiará o julgamento pelo Tribunal de Contas da União; as auditorias de acompanhamento da gestão para agregar valor à gestão, prevenir desvios ou evitar a má aplicação de recursos públicos; as auditorias nos contratos e financiamentos externos e nos projetos de cooperação técnica internacional objetivando a avaliação de desempenho e conformidade dos contratos de empréstimo e doação firmados com organismos internacionais de financiamento, bem como de projetos de cooperação técnica internacional executados por órgãos e entidades da administração pública federal em parceria com organismos internacionais cooperantes; o monitoramento dos gastos de pessoal a fim de verificar a legalidade dos pagamentos dos servidores públicos federais no âmbito do Poder Executivo.

Compete ainda à CGU, no âmbito do processo de Avaliação da Gestão dos Administradores, emitir o Relatório e Certificado de Auditoria sobre processos de Tomadas de Contas Especiais, bem como manifestar-se sobre a adequada apuração dos fatos, indicando, inclusive, as normas ou regulamentos eventualmente infringidos, a correta identificação do responsável e a precisa quantificação do dano e das parcelas eventualmente recolhidas; elaborar a Prestação de Contas Anual do presidente da República a ser encaminhada ao Congresso Nacional; e ratificar os dados constantes do Relatório de Gestão Fiscal, produzidos originalmente pela Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda.

Em relação ao processo de **Ações Investigativas**, são executados trabalhos especiais dotados de processos, procedimentos e instrumentais específicos que propiciam condições para o enfoque ainda mais forte no efetivo combate à corrupção. No exercício de 2012, manteve-se a sistemática de atuação em três frentes distintas: i) Auditorias Especiais realizadas, geralmente, em órgãos/ entidades públicos federais em virtude de solicitações de autoridades dentro do próprio governo ou de decisão da própria CGU, tendo em conta as denúncias veiculadas na imprensa ou a avaliação de risco desenvolvida pelo órgão central de Controle Interno do Poder Executivo Federal; ii) Operações Especiais realizadas em conjunto com o Departamento da Polícia Federal e o Ministério Público, tanto Federal como Estadual; iii) Demandas Externas que são denúncias, requisições de ações de controle e pedidos de informação acerca da aplicação de recursos públicos federais encaminhados à CGU por autoridades responsáveis por órgãos da Administração Pública, representantes de entidades, cidadãos e outros.

Por meio do processo de Orientação Preventiva aos Gestores Federais, em 2012 a CGU buscou fortalecer o controle preventivo, valorizar as iniciativas de interação com os gestores públicos e promover a melhoria da gestão de recursos públicos. Assim, foram realizadas capacitações presenciais e a distância, bem como distribuídos manuais e cartilhas sobre diferentes temas.

Macroprocesso Correição:

Atuando, também, no macroprocesso Correição, a CGU, por meio da sua unidade CRG, prosseguiu em 2012 na sua missão institucional de zelar pela probidade no Poder Executivo Federal promovendo a função disciplinar. Assim, seguiu embasada em seus três principais processos

finalísticos: a responsabilização administrativa de agentes públicos, a responsabilização administrativa de pessoas jurídicas e a coordenação do sistema de correição do poder executivo federal.

A atuação nestas três grandes frentes possibilitou a condução de projetos e ações de melhoria de modo simultâneo e integrado. Assim, foi possível realizar a entrega de diversos produtos, todos estes alinhados aos objetivos estratégicos de longo prazo, conforme apresentado na tabela abaixo:

Principais processos da CRG	Principais Produtos / Atividades
Responsabilização administrativa de agentes públicos	a) Recomendação ou instauração de PADs e Sindicâncias Patrimoniais b) Acompanhamento dos PADs instaurados fora da CGU c) Investigação e apuração de operações comunicadas pelo COAF (Parceria CGU-COAF) d) Acompanhamento da evolução patrimonial (Parceria CGU-RFB) d) Cadastro de Expulsões da Administração Federal (CEAF).
Responsabilização administrativa de pessoas jurídicas	Declaração de Inidoneidade (CPAF) Cadastro Nacional de empresas inidôneas e suspensas (CEIS).
Coordenação do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal (Decreto 5.480/05)	a) Inspeções correicionais b) Capacitação de agentes públicos c) Estímulo à criação de novas corregedorias seccionais.

Macroprocesso Prevenção e Combate à Corrupção:

Outro ponto de destaque nos resultados da CGU é a contínua atuação no macroprocesso **Prevenção e Combate à Corrupção**, atividades executadas pela SPCI, que atua coordenando as ações de prevenção da corrupção e produção de informações estratégicas no âmbito do Poder Executivo Federal.

A seguir, destacam-se os principais processos executados pela área de Prevenção e Combate à Corrupção da CGU:

Processos da SPCI	Principais Produtos/ Atividades
Promoção da Transparência Pública	<ul style="list-style-type: none"> - Portal da Transparência mantido e aperfeiçoado. - Desenvolvimento e implantação do sistema e-SIC. - Cursos presenciais para capacitação sobre a Lei de Acesso a informação (LAI). - Eventos, palestras, seminários e cursos à distância para disseminação da LAI. - Proposta de decreto de regulamentação da LAI. - Cartilha “Acesso à Informação Pública”. - Manual de uso do e-SIC para cidadãos e para usuários

	<p>governamentais.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Guia de Criação da Seção de Acesso à Informação nos Sítios Eletrônicos dos Órgãos/Entidades do Governo Federal. - 1ª Conferência Anual da Open Government Partnership (OGP). - Balanço do Plano de Ação do Brasil junto à Parceria para Governo Aberto.
Fomento à participação e ao controle social	<ul style="list-style-type: none"> - Programa Olho Vivo no Dinheiro Público (cursos de EaD Controle Social e Cidadania, Controle Social do FUNDEB, distribuição de cartilhas para controle social, realização de palestras e promoção de encontros de conselheiros de políticas públicas). - Realização da 1ª Conferência Nacional sobre Transparência e Controle Social (Consocial). - Projeto “Um por Todos e Todos por Um! Pela ética e cidadania”. - Modernização do Portalzinho da Criança Cidadã. - Promoção do Dia da Criança Cidadã. - Concursos culturais para promoção da ética e cidadania junto ao público infanto-juvenil.
Fortalecimento da Gestão Pública	Programa de Fortalecimento da Gestão Pública (capacitações presencial e à distância, distribuição de acervos bibliográficos).
Aperfeiçoamento do marco legal para prevenção e combate à corrupção.	Monitoramento da tramitação dos projetos de lei encaminhados ao Congresso Nacional.
Promoção da integridade no setor privado	Cadastro Pró-Ética expandido.
Acompanhamento das Convenções e Articulação Internacional para prevenção e combate à corrupção	<p>Realização da 15ª Conferência Internacional Anticorrupção (IACC)</p> <p>Cumprimento de obrigações e compromissos assumidos em relação às Convenções Internacionais contra corrupção.</p>
Monitoramento de gastos governamentais	<p>Realização de estudos sobre gastos públicos.</p> <p>Geração de alertas de transações atípicas.</p> <p>Mapeamento de situações de conflito de interesses (servidores ligados a empresas contratadas pelo governo).</p> <p>Assistência técnica e aquisição de equipamentos para implantação de projetos-piloto do observatório da Despesa Pública (ODP) .nano nos Estados de SC e BA.</p>
Produção e disseminação de informações estratégicas para prevenção e combate à corrupção	<p>Produção de informações estratégicas.</p> <p>Desenvolvimento de projeto-piloto de mapeamento de riscos na Administração Federal.</p> <p>Análise investigativa de emendas parlamentares.</p>
Articulação e cooperação governamental para prevenção e combate à corrupção	<p>Celebração de acordos de cooperação técnica.</p> <p>Seminário de Boas Práticas em contratações públicas - Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA).</p> <p>Articulação e cooperação institucional para desenvolvimento das ações da ENCCLA.</p>

Com relação ao processo Promoção da Transparência Pública, destacam-se os seguintes tópicos:

Acesso à informação

A aprovação da Lei de Acesso à Informação – LAI (Lei no 12.527, de 18 de novembro de 2011) e início de sua vigência em 18 de maio de 2012 representou um grande incremento na promoção da transparência pública. Ficou a cargo da SPCI, juntamente com a Casa Civil da Presidência da República, o planejamento e a coordenação da execução das ações necessárias para assegurar o direito de acesso à informação no âmbito dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal.

Nesse sentido, a partir da definição de um plano único de ações a ser cumprido por todos os órgãos e entidades, foram adotadas medidas que abrangeram a constituição de grupo de trabalho e designação da autoridade de monitoramento, levantamento e organização de informações, definição de fluxos internos de tramitação de pedidos de acesso, desenvolvimento de área de Acesso à Informação nas páginas dos órgãos e entidades na Internet e criação do Serviço de Informações ao Cidadão (SIC).

Em paralelo ao desenvolvimento dessas providências, SPCI estruturou e ofertou cursos de capacitação presencial para cerca de 700 (setecentos) servidores que atuavam diretamente com o atendimento da LAI nos diversos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal; promoveu ações de difusão e conscientização sobre a LAI para aproximadamente 6.000 (seis mil) servidores e empregados públicos que participaram do curso virtual “Rumo a uma cultura de acesso à Informação: a Lei 12.527/2011”; e providenciou a confecção e distribuição de 261.600 exemplares da cartilha “Acesso à Informação Pública: uma introdução à lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011”.

Ainda na fase de implementação da LAI, a SPCI contribuiu na elaboração de proposta de decreto de regulamentação da LAI, em processo coordenado pela Casa Civil, em conjunto com outros órgãos do Poder Executivo Federal; desenvolveu a primeira versão do Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC) e promoveu aperfeiçoamentos técnicos posteriores; elaborou o Manual de Uso do e-SIC para cidadãos e para usuários governamentais; e desenvolveu o Guia de Criação da Seção de Acesso à Informação nos Sítios Eletrônicos dos Órgãos/Entidades do Governo Federal, em conjunto com a Casa Civil, Ministério do Planejamento e Secretaria de Comunicação da Presidência da República.

A partir do início da vigência da LAI em 16 de maio de 2012, a SPCI passou a desempenhar novas funções relacionadas com o monitoramento do atendimento dos pedidos de acesso à informação no Poder Executivo Federal, ao mesmo tempo em que orientou órgãos e entidades nesse tocante. De outro prisma, agora no âmbito da transparência passiva, a exemplo de outros órgãos e entidades a Secretaria também ajustou seus fluxos internos de trabalho de modo a poder atender adequadamente os pedidos de acesso à informação que passou a receber. Por último, a Secretaria apoiou e contribuiu decisivamente no 2º semestre de 2012 com o trabalho de instrução dos recursos de 3ª instância, a cargo formalmente da Ouvidoria-Geral da União (OGU), até que novos servidores pudessem integrar aquela Unidade.

Parceria para Governo Aberto (OGP)

No âmbito da Open Government Partnership (OGP), iniciativa internacional que pretende difundir e incentivar globalmente práticas governamentais como transparência orçamentária, acesso público à informação e participação social, a SPCI apoiou e contribuiu para a realização da 1ª Conferência Anual da OGP, que contou com a presença da Presidenta da República. Realizada em Brasília, a

Conferência reuniu representantes de governos e da sociedade civil de vários países e apresentou os resultados alcançados em relação às metas de Governo Aberto fixadas nos compromissos de cada país.

Nessa oportunidade também foram dadas as boas vindas a 48 novos países, que apresentaram seus respectivos Planos de Ação e aderiram à Parceria. A adesão à Parceria para Governo Aberto gera comprometimento dos países membros quanto à adoção de medidas concretas voltadas ao fortalecimento da transparência das informações e atos governamentais, ao combate à corrupção, ao fomento a participação cidadã, à gestão dos recursos públicos, e ao fortalecimento da integridade nos setores público e privado, consubstanciadas em um plano de ação.

O Plano de Ação Nacional sobre Governo Aberto Brasileiro, instituído por meio do Decreto de 15 de setembro de 2011, buscou promover ações e medidas que visem ao incremento da transparência e do acesso à informação pública; à melhoria na prestação de serviços públicos; e ao fortalecimento da integridade pública. Em outubro de 2012, o Brasil elaborou um balanço sobre o seu Plano de Ação, cuja consolidação e publicação dos resultados ficaram sob a coordenação da CGU/SPCI. Ao final de 2012, foi iniciado o processo de revisão do plano de ação atual, que prevê ampla participação da sociedade civil, em duas etapas: virtual e presencial. A realização da etapa virtual contou com a organização e coordenação da SPCI, em conjunto com a Câmara dos Deputados e a Secretaria-Geral da Presidência da República. Por último, cabe ainda destacar a iniciativa adotada pela SPCI de fomentar a publicação de dados abertos no Governo Federal e para tanto foram firmados acordos de cooperação técnica com o Laboratório de Cultura Digital e com o NIC.br.

Portal da Transparência

Em 2012 a SPCI promoveu ações voltadas para a reestruturação do Portal da Transparência do Governo Federal, como a construção do DW-CGU, e para o incremento de funções, utilidades e novas informações para o usuário. Dentre estas se destacaram: i) a publicação do Cadastro de Entidades Privadas Sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM); ii) publicação da remuneração individualizada dos servidores do Governo Federal; iii) publicação do Cadastro de Expulsões da Administração Federal (CEAF); e iv) publicação de informações sobre imóveis funcionais de propriedade da União.

Houve também a reformulação da seção Copa do Mundo FIFA 2014, com a inclusão de novas funcionalidades e a modificação das formas de expor os projetos e os empreendimentos nacionais relacionados. Destaque para a unificação da entrada de dados para os Portais da CGU, do Senado, do TCU, da Câmara, e tantos outros portais que começaram a se criar no país, possibilitada pela celebração de um termo de compromisso entre a CGU, Senado, Câmara, assistidos também pelo TCU, que permitiu às cidades e aos Estados o fornecimento das informações de modo tempestivo e consistente.

Com relação ao processo Fomento à Participação e ao Controle Social, destacam-se os seguintes tópicos:

Programa Olho Vivo no Dinheiro Público

Dando continuidade às ações de difusão, sensibilização e capacitação para controle social e exercício da cidadania, o Programa Olho Vivo no Dinheiro Público atingiu em 2012 um público aproximado de 91.000 pessoas, por meio da oferta de cursos de EaD Controle Social e Cidadania, Controle Social do FUNDEB, distribuição de cartilhas para controle social, realização de palestras

para organizações da sociedade civil e promoção de encontros de conselheiros de políticas públicas em diversos municípios.

1ª Conferência Nacional sobre Transparência e Controle Social (Consocial)

A SPCI promoveu e coordenou a realização da 1ª Conferência Nacional sobre Transparência e Controle Social (Consocial). Foi a primeira vez que um processo conferencial se dedicou ao debate exclusivo de temas como transparência, controle social e prevenção e combate à corrupção. Com o tema "A Sociedade no Acompanhamento e Controle da Gestão Pública" a 1ª Consocial envolveu 2.750 municípios – incluindo todas as capitais – de todos os estados e do Distrito Federal, mobilizando quase 1 milhão de brasileiros e contando com a participação direta nos debates de mais de 153 mil pessoas.

Além de uma etapa virtual, que contou com a participação de quase 3.000 internautas, foram também realizadas mais de 300 conferências livres, que ampliaram e estimularam a participação de grupos até então distantes dos processos conferenciais. Esses encontros permitiram o acolhimento de ideias oriundas de todo o país e dos mais distintos espaços, como associações de classe, colônias de imigrantes, comunidades quilombolas, aldeias indígenas, sindicatos, universidades, escolas, do exterior, entre outros.

Esse processo culminou com a realização da Etapa Nacional, em maio de 2012, em Brasília. Durante três dias, 1,3 mil delegados eleitos, provenientes de todo o Brasil, discutiram e aprovaram propostas para o incremento da transparência e acesso à informação, o fortalecimento do controle social e o avanço na prevenção e combate à corrupção no Brasil. O resultado final da 1ª Consocial compôs um rol de 80 diretrizes e propostas para o incremento das políticas públicas de transparência, acesso à informação, fortalecimento do controle social, prevenção e combate à corrupção. Estas propostas irão subsidiar a criação do Plano Nacional sobre Transparência e Controle Social, servindo também de base para construção de políticas públicas e projetos de lei.

Educação para Ética e Cidadania

As ações para promoção da ética e da consciência cidadã junto ao público infanto-juvenil foram intensificadas ao longo de 2012, com destaque para: i) a modernização do Portalzinho da Criança Cidadã; ii) concursos culturais com parceiros nos Estados e Municípios; iii) Dia da Criança Cidadã, realizado anualmente, desde 2008, em Brasília e nos Estados; e iv) projeto Um por Todos e Todos por Um! Pela ética e cidadania, em parceria com o Instituto Cultural Maurício de Sousa.

No âmbito do Programa de Fortalecimento da Gestão Pública, que abrange ações de capacitação, presencial e à distância, para agentes públicos municipais e distribuição de acervos bibliográficos contendo a legislação básica e informações técnicas úteis ao desempenho da função pública, foram contemplados durante o ano 162 Municípios e capacitados ao todo 3.552 servidores públicos, sendo que 1.775 servidores de forma presencial e 1.671 servidores na modalidade à distância. Também foram distribuídas para cerca de 22.250 servidores publicações com orientações aos gestores públicos municipais e estaduais.

Outro ponto de destaque é a atuação da CGU na condução do processo Aperfeiçoamento do Marco Legal para Prevenção e Combate à Corrupção. Ao longo do ano a SPCI monitorou a tramitação no Congresso Nacional de proposições legislativas de extrema importância para a prevenção e combate à corrupção na Administração Pública. Trata-se do Projeto de Lei nº 7.528, de 2006, ora em tramitação no Senado Federal, que dispõe sobre o conflito de interesses no exercício de cargo ou emprego do Poder Executivo Federal e impedimentos posteriores ao exercício do cargo ou

emprego; e do Projeto de Lei nº 6.826, de 2010, em tramitação na Câmara dos Deputados, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira e dá outras providências.

Com relação ao processo Promoção da Integridade no Setor Privado, em 2012, foram realizadas mais duas rodadas de avaliação do Cadastro Nacional de Empresas Comprometidas com a Ética e a Integridade (Cadastro Pró-Ética), sendo nesse período analisadas/avaliadas 10 (dez) novas empresas que se dispuseram a adotar um conjunto de medidas de integridade e ética, contribuindo para a conscientização dos gestores quanto ao seu papel no enfrentamento do fenômeno da corrupção. Atualmente, compõem o Cadastro mais de quatorze empresas, com organizações de grande porte, tanto do setor público, quanto do setor privado, cuja lista se encontra disponível na Internet em www.cgu.gov.br/empresaproetica/cadastro-pro-etica/lista-empresas.asp.

No tocante à execução do processo Acompanhamento das Convenções e Articulação Internacional para Prevenção e Combate à Corrupção, destacam-se as seguintes atuações da CGU:

15ª Conferência Internacional Anticorrupção (IACC)

Em novembro de 2012 foi realizada no Brasil a 15ª Conferência Internacional Anticorrupção (IACC), considerada o mais importante evento dedicado ao debate e à troca de experiências sobre prevenção e combate à corrupção no mundo e que acontece a cada dois anos em um país específico. Na edição brasileira reuniram-se mais de 1,9 mil representantes dos setores público e privado e de organizações sem fins lucrativos de 140 países.

Neste ano, a Conferência debateu o tema “Mobilizando as pessoas: Conectando agentes de mudança”, distribuído em cinco desafios principais: i) extinguindo a impunidade; ii) governança limpa; iii) prevenindo fluxos financeiros ilícitos; iv) transições políticas levando a governos estáveis e transparentes; e v) esportes limpos. Os debates e as oficinas reuniram diversos Chefes de Estado, representantes de governos, sociedade civil, acadêmicos, jornalistas e o setor privado visando traçar estratégias comuns para o desenvolvimento de medidas de prevenção e combate à corrupção. Ao final da Conferência foi elaborado documento chamado Declaração de Brasília, que listou as principais providências que governos, cidadãos, sociedade civil e empresas devem tomar para o efetivo combate à corrupção.

Acompanhamento das convenções internacionais

Na 20ª Reunião Ordinária da Comissão de Peritos do Mecanismo de Acompanhamento da Implementação da Convenção da Organização dos Estados Americanos contra a Corrupção (Mesicic), realizada em Washington/EUA no período de 10 a 14 de setembro de 2012, foram analisadas a estrutura, a atuação e os resultados de cinco dos principais órgãos brasileiros responsáveis pela prevenção, detecção, punição e erradicação de práticas de corrupção: a Controladoria-Geral da União (CGU), o Tribunal de Contas da União (TCU), o Departamento de Polícia Federal (DPF), o Ministério Público Federal (MPF) e o Supremo Tribunal Federal (STF). Dentre os aspectos destacados pela OEA estão a atuação preventiva – sobretudo pela ampliação da transparência e também a ação repressiva – com o aumento do número de sanções administrativas aplicadas tanto a funcionários como a empresas privadas. Tiveram também destaque a aprovação da Lei brasileira de Acesso à Informação e o crescimento do número de investigações e punições de atos de corrupção.

Além da reunião ordinária do Mesicic, a SPCI participou das reuniões do GT sobre Corrupção, da OCDE, e do Grupo de Monitoramento e de Prevenção da Corrupção, da Convenção das Nações

Unidas contra Corrupção. Por último, discutiu-se no âmbito da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro (ENCCLA) a adoção de medidas pelos órgãos responsáveis (CGU, MPF, DPF, MDIC, MRE), visando ao combate da prática do suborno de funcionários públicos estrangeiros em transações comerciais internacionais, conforme compromisso assumido pelo governo brasileiro em relação à Convenção da OCDE.

Atuando no processo de Monitoramento de gastos governamentais, por meio do Observatório da Despesa Pública (ODP), a CGU deu continuidade aos projetos de monitoramento das licitações públicas e dos gastos com Cartões de Pagamento, Diárias e Passagens e Terceirização. Durante o ano de 2012 foram gerados mais de 45 mil alertas de transações atípicas que se enquadram em alguma das mais de 40 tipologias mapeadas. Além dessas e de outras ações de monitoramento, iniciaram-se estudos específicos sobre os gastos diretos do governo (quando não existe licitação) e sobre as aquisições realizadas mediante o Sistema de Registro de Preços. Também foi iniciado o mapeamento de situações que indicam conflito de interesses envolvendo servidores ligados a empresas contratadas pelo governo

No âmbito do projeto de cooperação firmado com o BID, deu-se prosseguimento à implantação dos projetos-piloto do ODP.nano nos Estados de Santa Catarina e Bahia e que compreendeu a aquisição de equipamentos, oferta de capacitação e avaliação de resultados junto às equipes técnicas dos Estados. Ainda dentro da abrangência do projeto do BID, desenvolveram-se ações voltadas para o fortalecimento do ODP, abrangendo a elaboração de plano estratégico, plano de capacitação e identificação de experiências internacionais em produção de informações estratégicas em despesas públicas.

Com relação ao processo Produção e Disseminação de Informações Estratégicas para Prevenção e Combate à Corrupção, ao longo do ano a SPCI produziu uma série de informações estratégicas e de inteligência, utilizadas especialmente para o mapeamento preventivo de riscos à corrupção, para o combate ao enriquecimento ilícito e para subsidiar demandas de auditoria, correção e outras atividades de competência da CGU.

Destaque-se a realização de projeto-piloto de mapeamento de riscos na Administração Federal, com o objetivo de identificar áreas sensíveis à ocorrência de corrupção, e a análise investigativa de emendas parlamentares, com foco nas transferências voluntárias a entidades sem fins lucrativos, que visa a identificar possíveis relações do parlamentar autor da emenda com integrantes da diretoria das entidades beneficiárias; eventuais situações de utilização de “laranjas” à frente das entidades; e a regularidade na execução de convênios anteriores, eventualmente celebrados pelas entidades beneficiárias.

No que toca ao processo Articulação e Cooperação Governamental para Prevenção e Combate à Corrupção, destacam-se abaixo as principais linhas de atuação da CGU:

Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA)

No tocante à articulação e cooperação intragovernamental para prevenção e combate à corrupção, cabe destacar a participação da CGU na promoção e implementação de ações dentro da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA), iniciativa coordenada pelo Ministério da Justiça e que congrega os principais órgãos e entidades da Administração Pública Federal, a exemplo do Ministério Público Federal e do Departamento de Polícia Federal.

Em 2012, a CGU, representada pela SPCI, coordenou o grupo de trabalho que tratou do aprimoramento do sistema nacional de combate ao suborno transnacional, medida que visa a

atender aos compromissos assumidos pelo país no âmbito da Convenção da OCDE. Embora a referida ação tenha proporcionado aos órgãos participantes melhor compreensão da natureza desse compromisso e das dificuldades e restrições para o seu cumprimento, levando-se em conta a pluralidade dos órgãos envolvidos e a interdependências das ações necessárias, prevê-se a sua continuação para 2013 com o intuito de se adotar medidas concretas e efetivas para a coibição da prática do suborno transnacional.

A CGU também participou, juntamente com o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), da coordenação da ação que previa o estabelecimento de requisitos de sistema para formação de cadastro de Pessoas Expostas Politicamente (PEPs) do Governo Federal. Para 2013, prevê-se a implementação efetiva do cadastro PEPs a partir dos requisitos de sistema definidos. A finalidade do cadastro PEPs é auxiliar as instituições financeiras no monitoramento de propostas e operações em que haja a participação de pessoas expostas politicamente, de modo a prevenir a ocorrência de fraudes e atividades de lavagem de dinheiro.

Outra iniciativa de destaque foi a colaboração na ação “Elaboração de roteiro de boas práticas em contratações públicas”, prioritariamente voltadas para a prevenção da corrupção, e que culminou com a realização de seminário para divulgação de boas práticas, promovido pela Câmara dos Deputados, em parceria com CGU. A ação conseguiu mobilizar gestores públicos federais, estaduais e municipais para a identificação e apresentação de experiências de sucesso em contratações públicas, seja do ponto de vista de ganho de eficiência procedimental ou economia de valores.

Por último, no âmbito da ENCCLA, deve-se mencionar a participação na ação destinada a mapear e analisar o tratamento dado à proteção aos denunciantes de boa-fé no ordenamento jurídico nacional, identificando lacunas na legislação para elaboração de eventual anteprojeto de lei. A criação de legislação específica sobre esse tema faz parte das recomendações contidas nas convenções internacionais contra a corrupção ratificadas pelo País.

Cooperações técnicas com órgãos federais

Ao longo do ano a CGU reforçou a sua disposição para a celebração de parcerias e cooperações técnicas com outros órgãos públicos, como forma de acesso e compartilhamento de experiências, conhecimento e bases de dados em áreas críticas para o aprimoramento de sua atuação, tanto na esfera de prevenção da corrupção como de produção de informações estratégicas.

Destacam-se os acordos celebrados com o Ministério das Cidades, para acesso à base de dados do RENAVAM; com o Ministério Público Federal, para acesso ao SIMBA (Sistema de Investigação de Movimentações Bancárias); com o Ministério da Justiça, na área de defesa da concorrência; além de outros acordos celebrados com tribunais de contas e controladorias estaduais.

Macroprocesso Sistema de Ouvidorias:

Outros resultados importantes obtidos nas atividades desenvolvidas pela CGU são aqueles ligados à execução do macroprocesso Sistema de Ouvidorias, atividade desenvolvida pela OGU. Nessa seara, é importante destacar o contínuo avanço da integração sistêmica das ouvidorias no Poder Executivo Federal, que obteve considerável impulso por meio de diversas ações realizadas em 2012.

A seguir, são apresentados os principais processos da área de ouvidoria:

Principais processos da OGU	Principais Produtos/Atividades
Integração Sistêmica das Ouvidorias do Poder Executivo Federal	a) Política de Formação Continuada em Ouvidorias – PROFOCO; b) orientações para a implantação de unidades de ouvidoria nos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal; c) orientações para a implementação da Lei de Acesso à Informação -LAI (Lei nº 12.527/2011) nas unidades de ouvidoria do Poder Executivo Federal; d) reunião geral de ouvidorias.
Atenção às manifestações do cidadão e da sociedade	a) apoio à prevenção da corrupção e à fiscalização dos recursos públicos por meio do processamento inicial de denúncias de cidadãos; b) Prevenção contra a inadequada prestação de serviço público por meio do processamento de reclamações, sugestões e elogios de cidadãos.
Gestão da transparências passiva	a) análise de recursos de segunda instância da LAI (somente CGU); b) análise de recursos de terceira instância da LAI.
Mediação de conflitos, demandas individuais e coletivas	a) promoção do diálogo na busca de soluções mutuamente aceitáveis; b) aplicação do método do caso para as soluções construídas pelas partes interessadas e disponibilizadas na Casoteca de Ouvidorias Públicas.

No ano de 2012, a OGU deu especial atenção ao lançamento da Política de Formação Continuada em Ouvidorias (PROFOCO). A PROFOCO tem por objetivo a capacitação e formação em ouvidoria, fundamentada em um processo de qualificação contínua dos servidores públicos. A execução da política teve início com a oferta de cursos do módulo estruturante em colaboração com a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP). A Ouvidoria-Geral, em conjunto com instituições parceiras, ampliará em 2013 a quantitativo de cursos disponibilizados e promoverá a estruturação dos módulos 2 (intermediário) e 3 (avançado) com vistas à certificação progressiva dos alunos que avançarem ao longo do processo de capacitação.

Ainda na seara da ouvidoria, é importante ressaltar a revisão e atualização da cartilha “Orientações para Implantação de uma Unidade de Ouvidoria” que incorporou o conhecimento produzido e melhores práticas das ouvidorias, resultado de um processo de construção coletiva com as demais ouvidorias. Nesse sentido adotamos a participação como método, tanto para a elaboração da própria cartilha, como para a criação de uma unidade de ouvidoria.

Outro desafio para a OGU e para as demais ouvidorias do Poder Executivo Federal foi a implantação da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), pois um quantitativo expressivo dessas unidades assumiram a gestão do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC). Além disso, diversos ouvidores receberam a atribuição de autoridade responsável pelo monitoramento da LAI. De modo a orientar as unidades de ouvidoria para o desempenho dessas novas funções, foi elaborado a cartilha “Orientações para a Implementação da Lei de Acesso à Informação nas

Ouvidorias Públicas” que apresenta os conceitos relevantes e informações sobre a formalização dos processos, os fluxos de informação e sobre o funcionamento do Serviço de Informações ao Cidadão (SIC) e do Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC).

A Reunião Geral das ouvidorias dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, realizada anualmente, representa um espaço privilegiado para a discussão e reflexão a respeito da efetividade das instituições de participação, sobretudo no momento em que diversas delas se encontram diretamente envolvidas com a Lei de Acesso a Informações.

No que se refere à atenção às manifestações dos cidadãos e da sociedade, a Ouvidoria-Geral recebeu e processou 7.558 demandas provenientes de pessoas físicas e jurídicas, sendo 5.869 (78%) classificadas como denúncias; 1.112 (15%) como manifestações de ouvidoria englobando reclamações, elogios e sugestões; 558 (7%) revisões de respostas a pedidos de acesso à informação amparados pela Lei nº 12.527/2011 e 19 respostas produzidas a pedidos de informação.

Como resultado do desempenho da gestão da transparência passiva na Controladoria, a Ouvidoria-Geral analisou a qualidade das respostas elaboradas pelas áreas técnicas, sob o aspecto da linguagem cidadã, dos 982 pedidos de acesso recebidos e respondidos em 2012. Também procedeu à instrução dos recursos de segunda instância (da CGU) e de terceira instância (de todo o Poder Executivo Federal) previstas pela Lei de Acesso à Informação. Em 2012 foram instruídos e decididos 12 recursos de 2ª instância na CGU, correspondendo a somente 1,2% do total dos já mencionados 982 pedidos de acesso à informação direcionados à CGU cadastrados no e-SIC, a demonstrar o esforço da CGU em dar pleno cumprimento à LAI. No que toca o reexame de decisões de negativa de acesso proferidas pelos dirigentes máximos dos diversos órgãos e entidades da Administração Pública Federal (terceira instância) foram instruídos 261 recursos, dos quais 23% (60 recursos) tiveram os pedidos de reforma de decisão providos pelo Ministro de Estado Chefe da CGU, incluso os parcialmente providos, sendo assinalado prazo para o acesso à informação.

No contexto de apoiar a permanente interlocução entre o Estado e os servidores públicos, a Ouvidoria do Servidor ampliou em 60% a rede de ouvidores na Administração Pública Federal e, em 2012, passou a participar de projeto piloto coordenado pela Ouvidoria-Geral, que visa ao fortalecimento das ouvidorias do Poder Executivo Federal. Ainda em 2012, foi ampliada a Casoteca de Ouvidoras Públicas que expõe estudos de caso com o objetivo de fortalecer a gestão organizacional e apoiar a capacitação e o compartilhamento de conhecimento organizacional no âmbito das ouvidorias da Administração Pública Federal, além de valorizar a experiência das ouvidorias no tratamento de reclamações, denúncias, informações, elogios e sugestões encaminhados pelos cidadãos.

1.5. Macroprocessos de Apoio

Conforme apresentado no item 1.3 – Organograma Funcional, a CGU conta, em sua estrutura, com duas unidades de apoio, essenciais ao funcionamento da Instituição, quais sejam a Diretoria de Gestão Interna (DGI) e a Diretoria de Sistemas de Informação (DSI):

a) Diretoria de Gestão Interna (DGI), a quem compete, nos termos do Decreto nº 5.683/2006, planejar, coordenar e executar as atividades de gestão de recursos humanos e materiais, de logística, documental e biográfica, e de orçamento e finanças da CGU. A partir do macroprocesso Gestão Interna, a DGI atua por meio de diversos processos de trabalho, que propiciam a entrega de produtos aos servidores e às diversas áreas da casa, conforme detalhado a seguir:

Processos conduzidos pela Diretoria de Gestão Interna:

Processos da DGI	Produtos/Área Responsável
Recursos Humanos	A área de Recursos Humanos da CGU trabalha, atualmente, com 2 processos internos: (1) Administração de Pessoal, que abrange todas as atividades inerentes às áreas de Cadastro Pagamento, Aposentadoria e Pensão Civil, Movimentação Interna, Legislação de Pessoal, Serviço Médico e Berçário; e (2) Desenvolvimento e Capacitação de Recursos Humanos, que abrange as atividades voltadas para a formação de pessoal mais capacitado e preparado, para desempenhar as atribuições que lhe são afetas, oferecendo-lhe oportunidade de aprimorar o conhecimento.
Recursos Logísticos	A Coordenação-Geral de Recursos Logísticos é responsável pela gestão de contratos para aquisição/prestação de serviços de interesse da CGU; coordenação de processos licitatórios, por meio de realização de pregões, Sistema de Registro de Preços – SRP e outras modalidades, desenvolvimento de projetos de leiaute, monitoramento e fiscalização de reformas e serviços de engenharia, controle dos bens patrimoniais e de consumo adquiridos pela CGU, gerenciamento dos serviços gerais.
Gestão Documental	O macroprocesso referente à Gestão Documental cabe precipuamente à Coordenação-Geral de Documentação e Informação – CGDI, a qual compete promover o exame preliminar de documentos e processos recebidos pela CGU, encaminhando-os para as áreas competentes; abrangendo inclusive a gestão documental eletrônica. Vale acrescentar que a CGDI também é responsável pelo arquivo técnico da Casa e pelo cumprimento das disposições normativas que norteiam o funcionamento e o acesso aos documentos e às informações que circulam pela CGU.
Planejamento e Orçamento	A Coordenação-Geral de Planejamento e Orçamento – CGPO é responsável pelos seguintes processos de trabalho: Planejamento Orçamentário, Execução Orçamentária e Financeira, Acompanhamento Contábil e Análise e Conformidade dos Registros de Gestão. Assim, a CGPO efetua tanto as ações que englobam as atividades relacionadas ao processo orçamentário (planejamento, elaboração, previsão das despesas e descentralização), bem como, responde pela execução orçamentária e financeira dos atos e fatos decorrentes da gestão orçamentária, financeira e patrimonial. A CGPO realiza também o acompanhamento Contábil, que ocorre de forma preventiva e proativa, orientando as unidades da CGU nos Estados e na Sede, solicitando providências quanto às regularizações das impropriedades detectadas nos registros contábeis.

b) **Diretoria de Sistemas de Informação (DSI)**, a quem compete, nos termos do Decreto nº 5.683/2006, entre outras atribuições, disponibilizar soluções de tecnologia da informação de que a CGU necessite. A partir do **macroprocesso Gestão de Tecnologia da Informação**, a DSI atua por meio de diversos processos de trabalho, que propiciam a entrega de produtos aos usuários e às diversas áreas da casa, conforme detalhado a seguir:

Processos conduzidos pela Diretoria de Sistemas de Informação:

Processos da DSI	Produtos/Atividades
Administração de Rede	<ul style="list-style-type: none"> Serviços de Rede (Correio Eletrônico, Pastas de Redes, Mensageria, Portais e sítios, Backup, Impressão, dentre outros) disponíveis e com desempenho adequado as necessidades dos usuários da CGU; Continuidade dos principais serviços de TI.
Segurança de Rede	<ul style="list-style-type: none"> Dados e informações íntegros, disponíveis e acessíveis apenas aos usuários que tem direito de acesso; Continuidade dos principais serviços de TI.
	<ul style="list-style-type: none"> Usuários de ativos de tecnologia da CGU adequadamente suportados dentro dos níveis de serviço previamente estabelecidos; Disponibilidade dos equipamentos de informática dos usuários (desktops, impressora, notebooks, outros);

Serviço de Usuário	<ul style="list-style-type: none"> • Novos equipamentos de informática (desktops, impressora, notebooks, outros) testados e distribuídos ao usuário final.
Infraestrutura de Redes	<ul style="list-style-type: none"> • Infraestrutura de Rede (Rede Local, Rede Longa Distância, Serviço Internet, dentre outros) disponível e com desempenho adequado as necessidades dos usuários da CGU; • Serviços e Sistemas de TI adequadamente monitorados; • Ativos físicos de TI (servidores, roteadores, switches, dentre outros) alocados em ambientes adequados e seguros.
Projetos de Rede	<ul style="list-style-type: none"> • Concepção de soluções de Infraestrutura de TI; • Condução dos processos de contratação de soluções e equipamentos de TI destinados à manutenção e melhoria da Rede CGU, bem como àqueles destinados diretamente aos usuários.
Desenvolvimento e manutenção de sistemas	<ul style="list-style-type: none"> • Gerencia de Projetos; • Gerencia de Configuração; • Gerencia de Requisitos; • Análise de Software; • Arquitetura de Software; • Projeto de Software; • Construção e codificação de aplicações; • Testes de Software e de Sistemas; • Homologação de artefatos; • Implantação de sistemas.
Administração de Banco de Dados	<ul style="list-style-type: none"> • Participação no desenvolvimento de novos projetos e manutenção de sistemas de todas as equipes que requeiram ações de administração de dados; • Atendimento rotineiro às demais equipes quanto a pedidos de alterações na arquitetura de dados; • Atualização constante e enriquecimento dos modelos de dados; • Manutenção dos processos de carga; • Manutenção dos ambientes – manutenção dos backups, tuning nos ambientes, criação de massas de teste; • Gestão de mudanças – ciclo mensal de releases; • Extrações – realização de diversas extrações, demandadas pelas equipes da DSI, em função de pedidos feitos pelas diversas áreas que elas atendem.
Gestão de Senhas	<ul style="list-style-type: none"> • Definição do workflow de atendimento de cada serviço ou sistema; • Gestão do sistema Acesso; • Negociação e comunicação com órgãos gestores de sistemas conveniados.
Administração de Dados	<ul style="list-style-type: none"> • Gerencia de dados de uso comum da instituição; • Gerencia de semântica, de conteúdo e de integridade de dados; • Apoio ao desenvolvimento de novos projetos e manutenção de sistemas que requeiram ações de administração de dados; • Atendimento às demais equipes quanto a pedidos de alterações na arquitetura de dados; • Atualização constante e enriquecimento dos modelos de dados.
Revisão/Elaboração de Processos Internos	<ul style="list-style-type: none"> • Estudo da literatura e de boas práticas; • Realização de benchmarking; • Definição de diagramas, workflows, templates e atores de atividades do processo; • Divulgação e capacitação.
Disponibilização de Software	<ul style="list-style-type: none"> • Análise de demandas quanto a necessidades e alternativas de solução; • Condução de processo de contratação para produtos proprietários;

	<ul style="list-style-type: none"> • Homologação de software para produto livre.
Administração de Contratos e Serviços Terceirizados	<ul style="list-style-type: none"> • Execução da fase de transição (repasso de processos internos e modelo de prestação de serviços); • Execução do contrato; • Atestes de serviços e produtos; • Pagamento de faturas.

ITEM 2 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119/2012

2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E DE AÇÕES

2.1. Planejamento das Ações da Unidade Jurisdicionada

Para execução das suas atividades, a CGU desenvolveu um ferramental estratégico composto por três documentos, que propiciam o acompanhamento das metas e resultados da instituição e que dão transparência das diretrizes da alta gestão da casa a todos os servidores. São eles: o Plano de Integridade Institucional (PII 2012-2014), o Plano de Ações e Metas (PAM) e a Portaria de Metas.

O Plano de Integridade Institucional da CGU (PII 2012-2014) é o documento de planejamento de longo prazo e que define a missão, os valores, a visão e os objetivos estratégicos da casa para o período de 3 anos.

O Plano de Ações e Metas (PAM) é um instrumento bienal, onde são apresentadas as ações de cada unidade da casa e respectivas metas, de modo a garantir o alinhamento estratégico dos projetos e atividades da CGU à cada diretriz estabelecida no PII .

Além do PAM, para medir os resultados e as metas da casa, é expedida semestralmente pela Secretaria-Executiva do órgão a Portaria de Metas, agregando atividades continuadas realizadas pela Secretaria-Federal de Controle Interno, Secretaria de Prevenção da Corrupção e Informações Estratégicas e pelas Controladorias Regionais.

Esses três documentos foram utilizados no planejamento das atividades da CGU durante o ano de 2012. Além desses instrumentos, as ações de grande impacto para o alcance dos objetivos estratégicos da instituição e que mereceram maior atenção foram objeto de monitoramento sistemático durante o exercício, o qual permitiu o acompanhamento da execução das metas estabelecidas à medida de sua evolução. Esse mecanismo de monitoramento foi realizado durante o ano de 2012 por meio de painéis de controle elaborados pelas áreas responsáveis pelas ações monitoradas e disponibilizados na intranet para consulta a todos os servidores da CGU .

Além dos instrumentos de planejamento internos expostos acima, a CGU integra no Plano Plurianual (PPA 2012-2015), o **Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República (2101)**, com a totalidade dos recursos consignados no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social. Ainda com relação ao PPA 2012-2015, a CGU tem a seu cargo, também, três iniciativas integrantes do **Programa Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública (2038)**, relativas a objetivos sob a responsabilidade do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Presidência da República, conforme especificado no tópico 4.1.3 deste relatório.

2.2 Estratégia de Atuação Frente aos Objetivos Estratégicos

Como forma de alcançar os objetivos estratégicos associados às atividades da SFC durante o exercício de 2012, os principais riscos associados aos processos da Secretaria foram identificados e diferentes ações foram implementadas para mitigá-los.

No processo de AEPG, uma das ações implementadas para minimizar o risco de não atendimento das recomendações, foi a realização de reuniões prévias ao encaminhamento do relatório para promover a discussão do diagnóstico parcial ou final e da busca conjunta de soluções com os gestores dos respectivos programas. Quanto aos trabalhos realizados no contexto do Programa Sorteio, cumpre registrar que desde o início do programa o processo de trabalho vem sendo aprimorado. No exercício de 2012, identificou-se como ponto crítico do fluxo de trabalho o processo de monitoramento. Isso porque apenas 29% do total de recomendações registradas, desde 2003, foram consideradas sanadas. Nesse contexto, o processo de registro de dados nos relatórios foi amplamente discutido, sendo elaborado um Banco de Constatações/Recomendações de modo a facilitar a execução das ações de controle pelas equipes de fiscalizações. Registre-se que a maioria das ações de controle foi revisada, sendo realizada videoconferência abordando as mudanças que foram implementadas. Além disso, o Manual Operacional do Programa Sorteio foi atualizado e disponibilizado para as unidades de controle interno, bem como foi realizada alteração no Novo Sistema Ativa, possibilitando a geração de relatórios em dois capítulos, segregando as constatações em âmbito federal e âmbito municipal.

A partir da apresentação dos resultados em um novo modelo de relatório de sorteio (segregado por âmbito de adoção de providências dos gestores federais e municipais), os expedientes de encaminhamento dos relatórios do sorteio foram também modificados, de forma a tornar transparente que o processo de monitoramento da CGU será realizado em relação às constatações cujas providências serão adotadas por órgãos federais. No entanto, as constatações referentes às condutas de gestores municipais serão tratadas de forma agregada, com a construção de recomendações estruturantes, por meio da elaboração de Relatório de Avaliação – RAV. Dessa forma, o Programa Sorteio foi alinhado dentro da linha de atuação da Avaliação da Execução de Programas de Governo, o que possibilita o alcance do objetivo estratégico de “Fomentar a melhoria contínua da gestão e da prestação de serviços públicos”.

Quanto ao processo de Avaliação da Gestão dos Administradores, especificamente em relação a atividade de Auditoria Anual de Contas, os principais riscos identificados nesse trabalho foram:

- a) certificar uma gestão como regular tendo a mesma apresentado irregularidades e
- b) não obter razoável segurança em certificar os agentes do rol. Este último risco foi potencializado tendo em vista os itens constante no anexo III da DN 117 serem voltados à área meio (exceto o item 2 de avaliação de resultados quantitativos e qualitativos) e o item de controles internos estar ainda vago.

A fim de atingir a estratégia e mitigar os riscos, a SFC utilizou-se dos seguintes instrumentos:

- a) elaboração de normativos internos detalhando os papéis dos agentes no processo,
- b) estabelecimento de um Grupo de Trabalho em dezembro de 2011 (com servidores do órgão central e das regionais) para revisão dos procedimentos mais complexos,
- c) realização de capacitações e
- d) reforço à etapa de revisão dos relatórios.

Ao final de 2012, a partir das experiências colhidas, foi efetuada uma revisão da forma de se avaliar controles internos administrativos customizando à realidade federal.

Já no contexto do acompanhamento permanente da gestão, o principal risco consistiu na possibilidade de haver unidades que não prestam contas em determinado exercício não sofrerem qualquer tipo de avaliação. Relacionado ao risco anterior, está a capacidade operacional do órgão que pode ser comprometida por demandas externa. A fim de atingir a estratégia e mitigar os riscos, a SFC utilizou-se dos seguintes instrumentos:

- a) revisão dos procedimentos no 1º trimestre de 2012 incorporando itens comumente solicitados pelo TCU nas DN 117/2011 e DN 110/2010;
- b) estabelecimento de um Grupo de Trabalho em janeiro de 2012 (com servidores do órgão central e das regionais) para revisão dos procedimentos mais complexos;
- c) realização de capacitações.

Ao final de 2012, a partir das experiências colhidas, foi reforçado o ramo de “auditoria com TI”, qual seja: as extrações constantes nos procedimentos de forma isolada foram integradas em um sistema corporativo da SFC. Assim, espera-se que em 2013 haja uma redução do homem hora possibilitando um aumento das unidades auditadas.

No âmbito das auditorias sobre contratos de financiamento externo e projetos de cooperação técnica internacional, os trabalhos da CGU em 2012 foram conduzidos de acordo com as seguintes diretrizes e estratégias:

- a) gradual identificação, para as auditorias de contratos e projetos externos, de questões estratégicas de auditoria, com a finalidade de transcender a abordagem da auditoria financeira e de conformidade para a perspectiva da avaliação de resultados;
- b) necessidade de alcançar, por meio de rotação de ações de auditoria, projetos executados junto a organismos de cooperação que não têm acordo com a CGU para a realização de auditorias dos projetos;
- c) sistematização dos trabalhos de pré-auditoria junto a novos projetos de financiamento externo, resultando na composição do plano de auditoria, avaliação de risco e questões de auditoria para os projetos que passarão a compor a carteira de auditorias de recursos externos;
- d) padronização de modelos de papéis de trabalho, a fim de garantir a ampliação da aderência dos trabalhos do órgão às Normas Internacionais de Auditoria.

Os riscos identificados para o alcance dos objetivos e as respectivas providências mitigadoras adotadas na área de auditoria de recursos externos foram:

- a) falta de conhecimento por parte de equipes novas em relação às particularidades dos trabalhos de auditoria de recursos externos: foram realizados treinamentos ministrados pela equipe da DCREX e em parceria com o BID, alcançando as coordenações e equipes que são rotineiramente demandadas para os trabalhos. Foram também disponibilizados servidores da DCREX para acompanhar as equipes de auditoria sem experiências anteriores no tema “recursos externos”;
- b) risco de abordagem dos trabalhos focada em questões pontuais de conformidade, sem impacto sobre a gestão dos projetos: foi adotada a iniciativa de realização de reuniões com viés

exploratório, para aprofundar o conhecimento sobre a realidade dos novos projetos, com a elaboração de planos de auditoria e utilização de matriz de planejamento;

c) risco de desconformidade dos trabalhos realizados em relação ao padrão requerido pelos organismos internacionais, em obediência as Normas Internacionais de Auditoria emitidas pela Federação Internacional de Contadores (IFAC): foram realizados treinamentos específicos sobre normas internacionais e iniciada a convergência das práticas da CGU às Normas Internacionais, incorporadas ao arcabouço normativo brasileiro por meio das NBCTA editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC);

d) risco de falta de fundamentação consistente para os achados e recomendações de auditoria para projetos de cooperação, em virtude da fragilidade do arcabouço normativo representado pelo Decreto nº 5151: a CGU encaminhou proposta ao Ministério das Relações Exteriores, Casa Civil e Ministério do Planejamento, para revisão do referido Decreto e composição de um novo marco normativo para Cooperação Técnica Internacional.

No que concerne ao tratamento das demandas externas, atividade pertencente ao processo de Ações Investigativas, identificou-se a necessidade de realizar uma maior interação da CGU e os órgãos de defesa do Estado, especialmente pela grande quantidade de demandas apresentadas por tais instituições para apuração junto à CGU. Verificou-se que a admissão de tais demandas sem qualquer critério estava impactando sobremaneira a capacidade operacional da casa, dificultando o tratamento adequado e a resposta tempestivamente aos órgãos parceiros.

Assim, para alcançar o objetivo estratégico de “Intensificar as ações de Auditorias Investigativas”, durante o exercício de 2012 foram expedidas diversas orientações e normativos internos que tiveram por objetivo proporcionar maior autonomia aos Chefes das Controladorias-Regionais para negociar as demandas genéricas e/ou demasiadas complexas junto aos Órgãos de Defesa de Estado, de tal forma, que as demandas passaram por uma triagem inicial e, a partir dos contatos realizados, foram, a depender do caso, reformuladas/direcionadas ou até mesmo finalizadas.

Além disso, houve ainda o tratamento de demandas que estavam no estoque de trabalho da CGU e que, em razão do decurso do prazo ou pelo arquivamento da demanda pelos órgãos parceiros, não teriam uma efetividade para a realização das ações de controle. Nesse sentido, com a negociação realizada nas unidades regionais, muitas ações de controle foram canceladas e a demanda finalizada no âmbito da CGU, o que proporcionou a liberação de capacidade operacional das unidades para o tratamento de demandas relevantes ou a realização de outras ações de controle.

Na seara correicional, os instrumentos de longo prazo que nortearam as atividades da CGU no ano de 2012 foram: o Plano de Integridade Institucional da CGU (PII) e o Desdobramento do Plano de Integridade da CGU no âmbito da Corregedoria-Geral da União (DPII-CRG), que abarcou o conjunto de objetivos e ações considerados estratégicos para o aprimoramento contínuo dos serviços prestados à sociedade.

Para o atingimento dos objetivos na área de correição, a CRG trabalhou na condução de oito projetos, todos esses ligados à responsabilização administrativa de agentes públicos, à responsabilização administrativa de pessoas jurídicas e à coordenação do sistema de correição do poder executivo federal.

Os riscos identificados para o alcance dos objetivos na área de correição foram: a limitação na absorção de projetos, a capacidade excedida de execução e o contingenciamento orçamentário.

Esses três aspectos dificultaram o atingimento dos objetivos da unidade. No entanto, apesar dessas restrições, todos os projetos da CRG foram efetivamente concluídos em 2012.

No contexto das ações de prevenção e combate à corrupção, a SPCI estabeleceu objetivos alinhados ao novo referencial estratégico da CGU, estabelecido no PII 2012-2014, e que destacou, tanto em sua missão como na visão de futuro, a importância da atuação na prevenção da corrupção.

Por sua vez, a Lei do Plano Plurianual (PPA) 2012-2015 traz o objetivo nacional de ampliar o diálogo, a transparência e a participação social no âmbito da Administração Pública, de forma a promover maior interação entre o Estado e a sociedade (Objetivo PPA 0609).

No PPA coube à CGU, especificamente, a responsabilidade de conduzir a iniciativa de Implementação do Sistema Nacional de Acesso (02DK), mas verifica-se impacto direto das ações conduzidas pela SPCI em diversas metas vinculadas ao objetivo PPA 0609.

Os quadros que se seguem demonstram a vinculação estratégica das ações da SPCI, formalizadas em seu plano de ações e metas (PAM), com as metas do PPA e os objetivos estratégicos de resultado do PII, agrupadas nos grandes temas de atuação da unidade.

Acesso a Informação	
Vínculo estratégico	PAM SPCI
<p>Metas do Meta do PPA 2012-2015:</p> <p>a) Aprimorar a forma de produzir e armazenar informações.</p> <p>b) Assegurar que a sociedade tenha conhecimento dos Atos Oficiais.</p> <p>c) Capacitar servidores públicos sobre temas relacionados ao acesso a informações públicas.</p> <p>d) Criar e aprimoramento serviços de informação ao cidadão em todos os órgãos e entidades do Poder Executivo Federal.</p> <p>Objetivos estratégicos do PII:</p> <p>a) Incrementar os mecanismos de transparência e de controle social.</p> <p>b) Aprimorar o marco legal pertinente às suas competências institucionais.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Implementação da Lei de Acesso à Informação no Poder Executivo Federal. • Monitoramento do cumprimento da Lei de Acesso à Informação. • "Promoção de capacitação sobre a Lei de Acesso à Informação para servidores públicos federais, cidadãos e gestores subnacionais". • Gestão do e-SIC (Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão). • Disseminação da LAI no âmbito do Poder Executivo Federal.

Controle Social e Fortalecimento da Gestão Pública	
Vínculo estratégico	PAM SPCI
<p>Metas do Meta do PPA 2012-2015:</p> <p>a) Aumentar a efetividade da participação da sociedade civil em espaços institucionalizados de participação social.</p> <p>b) Aumentar a efetividade no atendimento às demandas de pautas nacionais.</p> <p>c) Criar proposta de Sistema Nacional de Participação Social.</p> <p>d) Fortalecer os Conselhos de Políticas Públicas.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Realização da 1ª Conferência Nacional sobre Transparência e Controle Social – Consocial. • "Promoção da ética e da consciência cidadã junto ao público infanto-juvenil". • IACC - International Anti-Corruption Conference – 2012. • Estruturação Escola Virtual da CGU. • Programa Olho Vivo no Dinheiro Público.

<p>e) Incorporar mecanismos de participação social à metodologia de monitoramento do Plano Plurianual.</p> <p>f) Realizar ações de capacitação destinadas ao aperfeiçoamento da atuação de gestores públicos.</p> <p>Objetivos estratégicos do PII:</p> <p>a) Incrementar os mecanismos de transparência e de controle social.</p> <p>b) Fomentar a melhoria contínua da gestão e da prestação de serviços públicos.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Promoção da integridade no setor privado.
---	---

Transparência	
Vínculo estratégico	PAM SPCI
<p>Metas do Meta do PPA 2012-2015:</p> <p>a) Reestruturar o Portal da Transparência do Governo Federal.</p> <p>b) Criar e potencializar novas formas, linguagens e instrumentos de participação social.</p> <p>c) Interagir com a sociedade civil e estimular o uso de dados públicos.</p> <p>d) Prover assistência aos municípios no sentido do cumprimento da Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009.</p> <p>Objetivos estratégicos do PII:</p> <p>a) Incrementar os mecanismos de transparência e de controle social.</p> <p>b) Aprimorar o marco legal pertinente às suas competências institucionais.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Reestruturação do Portal da Transparência. • Incremento do Portal da Transparência atual. • Fomentar a publicação de dados abertos. • "Monitoramento da implementação do Plano de Ação do Brasil junto à Iniciativa Internacional para Governo Aberto - OGP". • "Realização da Conferência Anual da Iniciativa para Governo Aberto - OGP". • Programa de Fortalecimento da Gestão Pública • Programa Brasil Transparente.

Informações Estratégicas	
Vínculo estratégico	PAM SPCI
<p>Objetivos estratégicos do PII:</p> <p>a) Intensificar as Ações de Auditoria Investigativa.</p> <p>b) Fortalecer os controles internos e a capacidade de gerir riscos das instituições públicas.</p> <p>c) Fomentar a melhoria contínua da gestão e da prestação de serviços públicos.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • "Monitoramento de gastos públicos utilizando técnicas de análise e correlação de dados com vistas a identificar situações que indiquem risco de irregularidade". • Produção de informações estratégicas. • Projeto MARA – Monitoramento de Riscos de Administração. • Análise investigativa das emendas parlamentares • Fortalecimento do ODP. • Implantação de projetos-piloto do ODP.nano.

Aprimoramento do marco legal prevenção e combate da corrupção	
Vínculo estratégico	PAM SPCI
<p>Objetivos estratégicos do PII:</p> <p>a) Aprimorar o marco legal pertinente às suas competências institucionais.</p> <p>b) Aprimorar os mecanismos de responsabilização administrativa.</p> <p>c) Intensificar a participação e o protagonismo do Brasil, representado pela CGU, em fóruns internacionais, nas suas áreas de atuação.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Monitoramento da implementação das Convenções Internacionais contra Corrupção ratificadas pelo Brasil. • "Monitoramento da Tramitação do Projeto de Lei de Responsabilização de Pessoas Jurídicas por Atos de Corrupção contra a Administração Pública - PL 6826/2010". • Atuar para o aprimoramento da regulamentação de Conflito de Interesses.

Frente aos desafios impostos pelos objetivos estratégicos, a SPCI tem atuado na complementaridade de suas competências, capacidades e redes de relacionamentos, por meio do estabelecimento de compromissos, parcerias e alianças com consultores, órgãos públicos, instituições da sociedade civil e organismos internacionais, de reconhecida atuação nas áreas de interesse dos projetos da unidade.

Como comprovação do sucesso da estratégia adotada pode-se citar a implementação da Lei de Acesso à Informação (LAI) no Poder Executivo Federal que, sem sombra de dúvida, constituiu o projeto de maior expressão e impacto da Secretaria de Prevenção no exercício de 2012.

Na perspectiva da implantação da LAI, o maior risco era o *vacatio legis* de apenas 180 dias para operacionalização da lei em todo o território nacional. Nesse sentido, para dirimir danos, foi adotada uma postura ativa da SPCI, que englobou várias decisões:

- a) revisão do plano de implantação da lei em todo o território nacional, de modo a atingir o cumprimento das metas;
- b) articulação intensa com os órgãos de cúpula do governo, a exemplo da casa civil, ministérios e entidades vinculadas;
- c) grande remanejamento de recursos humanos e prioridades da unidade, de modo a formar um time especializado capaz de acompanhar o cronograma dos trabalhos de cada ministério, dirimir dúvidas de implantação e compartilhar o conhecimento útil entre os órgãos;
- d) reformulação de processos de trabalho internos e de outros órgãos, adequação de estruturas organizacionais, normalização interna e das demais entidades nos termos da Lei, adequação de sistemas e capacitação de servidores públicos federais;
- e) treinamentos e palestras direcionadas aos servidores da casa e dos demais órgãos, criando um canal direto para dirimir dúvidas e compartilhar boas práticas entre os órgãos e entidades. Esse grupo fez o papel de escritório de gestão de projetos e time de especialistas no tema "LAI";
- f) desenvolvimento e implantação do sistema eletrônico único da LAI para o Poder Executivo Federal, o e-SIC, que gerou enorme facilidade para o cidadão e a viabilizou o monitoramento proativo do atendimento aos pedidos pelos órgãos.

Outro risco enfrentado foi o desenvolvimento do sistema ao mesmo tempo que corria a regulamentação da lei. A mitigação desse risco ocorreu com o estabelecimento de várias versões do

sistema e processos alternativos de menor automação, suficientes para garantir o êxito dos trabalhos.

Como descrito acima, a decisão estratégica da SPCI se mostrou acertada. Atualmente, as atribuições da casa ultrapassam a gestão da LAI no Poder Executivo Federal, englobando, inclusive, a função de terceira instância recursal administrativa, papel conduzido pela Ouvidoria-Geral da União, no âmbito da CGU.

No desempenho das atividades ligadas à LAI, coube à OGU zelar pela qualidade da resposta dada ao cidadão ao pedido de acesso cadastrado e pela instrução dos recursos de 2ª e 3ª instâncias direcionadas à CGU. Nessa seara, o risco se apresentou em forma de respostas elaboradas com vocabulário demasiadamente técnico, o que poderia dificultar o entendimento do texto por parte do cidadão e comprometer a imagem da CGU. Para mitigar o risco, houve uma revisão intensa do vocabulário utilizado na confecção das respostas, de modo a incorporar a linguagem cidadã em todos os textos direcionados ao cidadão, além de garantir que as respostas tivessem correlação com o pedido inicial de informação.

Merece destaque, também, a participação da OGU no desenvolvimento e implantação do Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC), principalmente no desenvolvimento do fluxo de recursos previstos na lei.

Outro campo de atuação da OGU, em 2012, foi a orientação dada as ouvidorias públicas na implementação da LAI, por meio da oferta de oficinas de capacitação e cartilha específica. Desse modo, houve considerável diminuição nos riscos associados à implementação da referida lei nos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, principalmente naqueles onde a respectiva ouvidoria assumiu as funções de SIC e/ou o respectivo ouvidor recebeu a incumbência de autoridade de monitoramento.

Como resultado da distribuição de competências pelos diversos órgãos e unidades para o desafio da implementação da LAI na CGU, houve a criação do processo “Gestão da Transparência Passiva” na Ouvidoria-Geral, o que resultou na concepção e implantação de novas rotinas de trabalho, com reflexos na adequação da estrutura organizacional e no quadro funcional da unidade.

Além dos trabalhos descritos acima, a Ouvidoria-Geral focou a sua atuação com vistas à obtenção de resultados por meio da execução do Plano de Ação concebido para o ano de 2012, tendo como eixo estratégico a institucionalização do Sistema Federal de Ouvidorias Públicas. O objetivo é garantir atendimento de excelência as manifestações dos cidadãos e o aprimoramento constante de políticas e de serviços públicos, tendo em vista o fortalecimento da participação social como meta e como método de realização do Estado Democrático de Direito. O plano contemplou a execução de projetos estruturantes, cujos produtos obtidos em 2012 já foram descritos no item 1.4.

Na busca da excelência dos serviços prestados à sociedade e ao governo, a CGU promove, também, o uso intensivo da tecnologia da informação. Nesse sentido, com foco no alinhamento das ações de TI ao Plano de Integridade Institucional-PII da Controladoria-Geral da União, o planejamento da Diretoria de Sistemas e Informação - DSI está estruturado em dois documentos distintos:

- Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação – PETI e
- Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI.

O PETI define a direção na qual a DSI deve caminhar e os objetivos que pretende atingir no interregno de 2012 a 2014, coincidindo com o período de abrangência do PII da CGU. O PDTI, por sua vez, apresenta as ações a cargo da Diretoria para os exercícios de 2012 e 2013, visando garantir o cumprimento de suas atribuições institucionais.

Registre-se que, em 2012, as principais dificuldades enfrentadas pela DSI para atingimento integral dos objetivos traçados decorreram de fatores como perda pessoal, orçamento insuficiente e baixa qualidade dos serviços prestados por terceiros.

Nesse contexto, e com a finalidade de ampliar sua capacidade de atendimento, desde 2011 a DSI implantou novo modelo de gestão, contemplando a contratação de empresas especializadas no desenvolvimento e manutenção de sistemas de TI e na realização de tarefas operacionais vinculadas ao suporte tecnológico a ambiente de infraestrutura tecnológica. Cabe destacar que as atividades de coordenação, planejamento, controle de qualidade, homologação de soluções/demandas e gestão de contratos permaneceram a cargo exclusivo dos servidores efetivos da CGU.

Apesar das imensas dificuldades na gestão das empresas contratadas por ocasião da primeira experiência de terceirização de parte dos serviços – especialmente no que se refere ao desenvolvimento de sistemas –, principalmente devido à falta de habilitação adequada dos profissionais alocados nas atividades e inobservância de exigências previstas em edital, a experiência trouxe bons frutos, evidenciando que o êxito do processo requer grande envolvimento da equipe e da área cliente na gestão dos trabalhos, de modo a garantir o atendimento das expectativas da CGU.

Ainda na área de desenvolvimento de sistemas, vem sendo promovida parceria com as unidades da CGU para condução das demandas de desenvolvimento de soluções de TI de forma descentralizada, haja vista a falta de pessoal na DSI para fazer frente a todas as necessidades das áreas. Tal experiência mostrou-se exitosa com a ferramenta Reporting Services, para acompanhamento dos trabalhos da CGU. Adicionalmente, investiu-se na adoção de tecnologias ágeis para desenvolvimento interno de sistemas, as quais preveem a entrega interativa e incremental de resultados, maximizando a tempestividade e o envolvimento das unidades da CGU com os projetos, e facilitando a gestão das atividades destes.

Em 2012, dando continuidade às ações empreendidas em exercícios anteriores, as ações da Área de Gestão Interna da CGU se focaram na adequação da infraestrutura física e tecnológica aos requisitos de qualidade dos trabalhos realizados. Os riscos se apresentaram nas dificuldades relacionadas à mão-de-obra, sendo mitigados com investimento na capacitação técnica do corpo de servidores da CGU, bem como com a realização de concurso público para provimento do cargo de Analista de Finanças e Controle.

No tocante à adequação da infra-estrutura física, em Brasília, destaca-se, em especial:

- ocupação e adequação física, inclusive mobiliário, de 2 andares de edifício próximo ao edifício-sede da CGU em Brasília, na Quadra 1 do Setor de Autarquias Sul, com a finalidade de acomodar alguns setores da CGU, incluindo uma área de arquivo com 250 m²;
- continuação das obras do Sistema de Prevenção e Combate ao Incêndio;
- ampliação das instalações do berçário, visando atender um número maior de bebês;
- modernização/atualização tecnológica e estética das cabinas dos elevadores do Ed. Sede;
- revitalização da fachada do edifício sede da CGU em Brasília.

Quanto aos investimentos em infraestrutura logística, no que tange às Unidades Regionais dos Estados destacamos:

- reformas e adaptações, com a finalidade de promover a melhoria e/ou a modernização da estrutura física das Unidades Regionais da CGU em PE, BA, MG, ES, RJ, PA, AP, PB e GO, com descentralização de recursos às Superintendências de Administração do Ministério da Fazenda nos respectivos Estados;
- início das ações necessárias para a construção de edifícios-sede em terreno próprio da CGU nas Unidades Regionais em Pernambuco, Acre, com as autorizações para contratação das obras e a consignação de recursos no Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2013. No Acre, as obras já se iniciaram;
- aquisição de 17 veículos para suprir as necessidades das Unidades Regionais;
- Em relação à Gestão Documental, o foco da gestão foi:
- prosseguimento à implantação da Gestão Eletrônica de Documentos, em conjunto com a Assessoria Especial de Projetos e a Diretoria de Sistemas de Informação com a adequação de procedimentos operacionais, em especial relativos às demandas por capacitação, dirigidas à área de recursos humanos;
- racionalização da utilização dos espaços destinados a arquivo, mediante digitalização do acervo documental oriundo das extintas Ciset;
- aperfeiçoamento de rotinas internas de trabalho, com atenção principal nas Unidades Regionais, com a realização de visitas técnicas para levantamento da situação dos arquivos e das rotinas de serviço acompanhadas de palestras aos servidores, orientando-os quanto aos procedimentos corretos e solução dos problemas mais comuns.

Uma outra preocupação trazida pela DGI foi o aprimoramento da gestão documental, tanto na Unidade Central em Brasília-DF como nas Unidades Regionais, além do aparelhamento da CGU para atendimento à Lei de Acesso à Informação.

No que se refere ao objetivo estratégico de estabelecer mecanismos para implementar a Lei de Acesso à Informação, preparando a CGU para atender às demandas dos cidadãos por informações relativas às suas atividades, cabe destacar que, no exercício de 2012, foi implantado na CGU o Serviço de Atendimento ao Cidadão-SIC, culminando na estruturação de ambiente para atendimento ao cidadão com instalação de computadores, mobiliário e, ainda, treinamento dos servidores designados para comporem o SIC.

Dessa forma, buscou-se fomentar a melhoria contínua da gestão e da prestação de serviços públicos. No entanto, como já citado anteriormente, destaque-se a escassez de recursos humanos, de forma que, atualmente, no SIC, há apenas dois servidores da Carreira de Finanças e Controle.

Na seara da gestão ambiental, a CGU iniciou tratativas junto ao Ministério do Planejamento com vistas à implementação do Projeto Esplanada Sustentável, objetivando a uniformização das ações realizadas visando economia de energia elétrica, água, papel, bem como a realização de licitações sustentáveis.

Na área de Recursos Humanos, deu-se prosseguimento ao projeto de identificação funcional iniciado em 2010, que consistiu no fornecimento de distintivos metálicos com o Brasão da República, carteiras funcionais expedidas pela Casa da Moeda e crachás de identificação, a todos os servidores da CGU integrantes da Carreira Finanças e Controle, em nível nacional. A entrega do último lote do kit de identificação funcional foi realizada pela Diretoria de Gestão Interna (DGI) à unidade regional da CGU no Paraná. Assim, foi concluído o projeto de identificação funcional, em

parceria com a Casa da Moeda, tendo sido entregues 1.650 kits de identificação funcional aos servidores da carreira de Finanças e Controle em exercício nas unidades da CGU.

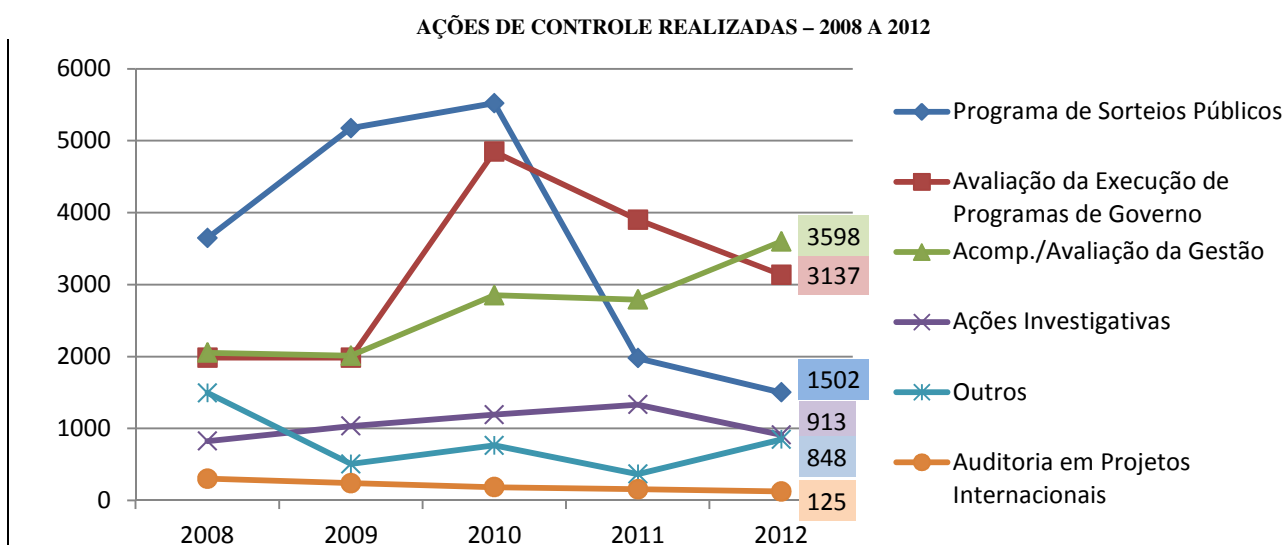
Em virtude das diretrizes estabelecidas pela Política de Capacitação da CGU, em 2012 continuaram em destaque as ações relativas à oferta de bolsas e concessão de afastamentos para participação em cursos de pós-graduação e de estudo de idiomas estrangeiros, bem como o suporte estratégico aos projetos internos de Capacitação junto à ESAF, seja o relacionado aos Cursos de Processos Disciplinares ou os vinculados ao Programa Capacita, bem como dos projetos internos de cada Unidade Regional.

Quanto à instrução de processos de servidores para participação em treinamentos externos (congressos, seminários ou palestras), que envolvam temas da área de gestão ou controle, foram capacitados 314 servidores do DF e demais Unidades da Federação.

Cabe registrar que, durante o exercício de 2012, foram realizadas 2.981 ações de capacitação, relativas às participações em treinamentos de curta duração, seminários, fóruns, palestras, congressos e cursos de pós-graduação, incluindo as 438 bolsas de estudo concedidas para cursos de idiomas estrangeiros aos servidores de Brasília e dos Estados. A despesa empenhada no exercício alcançou o montante de R\$ 1.432.148,95 (um milhão, quatrocentos e trinta e dois mil, cento e quarenta e oito reais e noventa e cinco centavos), equivalente a 95% de execução orçamentária da ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação, que tinha como dotação inicial o valor de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais).

2.3 Execução do Plano de Ações e Metas

Com vistas a alcançar as metas traçadas para o exercício de 2012, a SFC, em conjunto com as unidades regionais da CGU, realizou 10.123 ações de controle que contribuíram para o aprimoramento gestão e execução das políticas públicas. A figura a seguir, apresenta a evolução das ações de controle no período de 2008-2012, distribuídas nas principais linhas de atuação da SFC. Observa-se uma pequena redução do número de ações devido a realização de apenas dois eventos do Programa de Fiscalização a partir de Sorteios Públicos, sendo que no primeiro evento foram fiscalizados somente 24 municípios, fato motivado pela greve dos servidores da CGU.



Fonte: Sistema Novo Ativa

No processo de AEPG, realizou-se 31 avaliações de políticas públicas, tanto junto às autoridades responsáveis pela gestão dos recursos em nível local quanto junto à população beneficiária. Em 2012, foram publicados 8 Relatórios de Avaliação (disponíveis no sítio da CGU) da execução dos seguintes programas de governo: Concessão de Licenças de Importação, Fiscalização da Concessão de Rodovias, Construção de Cisternas, Concessão de Bolsa Formação a Policiais (Ministério da Justiça), Cursos do Cozinha Brasil (SESI), Inclusão Digital – Manutenção de Centros de Recondicionamento de Computadores (Ministério do Planejamento), Programa Bolsa Família (Ministério do Desenvolvimento Social) e Programa Saúde da Família (Ministério da Saúde). Ainda nessa vertente, em 2012, foram realizados dois eventos de sorteio, para fiscalização de 84 Municípios, envolvendo um montante estimado de recursos fiscalizados em valores superiores a R\$ 1,36 bilhão.

Apesar do não atingimento da meta relativa às avaliações de políticas públicas para o exercício de 2012(40 avaliações), observa-se uma evolução do quantitativo quando comparado com a realização de 2011 (18 avaliações). Com a difusão do processo na casa e de um melhor conhecimento de todos os servidores das ferramentas de avaliação, espera-se aumentar significativamente a quantidade de políticas públicas avaliadas.

Entre os resultados dos trabalhos realizados no processo de AEPG, destacam-se: i) exclusão de 664 mil famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, como resultado do processo de revisão dos dados cadastrais do CADÚnico, o que permitiu a inclusão de quantitativo igual de novas famílias sem que houvesse a necessidade de um aporte financeiro adicional; ii) destinação de 3% dos recursos transferidos aos municípios pelo IGD para financiamento das atividades realizadas pelas Instâncias de Controle Social; iii) proposta de alteração do atual Plano Diretor Nacional Estratégico de Pesagem, no âmbito do DNIT; iv) elaboração pela SETEC/MEC em parceria com o FNDE, no âmbito da ação Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, de “projeto-padrão” para confecção de projeto básico e modelos de edital e contrato, para aplicação nas instituições que participarão da Fase III do Projeto de Expansão 2011-2014; e v) distribuição de cadernos que orientam de forma abrangente a execução do Programa PETI, dotando os municípios de informações essenciais para o bom desempenho das ações socioeducativas.

Quanto as atividades realizadas no processo de Avaliação da Gestão dos Administradores houve superação das metas em todas as atividades desenvolvidas. Nas auditorias anuais de contas foram auditados 550 órgãos e entidades do Executivo Federal, bem como acompanhadas 868 unidades jurisdicionadas com foco nos seguintes temas: análise preventiva de editais; acompanhamento das determinações e recomendações do controle externo e interno; regularidade das transferências voluntárias, das renúncias tributárias e das compras (incluindo as sustentáveis e por meio do uso do CPGF); além da avaliação da gestão do patrimônio imobiliário.

Entre os efeitos positivos sobre a gestão pública, resultantes dessa atividade destacam-se: i) evitação de superfaturamento de aproximadamente R\$ 2,5 milhões em licitação conduzida pela Superintendência de Trens Urbanos de Maceió; ii) publicação da Resolução da Antaq nº 2.386/2012, adequada especialmente à Lei nº 8.630/93, que dispõe sobre o regime jurídico da exploração dos portos organizados e das instalações portuárias, eliminando o risco de prorrogações de contratos de arrendamento além dos prazos neles estabelecidos; iii) providências, no âmbito do Hospital Federal dos Servidores do Estado do Rio de Janeiro, decorrentes de renegociação de preços de serviços de apoio administrativo, evitando prejuízo no valor de R\$ 2,46 milhões, bem como a não homologação de pregão, que evitou o superfaturamento no montante de R\$ 1,15 milhão; e iv) publicação de Portaria MTur nº 248, de 11/06/2012, que estabelece procedimentos e critérios relativos à prestação de contas de instrumentos de transferência voluntária de recursos celebrados no âmbito do Ministério do Turismo.

Ainda na linha de Avaliação da Gestão dos Administradores, o Controle Interno acompanhou 47 operações de crédito externo e projetos de cooperação técnica internacional; realizou auditoria em

mais de 1.600 processos de Tomadas de Contas Especiais, dos quais a grande maioria foi certificada e encaminhada ao TCU para julgamento, representando um retorno potencial aos cofres do Tesouro da ordem de R\$ 1,4 bilhão; e analisou mais de 105 mil atos de pessoal (aposentadoria, pensão e admissão). Ainda sobre os gastos com pessoal, cabe registrar o trabalho desenvolvido de cruzamento de dados a partir das trilhas de auditoria de pessoal.

Em 2012, no âmbito das Ações Investigativas, destacam-se os seguintes resultados: i) realização de auditoria especial em seis Hospitais Federais localizados na cidade do Rio de Janeiro/RJ, perfazendo aproximadamente R\$ 887 milhões fiscalizados, com identificação de prejuízo potencial na ordem de R\$ 96 milhões; ii) auditoria especial no Banco do Nordeste, que demonstrou a existência de esquema de captação fraudulenta de recursos do FNE; iii) auditoria especial na Companhia Nacional de Abastecimento, com prejuízo potencial de R\$ 12 milhões e apuração de responsabilidade; iv) apuração de aproximadamente 680 denúncias de cidadãos ou da imprensa e representações do Ministério Público, Polícia Federal, parlamentares e outras autoridades, onde foram fiscalizados mais de 280 municípios, envolvendo exames sobre a execução de diversos programas governamentais, tais como: Brasil Escolarizado, Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos, Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário, PRONASCI – Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania, Turismo Social no Brasil: Uma Viagem de Inclusão, entre outros.

Em termos de parcerias nessa área, é crescente o número de Operações com o Departamento de Polícia Federal (DPF), assim como as ações de controle demandadas pelo Ministério Público da União (MPU). Do mesmo modo que cresce o volume de Relatórios da CGU espontaneamente encaminhados ao Ministério Público, sempre que há uma irregularidade mais grave que possa, a critério dos procuradores, gerar uma ação de improbidade administrativa ou criminal contra gestores públicos. O mesmo se dá, em outra medida, com a Advocacia Geral da União naquilo que se refere as possibilidades de Ações de Ressarcimento ou de ações de Improbidade Administrativa, para as quais a AGU é igualmente legitimada.

A partir da parceria com o DPF e o MPU, foram realizados 25 trabalhos de operações especiais, quais sejam: A Ordem dos Pegadores (PA), Alien (MA), Amaltea (PB), Serra Talhada (PE), Boca de Lobo (BA), Operação em Clínicas Radiológicas (RO), Decoada (MS), Desvelação (TO), Gabarito (PB), Gaia (MS), Gaia II (MS), Gangrena (PI), Insônia (AM), Lee Oswald (ES), Liceu - IFPA (PA), LogOff (PB), Nosferatu (PI), Pão e Circo (PB), Pão e Circo II (PB), Resgate (PE), Saneamento (TO), Boca de Lobo – Tucumã (PA), Gol de Mão (SP), Fonte Seca (PA), Endemia (RO) - que permitiram a adoção de medidas de responsabilização e de ressarcimento ao Erário Público.

No contexto do processo de Orientação Preventiva aos Gestores Federais, foram capacitados 13.448 servidores, entre eles 1.048 auditores internos, em temas sensíveis para o Controle Interno, como Licitações e Contratos, Transferências Voluntárias, Prestações de Contas e Aposentadorias e Pensões. Foram ainda distribuídas 10.775 cartilhas de orientação sobre temas como Sistema de Registro de Preços, Diárias e Passagens, Contratação de Consultorias e Licitações e Contratos Administrativos.

No exercício de 2012, a SFC, em cumprimento aos ditames da Lei de Acesso à Informação, incrementou os mecanismos de transparência e de controle social com a publicação, no site da CGU, dos relatórios de auditorias anuais de contas, relatórios por municípios fiscalizados no Programa Sorteio, relatório de avaliação de políticas públicas, relatórios das auditorias de recursos externos e relatórios de demandas externas.

Também nesse exercício, a SFC passou a adotar metodologia de mensuração e registro dos benefícios trazidos à gestão pública pela atuação do controle interno. Foram registrados R\$ 2,3

bilhões em benefícios financeiros e 117 benefícios não financeiros. Dentre os benefícios financeiros, destacam-se os seguintes:

BENEFÍCIOS FINANCEIROS RESULTANTES DAS AÇÕES DE CONTROLE

Ministério	Valor do Benefício (R\$ milhões)	Benefício
Ministério da Fazenda	679,5	Devolução pelo IRB-Brasil Resseguros S/A de recursos ao Tesouro Nacional, em função da extinção em 2010 do Fundo Excedente Único de Riscos Extraordinários- Garantia do Governo Federal (EURE-GGF), conforme recomendado pela Auditoria Anual de Contas realizada pela CGU-R/RJ em 2005 e reiterações posteriores.
Ministério da Fazenda	417,4	Recolhimento realizado pela CAIXA ao Fundo de Compensação de Variações Salariais, em função de contribuições não realizadas por este agente financeiro no período de 1975 a 1991, conforme ressaltado pela SFC/CGU nos pareceres do processo de novação de dívidas do FCVS.
Todos (Exceto MRE, MD e PR)	264,1	Suspensão de benefícios irregulares, decorrente do acompanhamento da folha de pagamento do Poder Executivo Federal por trilhas de auditoria de pessoal (cruzamento efetuados no sistema SIAPE em busca de irregularidades).
Ministério da Previdência Social	209,7	Suspensão de pagamento de 14.461 benefícios previdenciários irregulares, detectados por cruzamentos de dados existentes no Sistema de Benefícios do INSS com os de outros sistemas corporativos e operacionais da Administração Pública.
Ministério da Previdência Social	179,4	Recuperação de valores pagos indevidamente como benefícios previdenciários, detectados por cruzamentos dos dados existentes no Sistema de Benefícios do INSS com os de outros sistemas corporativos e operacionais da Administração Pública.

Fonte: Secretaria Federal de Controle Interno

Dentre os benefícios não-financeiros, destacam-se:

Ministério da Educação e Ministério da Saúde:

- Publicação do Decreto 7.507/2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência dos apontamentos e das recomendações da SFC que identificaram fragilidades no acompanhamento do dinheiro federal quando se trata das chamadas transferências do SUS, Fundeb e Merenda Escolar.

Ministério da Saúde:

- Lançamento do Portal Saúde com mais Transparência, em novembro de 2011, produto do grupo de trabalho constituído pelo Ministério da Saúde e pela SFC. Neste portal são disponibilizadas informações sobre a execução dos programas de governo financiados por meios de repasses fundo a fundo, incluindo os valores e identificando os beneficiários finais dos pagamentos efetuados com recursos do Fundo Nacional de Saúde; situação das prestações de contas dos municípios recebedores dos recursos da saúde e relatórios anuais de gestão apresentados pelos entes federados.

Ministério do Desenvolvimento Agrário:

- Redução do valor orçado para contratação de serviços de georreferenciamento em glebas públicas localizadas na Amazônia Legal, mediante Pregão Eletrônico da Superintendência Nacional de Regularização Fundiária da Amazônia Legal, decorrente de recomendação ao gestor para que procedesse à readequação dos custos orçados, considerando a identificação de impropriedades no orçamento inicial. Com isso, o orçamento de referência constante da licitação foi reduzido em R\$ 31,5 milhões (35% do orçamento estimado inicialmente).

Ministério da Pesca e Aquicultura:

- Em decorrência de recomendação da SFC, o Ministério passou a realizar as contratações de TI de acordo com o modelo contido no Termo de Referência elaborado pela SLTI/MPOG, bem como adequou as cláusulas contratuais que tratam de política de aquisição e substituição de equipamentos em conformidade com o § 2º do art. 7º da IN nº 01/SLTI/MPOG de 19/01/10.

Ministério da Fazenda

- Após verificação pela SFC de que o GDF pagava, com recursos do Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF), por uma carreira de apoio da Polícia Civil do Distrito Federal sem amparo em Lei Federal, em 2012, foram previstos no projeto de lei de orçamento do Distrito Federal para 2013 os valores retroativos pagos indevidamente (R\$ 43,3 milhões).

Ministério do Planejamento

- Implementação do PDTI 2012-2013 para todo o Ministério do Planejamento, incorporando análise de riscos e detalhamento suficiente, alinhado à recomendação emitida pela SFC à Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação decorrente da identificação de fragilidades no Plano Diretor de TI anterior.

Ministério do Trabalho e Emprego:

- Suspensão preventiva das adesões à Ata de Registro de Preços nº 41/2012, devido aos exames realizados pela equipe de auditoria que apontaram impropriedades e irregularidades na execução do Contrato nº 25/2011, celebrado com a Garden Turismo e Eventos Ltda. O Ministério ainda notificou todos os órgãos que já haviam aderido à ata, no sentido de evitar a propagação das falhas na execução do contrato.

Ministério da Ciência e Tecnologia:

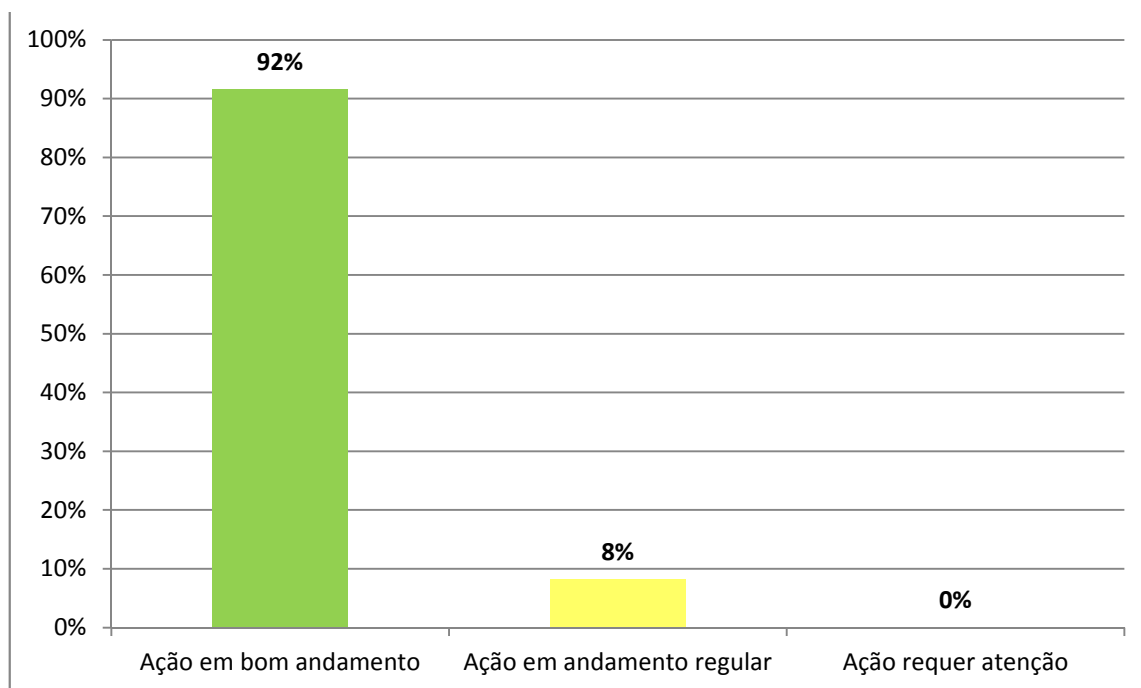
- Edição do Plano Anual de Fiscalização de Transferências Voluntárias, Acompanhamento e Avaliação dos Programas em Parceria com o CNPq em abril de 2012, como resultado do atendimento das recomendações constantes em relatório de auditoria da SFC.

Ministério da Integração Nacional:

- Implantação do Cartão de Pagamento de Defesa Civil (CPDC), que confere maior transparência e controle (governamental e social) aos gastos realizados com recursos federais repassados a estados, ao Distrito Federal (DF) e a municípios para ações emergenciais de Defesa Civil. A criação do CPDC resultou de iniciativa do Ministério da Integração, em parceria com a CGU e o Banco do Brasil. Os dados do cartão são publicados, de forma detalhada, no Portal da Transparência.

Com relação à atividade correicional, o Plano de Ação e Metas - PAM orientou as atividades de curto-prazo desenvolvidas pela CRG. Foram desenvolvidos 12 ações/projetos voltados a responsabilização administrativa e a coordenação do sistema de correição do poder executivo federal. No período anterior, ou seja, em 2011, 86% destas ações/projetos foram executadas plenamente; 14% dos projetos tiveram andamento regular e nenhum apresentou desempenho abaixo da expectativa. No ano de 2012, 92% das ações/projetos foram executados plenamente e apenas 8% delas tiveram andamento regular.

Ações e Projetos executados pela CRG em 2012



Fonte: CRG – Corregedoria-Geral da União

Alguns fatores impactaram na execução de algumas ações e projetos da CRG. Cita-se como principais o contingenciamento orçamentário e a limitação estabelecida com despesas para diárias, passagens e locomoção – Decreto nº 7.689, de 02 de março de 2012. Assim foram prejudicadas a Capacitação e Especialização em Direito Administrativo Disciplinar e a Realização de Inspeções Correcionais em outros estados.

Na área de prevenção da corrupção, das 24 (vinte e quatro) ações com metas definidas em 2012, a SPCI atingiu as metas em 18 (dezoito) ações, que apresentaram percentual de execução de pelo menos 80%; 2 (duas) ações tinham metas definidas cuja realização não dependiam diretamente da SPCI (Monitoramento da Tramitação do Projeto de Lei de Responsabilização de Pessoas Jurídicas por Atos de Corrupção contra a Administração Pública - PL 6826/2010 e Atuar para o aprimoramento da regulamentação de Conflito de Interesses; 2 (duas) ações apresentaram desempenho regular, com percentual de execução de pelo menos 50% (Fortalecimento do ODP, Projeto MARA); e 2 (duas) ações apresentaram desempenho insatisfatório, com percentual de execução abaixo de 50% (Reestruturação do Portal da Transparência e Promoção da integridade no setor privado).

A seguir apresenta-se uma descrição mais detalhada dos resultados de cada ação:

A ação Implementação da Lei de Acesso à Informação no Poder Executivo Federal (SPCI/GAB-001) cumpriu integralmente as metas definidas e compreendeu as seguintes realizações:

1. Orientação para a estruturação dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal no tocante ao atendimento das providências para o acesso à informação (criação de Serviços de Informações ao Cidadão - SICs, designação de autoridades de monitoramento, criação de seção de transparência ativa nos sítios eletrônicos dos órgãos e entidades);
2. Elaboração de proposta de decreto de regulamentação da LAI, em processo coordenado pela Casa Civil, em conjunto com outros órgãos do Poder Executivo Federal;
3. Desenvolvimento da 1ª versão do e-SIC - Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão;
4. Elaboração de Manual de Uso do e-SIC para cidadãos e para usuários governamentais;

5. Capacitação de 800 servidores públicos federais integrantes dos SICs dos órgãos e entidades;
6. Desenvolvimento, em conjunto com a Casa Civil, Ministério do Planejamento e Secretaria de Comunicação da PR, do Guia de Criação da Seção de Acesso à Informação nos Sítios Eletrônicos dos Órgãos/Entidades do Governo Federal.

Além disso, a SPCI monitorou a implementação pelos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal das providências definidas no cronograma fixado pela Casa Civil da Presidência da República (obrigações de transparência ativa, implantação do SIC, designação da autoridade de monitoramento definida pelo art.40 da LAI, definição de fluxos internos de tramitação).

A ação Monitoramento do cumprimento da Lei de Acesso à Informação (SPCI/GAB-002) cumpriu parcialmente as metas previstas que compreendiam atender a 100% das dúvidas/questionamentos dos órgãos/entidades (meta cumprida) e produzir relatório consolidado de cumprimento da LAI por parte dos órgãos e entidades que seria posteriormente enviado ao Congresso Nacional (meta não cumprida).

Com o Decreto nº 7.724/2012, que regulamenta a LAI, ficou estabelecido que o primeiro relatório consolidado de cumprimento da LAI será produzido no início de 2013, para encaminhamento ao Congresso em abril de 2013.

A ação Promoção de capacitação sobre a Lei de Acesso à Informação para servidores públicos federais, cidadãos e gestores subnacionais (SPCI/GAB-003) cumpriu integralmente as metas definidas para o período. No 1º semestre de 2012 foram capacitados 3.827 servidores sobre a Lei de Acesso à Informação (LAI), por meio de cursos à distância, superando assim a meta inicialmente prevista de 2.500 servidores capacitados.

No 2º semestre de 2012 foram capacitadas 22.298 pessoas sobre a LAI, compreendendo:

- 1) 623 servidores públicos federais capacitados por curso à distância;
- 2) realização de 31 eventos de capacitação, envolvendo 4.042 cidadãos;
- 3) realização de 46 eventos de capacitação envolvendo 12.633 gestores subnacionais; e
- 4) realização de diversas palestras ministradas por servidores da SPCI, atendendo a demandas de órgãos e entidades federais e estaduais, envolvendo pelo menos 5.000 pessoas.

Cabe ainda esclarecer que o baixo número de servidores federais capacitados no curso de Educação a Distância se deveu a problemas no sistema de inscrição da Escola Virtual da CGU. Dos 31 eventos realizados para cidadãos ao longo do 2º semestre, 8 foram eventos complementares e 23 Debates Acadêmicos. Dos 46 eventos realizados para gestores municipais e estaduais, 23 constituíram ações específicas sobre a LAI e 23 foram ações de apoio à transição municipal, no qual o Acesso à Informação foi tema central.

A ação Gestão do e-SIC (Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão) (SPCI/GAB-004) tinha a finalidade de gerenciar o escopo de requisitos do e-SIC de modo a propor melhorias no sistema (manutenção corretiva e evolutiva), bem como responder dúvidas/questionamentos dos órgãos e entidades sobre o sistema. As metas foram integralmente cumpridas.

Embora a Lei no 12.527/2011 (LAI) tenha estabelecida a data de 16 de maio para a sua vigência e, portanto, para a conclusão do desenvolvimento do sistema e-SIC, a publicação do Decreto no 7.724/2012 definiu novo rito de tramitação recursal ao qual o e-SIC teve que se adaptar. Os erros de sistema reportados foram 100% corrigidos e, no período, foram feitas as seguintes melhorias: desbloqueio de duplicidade de e-mails em perfis diferentes, registro de hora de entrada de pedidos e recursos, separação dos status "registrado" e "em andamento", troca de 3 NUPs já ocupados, inclusão de novos órgãos, separação de órgãos previamente cadastrados como vinculados, criação de botão para excluir anexo. Também foi feita a adaptação que permite a entrada de outros

documentos além do CPF e a desobrigação do uso do CPF para cadastro. A CGU cadastrou servidores para todos os órgãos superiores e também vinculados. Foram também inseridas as empresas estatais, que inicialmente não seriam usuárias do sistema.

Além desses ajustes, novas funcionalidades foram incorporadas no e-SIC, de acordo com as necessidades de implementação da LAI, a saber: recursos de 3ª instância, reclamação de atrasos de atendimento de pedidos de acesso à informação, opção de encaminhamento de recurso de 2ª instância ao órgão superior, abertura de pedidos em aba/janela nova, correção da busca por órgãos. Também foram feitas as seguintes melhorias: separação da pesquisa em pessoa física/jurídica para dar mais rapidez às consultas, apresentação de anexos nos relatórios, revisão dos e-mails automáticos. Por último, cabe ressaltar que foram atendidas/respondidas todas as dúvidas/questionamentos dos órgãos e entidades sobre o e-SIC.

A ação Reestruturação do Portal da Transparência (SPCI/GAB-005) prevê a reestruturação do Portal orientada pelos princípios de dados abertos, integração e ampliação de conteúdos, melhoria da usabilidade, por meio da disponibilização de novas funcionalidades e dados.

Mais especificamente foi definida como meta a construção do DW-CGU (Solução de software do tipo data warehouse com o objetivo de ser o repositório interno central de dados estruturados, coletados ou recebidos pela CGU, que precisam ser relacionados e redistribuídos) sendo previstas duas etapas: especificação de requisitos e implementação das soluções definidas. A meta foi parcialmente cumprida com 90% da especificação dos requisitos concluída, sem contudo a implementação ter sido iniciada.

A ação Incremento do Portal da Transparência (SPCI/GAB-006) consiste na inclusão de novos dados e funções no Portal da Transparência atual, independente do projeto de reestruturação. As metas foram quase inteiramente cumpridas com as seguintes realizações: 1) Publicação do Cadastro de Empresas Privadas em Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM); 2) Melhorias na área de download do Portal (conclusão da especificação, mas sem a implementação); 3) Publicação da remuneração dos servidores públicos federais; 4) Inclusão dos dados sobre imóveis funcionais; 5) Adaptação do Portal para se adequar a alterações no SIAFI; e 6) Análise sobre alterações da estrutura hierárquica para apresentação dos dados SIAPE e SIAFI no Portal. Cabe ressaltar que a implementação de melhorias na área de download do Portal (item 2) ficou a cargo da DSI.

A ação Fomentar a publicação de dados abertos (SPCI/GAB-007) previa o estabelecimento de parcerias com entidades não-governamentais com a finalidade de fomentar a publicação e utilização de dados. As metas previstas foram integralmente cumpridas por meio da celebração de dois acordos de cooperação técnica com Laboratório de Cultura Digital e NIC.br.

A ação Monitoramento de gastos públicos utilizando técnicas de análise e correlação de dados com vistas a identificar Situações que indiquem risco de irregularidades (SPCI/GAB-008) cumpriu quase integralmente as metas definidas para o período cujas realizações compreenderam: 3 rodadas de monitoramento sobre licitações e contratos; 10 rodadas de monitoramento de gastos dos cartões de pagamento do governo federal; 2 rodadas de monitoramento de gastos com diárias e passagens; e 1 rodada de monitoramento de transferências voluntárias.

Problemas no recebimento da base de dados do SIASG oriundos do SERPRO impediram a realização de mais 1 rodada de monitoramento sobre licitações e contratos, conforme previsto inicialmente. Da mesma forma, atualizações pouco frequentes do Portal da Transparência dificultaram a execução de mais 2 rodadas de monitoramento de gastos dos cartões de pagamento do governo federal.

A ação Produção de informações estratégicas (SPCI/GAB-009), que abrange a geração de informações para subsidiar as áreas da CGU, responder consultas de órgãos externos, bem como

apoiar gestores na execução dos seus programas de governo, superou as metas definidas para o período (150 informações), sendo produzidas 206 informações.

A ação Projeto MARA – Monitoramento de Riscos de Administração (SPCI/GAB-010) previa a elaboração de modelo de mapeamento de riscos e a realização de projetos-piloto com o mapeamento de 4 órgãos para teste e validação do modelo. As metas foram parcialmente cumpridas e compreenderam a definição inicial do modelo de mapeamento e a realização do mapeamento em 2 órgãos. A constatação da necessidade de ajustamento do modelo após a realização de alguns projetos-piloto, combinada com a dependência de colaboração de áreas externas à SPCI, impediu a realização dos demais mapeamentos, conforme previstos inicialmente.

A ação Análise investigativa das emendas parlamentares (SPCI/GAB-011), que compreende a realização de análise proativa das emendas parlamentares ao orçamento, com foco na previsão de transferências voluntárias a entidades sem fins lucrativos, cumpriu integralmente a meta definida com a elaboração de mapa de riscos de emendas ao orçamento 2012.

A ação Fortalecimento do ODP (SPCI/GAB-012) apresentava como metas a modernização tecnológica do ODP; a realização de estudos sobre experiências internacionais em produção de informações estratégicas em despesas públicas; a participação em seminários no país; a implementação do Portal ODP; e a elaboração de plano estratégico e plano de capacitação.

A ação teve um percentual global de execução de 80%. Por questões de insuficiência de recursos, o estudo sobre experiências internacionais foi postergado para 2013/14. Já o plano estratégico foi elaborado conforme previsto e o plano de capacitação, com 50% de progresso, estará definido ainda no primeiro semestre de 2013. A implementação do Portal ODP alcançou 60% no ano de 2013 - a meta era de 100% - devido a atrasos no início dos trabalhos em função da necessidade de alteração orçamentária, o que ocorreu apenas no final do primeiro semestre.

A ação Implantação de projetos-piloto do ODP.nano (SPCI/GAB-013) nos estados da Bahia e Santa Catarina cumpriu parcialmente as metas prevista que englobavam a aquisição de equipamentos e a implantação do ODP.nano, a doação de equipamentos, oferta de capacitação e avaliação dos resultados. Os equipamentos foram quase integralmente adquiridos, com exceção de 1 impressora, e a implantação do ODP.nano foi retardada, em razão de dificuldades de ajustamento de agenda com os Estados.

A ação Realização da 1ª Conferência Nacional sobre Transparência e Controle Social – Consocial (SPCI/GAB-014) cumpriu quase integralmente as metas fixadas. Participaram diretamente do processo conferencial 2.750 municípios (meta: 2.500 municípios); foram realizadas 26 conferências estaduais, 01 conferência distrital, 01 conferência virtual e 302 conferências livres (meta: 300 conferências livres); 153 mil pessoas participaram diretamente das conferências (meta: 150 mil pessoas); e houve a mobilização de 893 mil pessoas (meta: 1 milhão de pessoas mobilizadas).

A ação Promoção da ética e da consciência cidadã junto ao público infante-juvenil (SPCI/GAB-015) cumpriu parcialmente as metas definidas. Foram mobilizadas 131.297 pessoas por meio das seguintes modalidades: 78.139 pessoas que acessaram o site infantil "Criança Cidadã - Portalzinho da CGU"; realização de 21 de eventos nos Estados e 1 evento em Brasília para celebração do Dia da Criança Cidadã com público estimado de 3.158 crianças; e distribuição de 50 mil exemplares da revista em quadrinhos "Um por todos e todos por um! Pela ética e cidadania!".

Entre as metas que não foram realizadas constam o não lançamento do 6º Concurso de Desenho e Redação, em razão de indefinições quanto à estratégia a ser adotada para a premiação, e a pendência de celebração do termo de cooperação com o Instituto Maurício de Sousa, por conta do não encaminhamento do plano de trabalho com a indicação dos valores estimados para a assinatura do novo Termo de Parceria. Tal fato impediu a continuidade do Projeto Um por Todos e Todos por um!

A ação Conferência Internacional Anticorrupção (IACC – International Anti-Corruption Conference – 2012) (SPCI/GAB-016), que compreendeu o acompanhamento e apoio às atividades necessárias para a realização da IACC – International Anti-Corruption Conference – 2012, cumpriu integralmente a meta prevista que era justamente viabilizar a realização desse evento. A 15ª Conferência Internacional Anticorrupção (IACC), foi realizada em Brasília de 7 a 10 de novembro, recebeu mais de 1,9 mil participantes de 140 países e possibilitou a troca de experiências referentes ao tema anticorrupção. Os debates e oficinas reuniram diversos Chefes de Estado, representantes de governos, sociedade civil, acadêmicos, jornalistas e o setor privado visando traçar estratégias comuns para o desenvolvimento de medidas de prevenção e combate à corrupção.

A ação Programa Olho Vivo no Dinheiro Público (SPCI/GAB-018) cumpriu quase integralmente as metas previstas. Foram contempladas com o programa 105.484 pessoas por meio das seguintes linhas de ação: promoção de curso EaD Controle Social e Cidadania para 3.000 pessoas; promoção do curso EaD Controle Social do FUNDEB para 5.000 pessoas; distribuição de cartilhas de incentivo ao exercício do controle social para 90.649 pessoas; realização de palestras/capacitações sobre controle social (38 ações realizadas), com 3.827 pessoas mobilizadas; encontro de Conselheiros (57 encontros realizados), com 3.008 conselheiros capacitados. Das ações inicialmente previstas, somente o evento básico de educação presencial não foi realizado, tendo em vista a indisponibilidade de recursos orçamentários e financeiros.

A ação Promoção da integridade no setor privado (SPCI/GAB-019) cumpriu parcialmente as metas definidas em razão da prioridade dada à implementação da Lei de Acesso à Informação no Poder Executivo Federal. Das ações inicialmente previstas promoveu-se a divulgação do Cadastro Pró-Ética para entidades do setor bancário; a divulgação das empresas aprovadas na 3ª Rodada de avaliação das Empresas Pró-Ética; e analisados/avaliados os questionários de 10 empresas que submeteram suas propostas de inclusão no cadastro Pró-Ética.

A ação Monitoramento da implementação das Convenções Internacionais contra Corrupção ratificadas pelo Brasil (SPCI/GAB-020) cumpriu integralmente as metas definidas que envolveram as seguintes realizações: 1) promoção de reunião de subgrupo da ENCCLA para tratar do cumprimento pelo Brasil em relação à Convenção da OCDE contra Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais; 2) Divulgação dos termos das Convenções para seus respectivos públicos-alvo; 3) Participação das reuniões ordinárias do GT sobre Corrupção, da OCDE; e 4) Participação da avaliação da Suécia em relação à implementação da Convenção da OCDE contra Corrupção.

A ação Monitoramento da Tramitação do Projeto de Lei de Responsabilização de Pessoas Jurídicas por Atos de Corrupção contra a Administração Pública - PL 6826/2010 (SPCI/GAB-021) e a ação Atuar para o aprimoramento da regulamentação de Conflito de Interesses (SPCI/GAB-022) tinham como metas a aprovação dos respectivos projetos de lei que se encontram no Congresso Nacional. A SPCI tem acompanhado os debates e as tramitações dos referidos projetos, mas obviamente o cumprimento dessas metas não depende inteiramente dos esforços da SPCI.

A ação Monitoramento da implementação do Plano de Ação do Brasil junto à Iniciativa Internacional para Governo Aberto – OGP (SPCI/GAB-023) cumpriu integralmente as metas fixadas, que previam a implementação das ações sob responsabilidade da CGU e que constam do Plano de Ação do Brasil para a OGP e o monitoramento das iniciativas de outros órgãos federais.

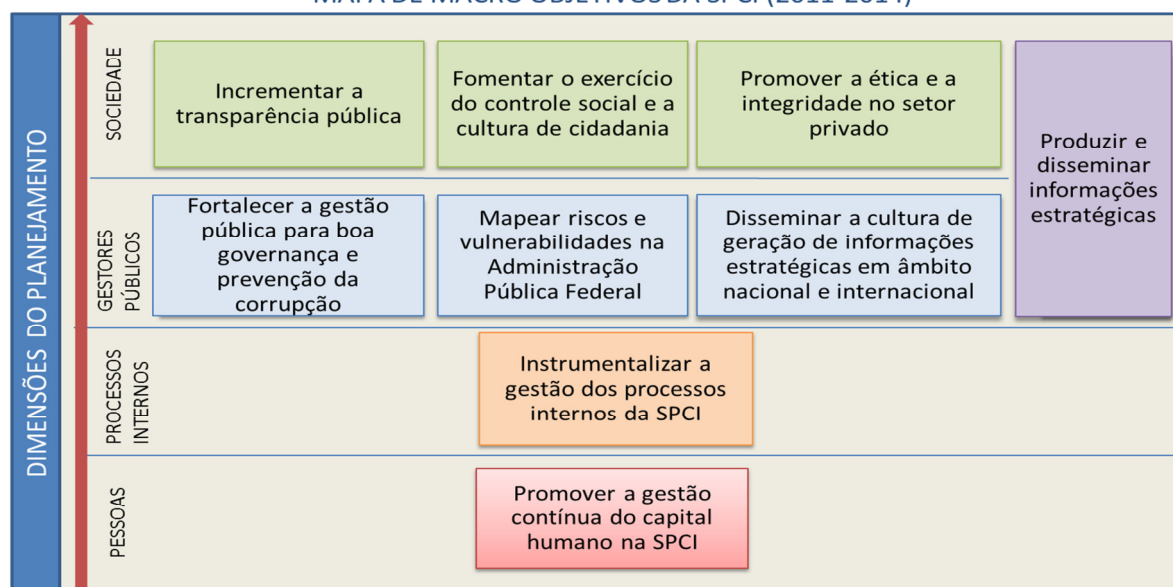
A ação Realização da Conferência Anual da Iniciativa para Governo Aberto – OGP (SPCI/GAB-024) tinha como finalidade organizar a Conferência Anual da OGP em abril de 2012, que previa a participação de representantes de governos, sociedade civil, pesquisadores acadêmicos, imprensa e setor privado para discutir temas relacionados à implementação de iniciativas de governo aberto em diferentes países e regiões e apresentar os avanços já obtidos pelos países fundadores da OGP, que lançaram oficialmente a iniciativa em setembro de 2011. A ação foi plenamente realizada.

A ação Programa de Fortalecimento da Gestão Pública (SPCI/GAB-025), que abrange a realização de eventos de capacitação presenciais e à distância, e distribuição de material bibliográfico voltados ao fortalecimento da gestão pública em estados e municípios, cumpriu quase integralmente as metas previstas. Foram contemplados 25.705 agentes públicos por meio das seguintes linhas de atuação: capacitação presencial de gestores públicos municipais, por meio de sorteio (24 eventos realizados), 1.775 servidores capacitados; e distribuição de publicações com orientações aos gestores públicos municipais e estaduais para 22.259 agentes públicos, promoção de curso EaD sobre licitações e contratos abrangendo 1.671 servidores. Os eventos inicialmente previstos de cooperação com controles internos foram cancelados, tendo em vista a indisponibilidade de recursos orçamentários e financeiros.

Quanto ao impacto dos resultados das ações executadas em 2012, cabe assinalar que todos os macro-objetivos da SPCI, constantes do quadro a seguir, foram abrangidos e experimentaram progressos por meio dessas ações, com especial destaque para o incremento da transparência pública (Lei de Acesso à Informação, Parceria para Governo Aberto, Reestruturação e incremento do Portal da Transparência, fomento à publicação de dados abertos), o fomento ao exercício do controle social e da cultura da cidadania (Programa Olho Vivo no Dinheiro Público, 1ª Consocial, educação para ética e cidadania para o público infanto-juvenil), mapeamento de riscos e vulnerabilidades na Administração Pública Federal (projeto MARA, análise de emendas parlamentares) e fortalecimento da gestão pública para boa governança e prevenção da corrupção (Fortalecimento do ODP, programa Fortalecimento da Gestão Pública, implantação do ODP.nano na BA e SC, monitoramento de gastos públicos).

Macro Objetivos da SPCI

MAPA DE MACRO OBJETIVOS DA SPCI (2011-2014)



Fonte: SPCI - Secretaria de Prevenção da Corrupção e Informações Estratégicas

Na área de ouvidoria, para o alcance do objetivo estratégico “Fomentar a melhoria contínua da gestão e da prestação de serviços públicos” do Plano de Ações e Metas da CGU, sob a responsabilidade da Ouvidoria-Geral da União, foram propostas a realização de três ações em 2012.

A primeira ação consistiu na elaboração de publicações relativas ao sistema federal de ouvidorias. Trata-se de um projeto que foi conduzido em 2012, cujo resultado foi a concepção e publicação de duas cartilhas, com o objetivo de fornecer orientações às unidades de ouvidorias do Poder Executivo Federal, denominadas “Orientações para Implantação de uma Unidade de Ouvidoria” e

“Orientações para a Implementação da Lei de Acesso à Informação nas Ouvidorias Públicas”. Referidas publicações são utilizadas extensivamente pelos órgãos públicos, inclusive de estados e municípios, para a criação de unidades de ouvidoria e a implantação do serviço de informação ao cidadão (SIC) nessas unidades. A ação foi executada conforme planejado.

A segunda ação voltou-se para a integração das unidades de Ouvidoria do Poder Executivo Federal, mediante a consolidação de dados relativos ao seu funcionamento, a cooperação técnica para a constituição de uma rede de ouvidorias, a realização de eventos de formação para atuação em ouvidorias e a ampliação de banco de boas práticas (Casoteca). Nesse sentido, foi elaborado um projeto piloto para a construção de um data warehouse, a partir de dados extraídos dos sistemas informatizados de três ouvidorias federais.

Houve, também, a celebração de termo de cooperação técnica com a Secretaria Geral da Presidência da República com objetivo de promover a integração de 13 unidades de ouvidoria de cunho social, formando uma rede de ouvidorias comprometidas com a participação social e com a contínua melhoria dos serviços públicos prestados, favorecendo uma gestão flexível e voltada para a satisfação das necessidades do cidadão.

Ainda nessa seara, a execução da Política de Formação Continuada em Ouvidorias (PROFOCO) foi iniciada com a oferta de 3 disciplinas do módulo estruturante, sendo também realizados 4 eventos de capacitação de ouvidorias na Lei nº 12.527 de 2011 e 5 eventos para a discussão e encaminhamento de questões relacionadas ao tema ouvidoria.

A Casoteca, iniciativa inaugurada em 2012 e fruto da cooperação da CGU e a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), é constituída dos 12 estudos de caso elaborados pelas ouvidorias e que tem o objetivo de fortalecer a gestão organizacional e apoiar a capacitação e o compartilhamento de conhecimento organizacional no âmbito das ouvidorias da Administração Pública Federal, sendo elaborados 12 casos.

Como descrito acima, a segunda ação foi executada com sucesso, atingindo-se a realização física com resultado acima de 90% da meta prevista.

Por fim, foi prevista, em 2012, uma ação específica para o desenvolvimento de rotinas e fluxos para otimização das atividades operacionais do atendimento às manifestações dos cidadãos, por meio de um projeto que, a partir da análise do fluxo implantado de atendimento ao cidadão, apresentará proposta de novas rotinas e fluxos que resultem na redução do tempo médio de análise das reclamações e de resposta aos cidadãos em 10%. Até o momento, logrou-se, em trabalho conjunto com a Assessoria Especial de Gestão de Projetos da Secretaria-Executiva (AESP/SE), o desenho otimizado do fluxo de trabalho de análise de manifestações de Ouvidoria e a especificação dos requisitos de telas para o sistema informatizado de Ouvidoria, a ser desenvolvido pela Diretoria de Sistemas e Informação (DSI).

Na área de tecnologia, com base no planejamento constante do Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI 2012/2013, merecem destaque as seguintes realizações da Diretoria de Sistemas e Informação em 2012:

No âmbito da Coordenação-Geral de Infraestrutura Tecnológica:

- Implementação de ações de melhoria em processos de trabalho visando garantir a disponibilidade dos serviços e sistemas, a exemplo de: aprimoramento do atendimento aos usuários de TI; definição de procedimento para prospecção tecnológica junto ao mercado; implantação de plano de contingência para serviços e sistemas essenciais; revisão do catálogo de Serviços de TI; estabelecimento de processo centralizado para gestão de contratos no âmbito da Sitec; definição de processo para acompanhamento dos normativos de contratação de soluções de TI; incremento do monitoramento de recursos, serviços e sistemas; adequação física na sala de equipamentos, por meio da reorganização de racks,

equipamentos e cabeamento; incremento da documentação e dos procedimentos dos principais serviços de TI.

- Elaboração de arquitetura de Armazenamento e Processamento, de Infraestrutura de Backup e de Gerenciamento de Impressão.
- Implantação de solução automatizada para registro centralizado de logs;
- Estabelecimento do processo de hardening.
- Aquisição e instalação de diversos ativos de infraestrutura tecnológica com o objetivo de suportar os serviços e sistemas existentes e atender novas demandas, tais como: solução de armazenamento (storage), equipamentos servidores (individuais e do tipo blade), switches departamentais, equipamentos de videoconferência, equipamentos para o projeto GED (monitor, placa de vídeo e scanners), software de backup corporativo, software de virtualização, desktops (padrão e avançado), impressoras, certificados digitais, dentre outros.
- Finalização do processo de internalização da solução de correio eletrônico, antes administrada e operada Serpro, que não vinha atendendo às necessidades da CGU. O novo serviço, além de oferecer diversas funcionalidades adicionais, é totalmente administrado e gerenciado por equipe técnica da própria CGU.

No âmbito da Coordenação-Geral de Informação:

- Divulgação da remuneração dos servidores ativos do Poder Executivo Federal e dos servidores militares no Portal da Transparência, em atendimento ao disposto no Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, que regulamenta a Lei nº 12.527/2012 (Lei de Acesso à Informação), e ao que estabelece a Portaria Interministerial nº 233, de 25 de maio de 2012;
- Reformulação da Consulta Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, para inserção de novas formas de penalidade, novas informações, novos sistemas de busca e para divisão das informações apresentadas ao cidadão em duas páginas específicas;
- Desenvolvimento da nova seção Portal Copa 2014 na web, composta por três módulos principais: Cadastro de Dados (que permite a entrada de informações pelas cidades-sede, ministérios e demais interlocutores); Processamento e Validação (que possibilita a visualização e a solicitação de correção de erros “grosseiros” e dados incorretos inseridos no módulo de entrada de dados); Consultas ao Cidadão (que exibe, de maneira mais completa e acessível, as informações inseridas e validadas nas etapas anteriores);
- Disponibilização de consulta às informações relativas aos imóveis residenciais de propriedade da União, situados no Distrito Federal e administrados pela Secretaria do Patrimônio da União – SPU, em atendimento ao disposto na Portaria Interministerial MPOG/CGU nº 262, de 19 de junho de 2012;
- Adaptação do Portal da Transparência às alterações trazidas pelo novo Siafi;
- Divulgação do Cadastro de Entidades Privadas Sem Fins Lucrativos Impedidas, que estão impedidas de celebrar convênios, contratos de repasse ou termos de parceria com a administração pública federal;
- Desenvolvimento de consulta no Portal da Transparência para divulgação das informações mantidas pela Corregedoria-Geral da União, com possibilidade de pesquisa por nome, CPF, punição ou lotação do servidor, bem como de obtenção e detalhamento de mais informações como data da punição, tipo de penalidade, unidade da federação, fundamentos legais da expulsão e portaria de punição no Diário Oficial da União. Além disso, a consulta permite o download completo das informações constantes do cadastro;
- Disponibilização da ferramenta SQL Reporting Services, treinamento de representantes de cada área e preparação de ambiente para geração de painéis, pelas próprias áreas, para acompanhamento de seus resultados;

- Realização de workshop, em parceria com outras áreas da CGU, para capacitação de servidores no uso de ferramentas para manipulação de dados;
- Implantação de ambiente contendo réplica do Banco de Dados Corporativo, que serve ao mesmo tempo como backup, e de um segundo ambiente para execução de processos que consomem dados, como relatórios e extrações, com o que é possível dividir a carga de trabalho com o ambiente principal;
- Evolução do sistema SGI, contemplando:
 - ✓ Implementação do módulo Esquemas/Operações da Corregedoria, para dar suporte ao acompanhamento sistemático das operações da Polícia Federal;
 - ✓ Adaptação do módulo Controle Interno para atender às comunicações do TCU;
 - ✓ Inclusão de Tomadas de Contas Especiais no módulo Controle Interno do SGI;
 - ✓ Finalização do desenvolvimento e implantação do módulo de Inspeções Correicionais;
 - ✓ Adequação do SGI para atendimento da Lei de Acesso à Informação;
 - ✓ Integração do SGI com o sistema e-SIC via Webservice;
 - ✓ Implementação de diversas alterações e melhorias no SGI e Processo Eletrônico.
- Evolução do sistema CGU-Pad, contemplando a implantação de inovações e melhorias, além de diversas mudanças para expandir o uso do sistema a empresas públicas, sociedades de economia mista e autarquias;
- Desenvolvimento do sistema e-Sic, na web, que viabilizou a implementação da Lei 12.527 – Lei de Acesso à Informação. O sistema permite a realização do pedido, acompanhamento do prazo pelo número de protocolo gerado, recebimento de resposta da solicitação por e-mail, interposição de recursos, apresentação de reclamações e consulta às respostas recebidas;
- Evolução do sistema e-Sic, para permitir o acesso aos pedidos e recursos através de WebServices;
- Implementação de melhorias na Escola Virtual da CGU;
- Implementação de melhorias na IntraCGU;
- Adequação da estrutura do Portal Infantil da CGU às necessidades da SPCI, decorrentes de recomendações feitas por consultoria de pedagogia e empresa de produção artística;
- Alteração no sistema de Controle de Acesso para impressão de etiquetas de identificação de visitantes;
- Evolução do sistema Ativa, contemplando:
 - ✓ Desenvolvimento de funcionalidade, com mecanismo de pesquisa a partir de grupo de filtros, para publicação na Internet de relatórios resultantes dos trabalhos desenvolvidos nas diferentes linhas de atuação da SFC, para dar cumprimento à Portaria CGU nº 1613, de 26 de julho de 2012.
 - ✓ Adequação ao processo de autenticação de usuários realizado pela extranet, o que possibilitará navegação no sistema sem necessidade de novo login;
 - ✓ Integração com o sistema Macros, desenvolvido pela DC/SFC;
 - ✓ Alteração no processo de conformidade dos usuários, pela atribuição de acesso ao processo “Gerenciar Usuários” aos supervisores das unidades demandantes e executoras;
 - ✓ Alteração no registro de recomendações, para permitir que o usuário informe o valor estimado do prejuízo quando selecionar a classe “Recomendação para reposição de valores/bens”;
 - ✓ Reformulação do processo de Relatoria, com objetivo de sanar inconsistências no processo de impressão, aprimorar a apresentação dos relatórios e otimizar a alimentação de informações no sistema;
 - ✓ Alteração da funcionalidade de construção do relatório de auditoria anual de contas visando a produção de peça única a ser publicada;

- ✓ Alteração da funcionalidade de geração de certificado e parecer visando maior objetividade do certificado e uma melhor reprodução do nexos de causalidade entre os agentes e as constatações;
- ✓ Alteração na estrutura do relatório de sorteio consolidado por município e do relatório de sorteio consolidado por órgão, de modo a facilitar a identificação e segregação das constatações/providências a cargo dos gestores federais e daquelas a cargo dos executores locais;
- ✓ Parametrização do relatório de demandas especiais e do relatório de sorteios, de modo a permitir sua geração com ou sem o campo de evidências, bem como diferenciação de acordo com o destinatário;
- Automatização do processo de organização dos papéis de trabalho relacionados às auditorias e fiscalizações, com objetivo de padronizar o armazenamento e facilitar a recuperação de informações.

Em relação às ações sob a responsabilidade da Diretoria de Gestão Interna, incluídas no Plano de Ações e Metas da CGU, o desempenho foi o seguinte:

Ação DGI-001 - Digitalização do Acervo Documental referente a papéis de trabalho de auditorias realizadas pelas extintas CISET.

As metas para 2012 eram o processamento de 100 m³ de documentos, com o armazenamento dos documentos originais e descarte dos materiais de referência. Entretanto, foram digitalizadas apenas 324 caixas, equivalente a 3,24 m³. As razões para o baixo desempenho foram a falta de pessoal especializado, visto que o procedimento licitatório para contratação de mão de obra ainda não foi concluído, e os constantes problemas apresentados pelos equipamentos disponibilizados para o setor.

Ação DGI-005 - Reformas e Adaptações nas Unidades Regionais da CGU.

As metas eram a realização do levantamento das necessidades, avaliação dos projetos e do orçamento estimativo, definição das reformas conforme viabilidade orçamentária e autorização de execução, com descentralização de recursos às Superintendências de Administração do Ministério da Fazenda – SAMF's nos respectivos Estados. Foram autorizadas reformas para as Regionais PE, BA, MG, ES, RJ, PA, AP, PB e GO, com descentralização de créditos pela CGU e empenhados os recursos pelas respectivas SAMF's, em valor correspondente a 98,79% da dotação total da ação.

Ação DGI-006 - Construção do edifício sede da CGU em Pernambuco em terreno da CGU.

A meta era concluir o projeto para posterior início das obras. Foi disponibilizado o recurso para contratação do projeto, que está em fase de aprovação. Foi consignado no PLOA 2013, em ação própria, o valor relativo à execução da obra.

DGI-008- Construção do edifício sede da Controladoria-Geral da União no Estado do Acre em terreno da CGU.

A meta para o exercício era iniciar a obra. Foi descentralizado e empenhado pela SAMF/AC o valor de R\$ 1.600.000,00 para a execução da obra no exercício. Entretanto, dado embargo judicial imposto à obra, o início foi postergado. No final do exercício, vencidas as dificuldades, a obra foi iniciada.

DGI-009 - Acessibilidade de pessoas com deficiência ao Edifício Darcy Ribeiro, sede da CGU.

As metas consistiam na revisão dos projetos básicos para contratação das obras de reforma dos banheiros e realização de procedimento licitatório para contratação das obras de construção da rampa de acesso principal. Não foi possível realizar a revisão do projeto básico em razão da escassez de pessoal técnico qualificado na área de engenharia e arquitetura da DGI. Quanto à contratação das obras de construção da rampa de acesso principal, ainda não houve aprovação do projeto pelo GDF, o que inviabilizou o prosseguimento das ações previstas.

DGI-010 - Transferência da Secretaria de Prevenção da Corrupção e Informações Estratégicas – SPCI e da Ouvidoria para o Prédio próximo ao Edifício Darcy Ribeiro no Setor de Autarquias Sul, em Brasília-DF.

As metas eram o recebimento de dois andares, disponibilizados pela Secretaria de Patrimônio da União, do MPOG, início dos projetos de adequação física das instalações para atendimento dos requisitos mínimos necessários à transferência das unidades para o novo endereço, a execução das obras e a mudança da SPCI. O termo de entrega provisório dos andares destinados à CGU foi assinado em junho de 2012, e as obras foram concluídas.

2.4 Indicadores

Neste tópico, estão consubstanciados os indicadores praticados pelas unidades da CGU, durante o exercício de 2012, os quais subsidiaram o acompanhamento das metas estabelecidas por cada unidade no referido ano.

Secretaria Federal de Controle Interno (SFC)

Para monitoramento e avaliação das atividades de Controle Interno realizadas, a SFC utilizou os seguintes indicadores de resultado:

Indicador: Benefícios financeiros resultantes das ações de controle			
Objetivo	Fórmula	Objetivo Estratégico	Resultado Obtido 2012
Apresentar uma dimensão mensurável dos benefícios decorrentes das ações do controle interno que possam de alguma forma ser representadas monetariamente (em R\$).	Recomendações implementadas em 2010, 2011 e 2012 com impacto positivo para a gestão são passíveis de contabilização em 2012.	Fomentar a melhoria contínua da gestão e da prestação de serviços públicos.	R\$ 2,3 bilhões
Análise do indicador: O resultado demonstra uma superação da meta estabelecida para o exercício de 2012 (R\$2 bilhões). Conforme informado no item 2.3, a metodologia de mensuração e registro dos benefícios trazidos à gestão pública pela atuação do Controle Interno foi adotada em 2012, motivo pelo qual não há histórico para este indicador.			

Indicador: Quantidade de benefícios não financeiros obtidos na administração pública federal			
Objetivo	Fórmula	Objetivo Estratégico	Resultado Obtido 2012
Mensurar a existência de benefícios que não são passíveis de serem	Os benefícios não financeiros devem,	Fomentar a melhoria contínua da gestão e da prestação de serviços públicos.	117 benefícios não financeiros registrados

representados monetariamente, pela contagem de quantos benefícios não-financeiros foram obtidos no período.	cumulativamente: I - decorrer de recomendações das atividades de controle interno; e II - resultar de providência adotada pelo gestor no exercício atual ou dentro dos 2 anos anteriores ao exercício de registro do benefício.		
---	---	--	--

Análise do indicador: Em 2012, foram contabilizados 117 benefícios não-financeiros, mais de 64% deles foram medidas de aperfeiçoamento da capacidade de gerir riscos e de implementação de controles internos. Conforme informado no item 2.3, a metodologia de mensuração e registro dos benefícios trazidos à gestão pública pela atuação do controle interno foi adotada em 2012, motivo pelo qual não há histórico para este indicador.

Indicador: Implementação das recomendações

Objetivo	Fórmula	Objetivo Estratégico	Resultado Obtido 2012
Este indicador apresenta uma das perspectivas de resultado do controle interno, entendida como o percentual de atendimento das recomendações por parte dos gestores federais	(Recomendações cumpridas) / (quantidade de recomendações com prazo de implementação expirado)	Fomentar a melhoria contínua da gestão e da prestação de serviços públicos.	36%

Análise do indicador: Em 2012, houve aumento do percentual de atendimento das recomendações por parte dos gestores federais, quando comparado ao exercício de 2011(31%). Esse percentual tenderá a aumentar, visto que a SFC promoverá capacitações de seus servidores visando a melhoria da qualidade das recomendações emitidas, buscará uma maior interação com os gestores federais, por meio de busca conjunta de soluções, bem como desenvolverá novo sistema para monitoramento das recomendações.

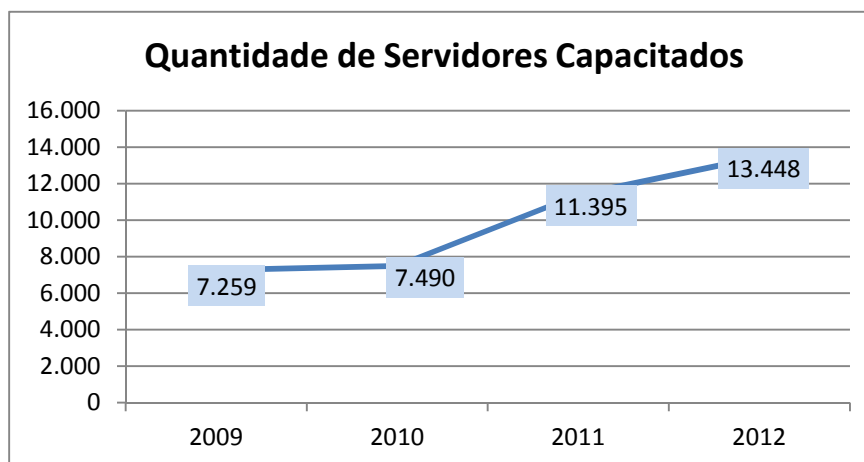
Indicador: Quantidade de Servidores Capacitados

Objetivo	Fórmula	Objetivo Estratégico	Resultado Obtido 2012
Monitorar a quantidades de servidores públicos federais capacitados.	Quantidade de servidores públicos federais capacitados	Fomentar a melhoria contínua da gestão e da prestação de serviços públicos.	13.448 servidores públicos federais capacitados

Gráfico:

Análise do indicador:

O gráfico demonstra uma evolução do número de gestores federais capacitados. Em 2012, houve aumento do quantitativo, quando comparado aos anos anteriores, visto que houve disponibilização de novos cursos presenciais e a distância.



Além dos indicadores de resultados, a SFC acompanha suas atividades por meio de indicadores de produto, insumo e processo. Os indicadores de produto, que na sua grande maioria representam os produtos das atividades e já foram apresentados no item 2.3 deste relatório, medem as entregas dos produtos do controle interno; os de insumo sinalizam os recursos alocados em algum processo de trabalho; e os de processo disponibilizam medidas em curso ou intermediárias que traduzem o esforço empreendido na obtenção dos resultados, medindo o nível de utilização dos insumos alocados.

Corregedoria-Geral da União (CRG)

Em 2012, os seguintes indicadores institucionais foram utilizados pela CRG para avaliar o grau de eficácia, a efetividade e o impacto de suas ações ao longo do exercício:

Macroprocesso	Título do Indicador	Objetivo do Indicador	Fórmula do Indicador
Promoção de ações disciplinares	Fomento à instauração de procedimentos disciplinares	Verificar a abrangência e a quantidade de processos disciplinares instaurados no âmbito do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal - SisCOR	$\frac{[\text{Procedimentos instaurados no período}]}{[\text{quantidade estabelecida}]}$
Acompanhamento de ações disciplinares	Amplitude do acompanhamento das ações disciplinares	Verificar o alcance do acompanhamento da CRG frente ao universo de procedimentos disciplinares no Poder Executivo Federal (PEF)	$\frac{[\text{procedimentos acompanhados pela CRG no período}]}{[\text{procedimentos disciplinares instaurados no PEF no período}]}$
Inspeção dos órgãos do Sistema de Correição	Cumprimento da quantidade mínima semestral de inspeções	Verificar o atendimento ao art. 22 da Portaria nº 335/2006 (20 inspeções p/ semestre atualmente)	$\frac{[\text{inspeções realizadas}]}{[\text{quantidade estabelecida}]}$
Disseminação de conhecimentos sobre matéria administrativa	Cumprimento da quantidade projetada de capacitações em Processo	Verificar o atendimento ao projeto de capacitação de membros em Comissão de Processo Administrativo	$\frac{[\text{Servidores capacitados no período}]}{[\text{Servidores que se pretendia capacitar no período}]}$

disciplinar	Administrativo Disciplinar	Disciplinar (CPAD)	
-------------	----------------------------	--------------------	--

O quadro seguinte demonstra o desempenho alcançado pela CRG no ano de 2012, embasada em 04 de seus principais indicadores:

Título do Indicador	Meta do Indicador	Valor aferido	Frequência de apuração	Data de aferição
Fomento à instauração de procedimentos disciplinares	100%	109% (5.453 procedimentos instaurados no SisCOR sobre 5.000 previstos no ano)	Anual	08/02/2013
Amplitude do acompanhamento das ações disciplinares	20%	19% (1.037 processos acompanhados sobre 5.453 processos instaurados)	Anual	08/02/2013
Cumprimento da quantidade mínima semestral de inspeções	100%	90% (36 inspeções realizadas no ano sobre 40 inspeções programadas no ano)	Semestral	08/02/2013
Cumprimento da quantidade projetada de capacitações em Processo Administrativo Disciplinar	100%	101% (foram capacitados 1.220 servidores e pretendia-se capacitar 1.200)	Anual	08/02/2013

Em relação aos indicadores “Cumprimento da quantidade mínima semestral de inspeções” e “Amplitude do acompanhamento das ações disciplinares” a unidade não superou as metas previstas inicialmente. O contingenciamento orçamentário, a carência de pessoal e a restrição nas despesas com diárias, passagens e deslocamento limitaram a plena execução nestas duas atividades.

Secretaria de Prevenção da Corrupção e Informações Estratégicas (SPCI)

Os principais indicadores utilizados pela SPCI para monitorar e avaliar os resultados de suas ações, identificando os avanços e eventuais necessidades de ajustes na condução de sua gestão referem-se à implementação do acesso à informação, no âmbito do Poder Executivo Federal, ao Programa Fortalecimento da Gestão Pública e ao Portal da Transparência.

Indicador: Percentual de órgãos e entidades cadastrados no Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC)			
Objetivo	Fórmula	Utilidade	Mensurabilidade
Mensurar o grau de aderência dos órgãos e entidades ao Sistema único desenvolvido pela CGU para recebimento e resposta a pedidos de acesso à informação no âmbito do Poder Executivo Federal. Importante ressaltar que os órgãos e entidades devem cumprir requisitos mínimos para se cadastrar no e-SIC, como, por exemplo, ter pessoas identificadas como	Número de órgãos e entidades cadastrados no e-SIC sobre número total de órgãos e entidades que devem, obrigatoriamente, ter Serviços de Informação ao	Acompanhar o sucesso da iniciativa da CGU de centralizar, em um único canal, todos os pedidos e respostas ao pedidos de acesso e avaliar, de forma indireta, a atuação da	Indicador mensurável a partir do banco de dados do sistema e-SIC e de outros sistemas estruturantes do Governo Federal, como o SIORG (até 2º nível) .

responsáveis pelo Serviço de Informações ao Cidadão e autoridade designada de monitoramento, nos termos do Art. 40 da lei 12.527.	Cidadão.	CGU para implementar a Lei de Acesso à Informação no âmbito do Poder executivo Federal.	
Gráfico ou quadro com a indicação do valor numérico do indicador			
(252/270) => 93%			
Análise do indicador:			
O indicador demonstra que a aderência dos órgãos e entidades ao e-SIC foi muito significativa, o que, de forma indireta, mostra o sucesso da CGU no que tange à implementação da Lei de Acesso à Informação no âmbito do Poder Executivo Federal.			

Indicador: Montante de recursos de execução financeira do governo federal registrados no Portal da Transparência																	
Objetivo	Fórmula	Utilidade	Mensurabilidade														
Verificar o incremento do montante de recursos totais de execução financeira do governo federal registrados no Portal da Transparência a cada período, com base na análise comparativa da série histórica do indicador.	Somatório dos recursos de execução financeira do governo federal registrados no Portal.	Indicador utilizado como um dos referenciais para acompanhamento e tomada de decisão em relação ao incremento da transparência pública de dados de execução financeira.	Indicador perfeitamente mensurável, computado de forma objetiva a partir do registro dos dados de execução financeira do governo federal no Portal da Transparência.														
Gráfico:																	
<p style="text-align: center;">Portal da Transparência</p> <p style="text-align: center;">Execução Financeira do Governo Federal - Evolução de Recursos Registrad</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Ano</th> <th>Montante de Recursos Registrados (R\$ 1.000.000,00)</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>2007</td> <td>4.036</td> </tr> <tr> <td>2008</td> <td>5.171</td> </tr> <tr> <td>2009</td> <td>6.440</td> </tr> <tr> <td>2010</td> <td>7.717</td> </tr> <tr> <td>2011</td> <td>9.178</td> </tr> <tr> <td>2012</td> <td>10.889</td> </tr> </tbody> </table> <p>Fonte: Secretaria de Prevenção da Corrupção e Informações Estratégicas</p>				Ano	Montante de Recursos Registrados (R\$ 1.000.000,00)	2007	4.036	2008	5.171	2009	6.440	2010	7.717	2011	9.178	2012	10.889
Ano	Montante de Recursos Registrados (R\$ 1.000.000,00)																
2007	4.036																
2008	5.171																
2009	6.440																
2010	7.717																
2011	9.178																
2012	10.889																
Análise do indicador:																	
O gráfico demonstra a evolução da execução financeira do Governo Federal registrada no Portal da Transparência, ano a ano, no período 2007 a 2012, que passou de R\$ 4,0 trilhões em 2007 para R\$ 10,8 trilhões em 2012, evidenciando																	

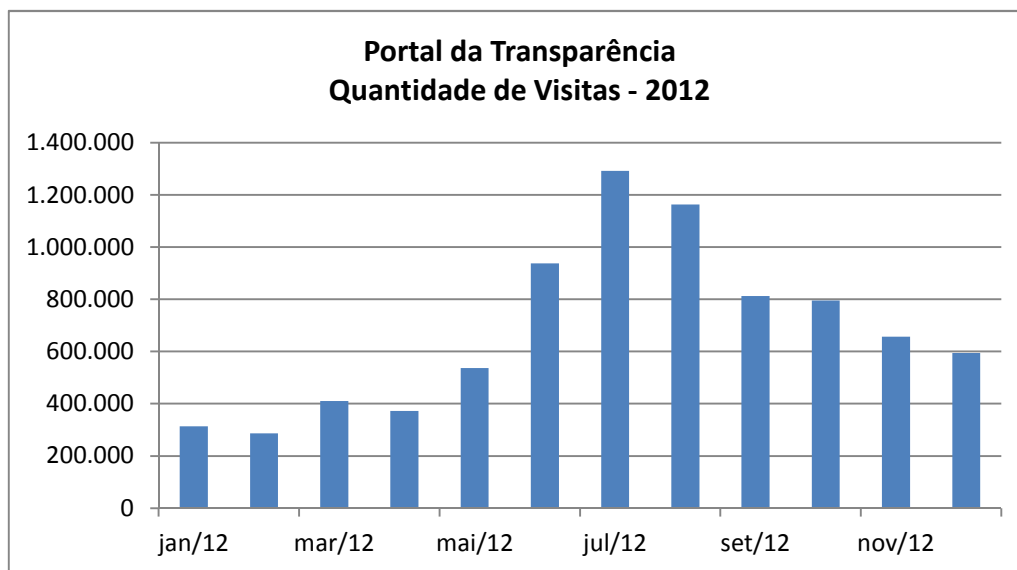
uma tendência de constante crescimento.

O Portal registra dados de execução orçamentária referentes a gastos diretos, transferências de recursos, cartões de pagamento da defesa civil, cartão de pagamento do governo federal, além de programas de governo, como o Programa Pescador Artesanal.

Indicador: Quantidade de visitas ao Portal da Transparência no período

Objetivo	Fórmula	Utilidade	Mensurabilidade
Verificar a quantidade de visitas ao Portal da Transparência a cada período, visando à análise do interesse dos usuários pelo site. A análise comparativa da série histórica do indicador permitirá identificar períodos de pico de acesso ao site, associando-os a: resultados de campanhas de divulgação, períodos pré-eleitorais, notícias divulgadas pela imprensa, implementação de melhorias no Portal, entre outras.	Quantidade de visitas ao Portal da Transparência no período	Indicador utilizado para monitoramento e análise de eventuais efeitos decorrentes de modificações no Portal da Transparência, seja em razão da disponibilização de novos dados como em razão da modificação ou incremento de funcionalidades.	Indicador perfeitamente mensurável, computado de forma objetiva a partir do registro do acesso ao Portal da Transparência.

Gráfico:



Fonte: Secretaria de Prevenção da Corrupção e Informações Estratégicas

Análise do indicador:

O Portal da Transparência passou de uma média de 280 mil acessos mensais em 2011 para a média de 680 mil acessos mensais em 2012, o que representou um crescimento aproximado de 142% no número de acessos. Contribuiu significativamente para esse aumento o início da vigência da Lei de Acesso à Informação, a partir de 16 de maio de 2012, que promoveu o acesso a informações que constavam do Portal. Além da usual disponibilização de dados de execução financeira, o incremento da divulgação de novas informações e cadastros no Portal da Transparência, a exemplo da remuneração de servidores federais, cadastro de expulsões, cadastro de imóveis funcionais, dentre outros, também impulsionou o número de consultas ao Portal.

A atualização constante das informações disponíveis e a inclusão a cada ano de novos tipos de consultas, refletindo temas de grande interesse nacional, como dados do programa Bolsa Família, as obras da Copa do Mundo de Futebol

em 2014 e os Jogos Olímpicos em 2016, no Rio de Janeiro, tem influenciado positivamente o crescimento da média mensal de consultas ano após ano.

Indicador: Quantidade de agentes públicos capacitados por meio do programa Fortalecimento da Gestão Pública (FGP)

Objetivo	Fórmula	Utilidade	Mensurabilidade
Avaliar a evolução do alcance do FGP, com relação ao número de agentes públicos capacitados, com base na análise comparativa da série histórica do indicador.	Somatório dos agentes públicos capacitados até a data final do período de referência.	Acompanhar a evolução dos esforços de promoção de capacitação despendidos pela SPCI em relação a Estados e municípios.	Indicador mensurável a partir da compilação dos dados de registro de participação nos eventos de capacitação promovidos.

Quadro

EVOLUÇÃO DO FGP – SORTEIOS PÚBLICOS

ANO	AÇÕES	MUNICÍPIOS	AGENTES CAPACITADOS	MUNICÍPIOS POR AÇÃO	AGENTES POR AÇÃO
2006	5	9	256	1,8	51,2
2007	22	94	1.115	4,3	50,7
2008	21	131	1.404	6,2	66,9
2009	40	342	3.711	8,6	92,8
2010	55	343	4.400	6,2	80,0
2011	25	96	1.214	3,8	48,6
2012	26	162	1.881	6,2	72,3
TOTAL	194	1.177	13.981	6,1	72,1

Fonte: Secretaria de Prevenção da Corrupção e Informações Estratégicas

Análise do indicador:

O Programa Fortalecimento da Gestão Pública (FGP) objetiva aprimorar a gestão dos recursos públicos pelos Estados e municípios brasileiros.

O quadro acima mostra a evolução do quantitativo de agentes públicos capacitados, municípios atendidos e número de ações de capacitação realizadas. Em 2012, nota-se um crescimento em relação ao ano de 2011 nas três dimensões citadas.

Ouvidoria-Geral da União (OGU)

Com relação à ouvidoria, a CGU trabalhou, em 2012, com o seguinte indicador:

Fórmula do Indicador	(Quantitativo de manifestações encaminhadas pela OGU aos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal que não dispõe de unidade de ouvidoria própria e foram concluídas após
-----------------------------	---

	análise e processamento pelos respectivos órgãos e entidades em até 60 dias do encaminhamento inicial da OGU) / (quantitativo de manifestações encaminhadas pela OGU aos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal que não dispõe de unidade de ouvidoria própria) x 100				
Fortalecimento do segmento de Ouvidorias do Poder Executivo Federal	Percentual de órgãos e entidades do Poder Executivo Federal que dispõe de unidade de Ouvidoria própria			n/a	Mensal
Objetivo do Indicador	Aferir o percentual de cobertura do segmento de Ouvidoria em relação à totalidade de órgãos e entidades do Poder Executivo Federal				
Fórmula do Indicador	$(\text{Quantitativo de unidades de Ouvidorias em operação}) / (\text{Quantitativo de órgãos e unidades do Poder Executivo Federal existentes}) \times 100$				

Meta do Indicador	Valor aferido	Data de aferição	Frequência de apuração
100%	62,3%	20/02/2013	Mensal

Diretoria de Sistemas de Informação (DSI)

Na área de tecnologia, a DSI acompanhou a evolução do seguinte indicador:

Macroprocesso	Gestão de Tecnologia da Informação
Título do Indicador	Índice de Alocação de Horas de Trabalho
Objetivo do Indicador	Aferir a efetividade de horas trabalhadas nas atividades das áreas, excluindo-se absenteísmo, férias e horas dedicadas a treinamento
Fórmula do Indicador	Razão entre o somatório da quantidade de horas trabalhadas (não incluindo ausências, férias e treinamento) de todos os servidores da área (excetuando-se os líderes de equipe e coordenadores) e o somatório total de horas potenciais desses mesmos servidores, no período de aferição.
Meta do Indicador	1,0
Valor Aferido	1,0

Diante do alcance das metas que lhe foram atribuídas, pode-se considerar como efetivo o desempenho da DSI. O não atendimento de parte das demandas apresentadas pelas áreas deveu-se, basicamente, à fatores como perda pessoal, orçamento insuficiente e baixa qualidade dos serviços prestados por terceiros.

Diretoria de Gestão Interna (DGI)

Na área de gestão interna, outros indicadores foram utilizados, como exposto abaixo:

RECURSOS LOGÍSTICOS

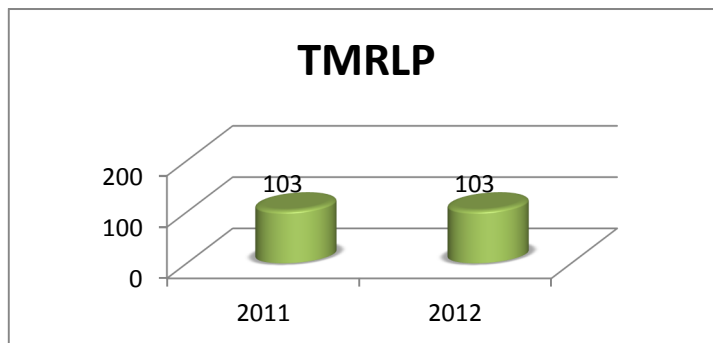
No tocante à área de Recursos Logísticos, são três os indicadores utilizados para avaliar e monitorar a gestão, acompanhar o alcance de metas, identificar os avanços e melhorias na qualidade dos serviços prestados, a saber:

- - **TMRPL - Tempo Médio de Realização de Procedimento Licitatório**

O objetivo é calcular o tempo médio, em dias, para a realização de um procedimento licitatório na CGU, desde a data da chegada do processo na COLIC até a homologação do resultado do certame, expurgando-se as etapas anteriores ao início do processo licitatório.

TMRPL = (Prazos de realização dos processos licitatórios, desde a chegada do processo na área de licitações) / (Número de procedimentos licitatórios realizados no período).

Ressalte-se que houve mudança do critério de cálculo do indicador a partir de 2011 e que, por este motivo, o gráfico abaixo ilustra o TMRPL de 2011 e 2012.



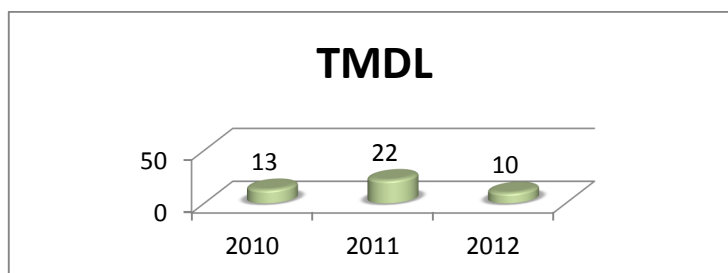
No cálculo no TMRPL de 2012 foram levados em conta 31 processos autuados em 2012, ainda que finalizados em 2013 (até o momento do cálculo dos indicadores), e também os autuados em 2011 e que se tornaram pregões iniciados e finalizados em 2012.

- **B) - TMDL - Tempo Médio de Dispensa de Licitação**

O indicador calcula o tempo médio, em dias, de realização de uma dispensa de licitação na CGU, amparada no art. 24, incisos I e II da Lei 8.666/93, e alterações posteriores, desde a data de abertura do processo administrativo até a emissão do empenho.

TMDL = (Prazos de realização dos processos de dispensa de licitação) / (Número de dispensas de licitação realizadas no período).

No exercício de 2012 em comparação com o exercício de 2011, houve uma redução significativa no tempo médio desde a autuação do processo até o envio para empenho, conforme apresentado no gráfico abaixo, como resultado das ações implementadas na CGRL para melhorar a qualidade dos Termos de Referência e Projetos Básicos e agilizar o fluxo dos processos de licitação em andamento.



No cálculo do TMDL de 2012 foram levados em conta os 64 processos autuados e finalizados no ano.

C) Índice de republicação de editais – IRE

O IRE foi de 17,50%, o que levou em conta sete republicações de editais, com a reabertura de novos prazos, face às falhas, por parte das áreas demandantes, na elaboração dos Termos de Referência/Projeto Básico, apontadas via pedidos de esclarecimento e impugnações, ou por razão de licitações deserta e/ou fracassadas.

Destaque-se que houve uma redução de 39,42% em relação a 2011, considerando que, nesse exercício, o índice foi de 28,89%.

GESTÃO DOCUMENTAL

Na área de Gestão Documental, a cargo da Coordenação-Geral de Documentação e Informação - CGDI, os indicadores utilizados estão descritos a seguir:

A) Grau de eficiência no cadastro de documentos =

quantitativo de documentos e processos cadastrados
cadastramentos executados com erro.

Tal indicador apresentou um resultado de 99,96% de acertos, conforme tabela a seguir:

Grau de Eficiência do Cadastro de Documentos e Processos						
Período	Acertos (em%)			Erros (em%)		
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Janeiro	99,91	99,57	99,95	0,09	0,43	0,05
Fevereiro	99,97	99,84	99,76	0,03	0,16	0,24
Março	99,96	99,74	99,73	0,04	0,26	0,27
Abril	99,98	99,55	99,93	0,02	0,45	0,07
Maiο	99,96	99,77	99,95	0,04	0,23	0,05
Junho	99,94	99,76	99,91	0,06	0,24	0,09
Julho	99,96	99,68	99,91	0,04	0,32	0,09
Agosto	99,98	99,74	99,93	0,02	0,26	0,07
Setembro	100,00	99,57	99,91	0,00	0,43	0,09
Outubro	99,93	99,54	99,91	0,07	0,46	0,09
Novembro	99,95	99,85	99,90	0,05	0,15	0,10
Dezembro	99,99	99,71	99,94	0,01	0,29	0,06
MÉDIA ANUAL	99,96	99,69	99,90	0,04	0,31	0,10

Observa-se que os acertos apresentaram uma pequena melhoria, fruto do aperfeiçoamento constante dos fluxos de trabalho.

B) Média de atividades realizadas por servidor/dia =

tarefas distribuídas entre os diversos setores
quantidade de pessoal do setor (incluindo terceirizado)

Demonstrativo de Produtividade									
Área / Atividade	Ações realizadas			Média Anual por pessoa			Média Diária por pessoa		
	2012	2011	2010	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Arquivo	56.655	25.299	33.541	4.721	3.614	3.354	18,16	13,90	12,90
Autuação	18.341	18.048	26.389	4.585	4.512	6.597	17,63	17,35	23,37
Cadastro	94.814	79.210	107.815	13.544	6.093	7.187	52,09	23,43	26,14
Triagem	39.976	23.092	25.954	4.997	2.887	2.884	19,22	11,10	10,49
Expedição	83.291	60.914	49.482	10.411	8.702	7.069	40,04	33,47	27,19
TOTAIS	293.077	208.574	245.191	7.514	4.301	5.418	28,90	19,85	20,02

É possível observar um aumento significativo da quantidade de ações realizadas em quase todas as áreas, considerando-se o desenrolar das atividades da Casa.

Destaca-se a área de expedição, com um aumento do volume de trabalho de 27% em relação a 2011, resultado da adoção da sistemática de envio dos contracheques dos servidores pelos Correios, a partir de junho de 2012.

C) Tempo médio de permanência de documentos na CGDI =

data e horário do recebimento pelos usuários finais

- data e horário de recebimento do documento no setor

Conforme tabela abaixo, observa-se uma diminuição no tempo médio obtido em relação aos exercícios anteriores. Tal diminuição deve-se ao aperfeiçoamento das rotinas de trabalho e ao avanço da Gestão Eletrônica de Documentos, com sua utilização por um maior número de usuários.

Tempo Médio de Permanência		
2012	2011	2010
12,24 h	16,57 h	24,66 h

D) Gestão Eletrônica de Documentos

Conforme Tabela abaixo, verifica-se que houve, por um lado, decréscimo do quantitativo de processos físicos na CGU de 2011 para 2012, representando 11,44% e, por outro lado, acréscimo de processos eletrônicos e híbridos, representando respectivamente 12.323,81% e 29,7%.

PROCESSO	2011	2012

Eletrônico	84	10.436
Físico	46.500	41.179
Híbrido	368	475

Portanto, pode-se concluir que a CGU, cada vez mais, tem incorporado a Gestão Eletrônica de Documentos nos processos de trabalho. No entanto, destaque-se que ainda há muitos processos físicos (41.179), o que demonstra a necessidade de se incentivar a utilização da gestão documental eletrônica tanto nas áreas finalísticas e quanto na área meio.

PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

O monitoramento feito pela Coordenação-Geral de Planejamento e Orçamento (CGPO/DGI), junto ao Órgão Central e às Unidades Regionais, no intuito de acompanhar os atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, objetiva promover a melhoria nos controles internos, bem como uma maior interação entre as áreas que compõem essas Unidades e, por conseguinte, promover o alcance da meta prevista, entre 0 (zero) e 6(seis) restrições contábeis recebidas por semestre. Esse acompanhamento é realizado por meio de contatos telefônicos, e-mails e mensagens SIAFI.

A) Restrições Contábeis do Órgão Central

O Indicador de Restrições Contábeis do Órgão Central, no exercício de 2012, apresentou um índice equivalente a 3,83 restrição/mês. O significativo acréscimo na quantidade de restrições contábeis registradas foi consequência de apontamentos diversos, tais como: transferências (termos de parceria e acordos de cooperação técnica) com saldo superior a 180 (cento e oitenta) dias nas contas de A Liberar e A Comprovar, situação essa que logo será regularizada, haja vista o recebimento, em fevereiro de 2013, de recursos referentes a saldos não utilizados decorrentes dessas transferências; Atrasos na prestação de contas de suprimento de fundos; Saldos alongados em contas de contratos; e falta de registro da conformidade de registro de gestão.

RESTRIÇÕES CONTÁBEIS REGISTRADAS PELA Ciset/PR

EXERCÍCIO	UNIDADES GESTORAS	QUANTIDADE RESTRIÇÕES
2010	170940 - CGPO 110174 - DGI 110175 - CGRH 110176 - CGRL	16
2011	170940 - CGPO 110174 - DGI 110175 - CGRH 110176 - CGRL 110299 - BID - PROCONTROLE	17

	110576 - SPCI - ODP 110585 - PROJETO BIRD	
2012	170940 - CGPO 110174 - DGI 110175 - CGRH 110176 - CGRL	46

Fonte: SIAFI Operacional

B) Restrições Contábeis nas Unidades Regionais

Nas Unidades Regionais, o Indicador de Restrições Contábeis, para o exercício de 2012 apresentou um índice equivalente a 3,17 restrição/mês. Esse acréscimo se deve à falta de registro da conformidade dos registros de gestão, proveniente da rotina de depreciação na Administração Pública, que no âmbito deste Órgão, utiliza o Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIADS para sua consecução. Cabe esclarecer que, no fim do exercício de 2012, ocorreram alguns problemas de sistema os quais impediram o aludido registro em tempo hábil.

RESTRICÇÕES CONTÁBEIS REGISTRADAS PELA Ciset/PR

EXERCÍCIO	UNIDADES REGIONAIS	QUANTIDADE RESTRIÇÕES
2010	170063 - CGU/PE 170364 - CGU/TO 170068 - CGU/AL 170099 - CGU/MG 170194 - CGU/MT 170084 - CGU /BA .	7
2011	170023 - CGU/PA 170031 - CGU/MA 170037 - CGU/PI 170044 - CGU/CE 170049 - CGU/RN 170054 - CGU/PB 170063 - CGU/PE 170068 - CGU/AL 170074 - CGU/SE 170084 - CGU/BA 170364 - CGU/TO 170366 - CGU/RR 170202 - CGU/AC.	30

2012	170023 - CGU/PA	38
	170031- CGU/MA	
	170037- CGU/PI	
	170049 - CGU/RN	
	170054 - CGU/PB	
	170063 - CGU/PE	
	170068 - CGU/AL	
	170099 - CGU/MG	
	170105 - CGU/ES	
	170364 - CGU/TO	
	170113 - CGU/MS	
	170130 - CGU/RJ	
	170152 - CGU/SP	
	170165 - CGU/PR	
	170174 - CGU/SC	
	170194 - CGU/MT	
	170200 - CGU/GO	
	170202 - CGU/RO	
170206 - CGU/AC		
170212 - CGU/AM.		

C) Viagens na CGU

Os indicadores referentes às viagens ocorridas na CGU (percentual de viagens devolvidas para correção no SCDP, percentual de viagens com data de início em final de semana e percentual de viagens aéreas nacionais registradas com antecedência menor do que dez dias) demonstram o seguinte resultado:

	Quantidade	Proporção
Total de viagens	8379	100%
Viagens iniciadas final de semana	1468	17,5%
Viagens devolvidas para correção	1523	18,1%

	Quantidade	Proporção
Total de viagens aéreas	4575	100%
Viagens aéreas registradas com menos de 10 dias de antecedência	3533	77,22%

Com relação ao percentual de viagens iniciadas em final de semana, houve uma redução considerável em comparação com o exercício de 2011, quando 49,51% das viagens iniciavam-se em finais de semana. Esse índice está relacionado à necessidade de início dos trabalhos na segunda-feira pela manhã, sendo necessário que as viagens ocorram com um dia de antecedência, ou com a necessidade e término dos trabalhos na sexta-feira à noite, sendo necessário que o retorno seja no dia posterior, em atendimento ao disposto na Portaria MPOG n.º 505, de 30/12/09 em seu artigo 1º, inciso III, alíneas “b”, “c” e “d”.

O percentual de viagens devolvidas ao solicitante ou ao proponente no SCDP para correção sofreu um acréscimo ao comparar com o exercício de 2011, que era de 13%. Essas devoluções estão relacionadas a pedido de complementação nas observações/justificativas apresentadas no SCDP.

O percentual de 77,22% de viagens nacionais com passagem aérea registradas com prazo inferior a dez dias decorreu principalmente das operações especiais de caráter sigiloso, em especial aquelas em parceria com a Polícia Federal, que demandam a mínima antecedência possível para o início dos trabalhos, até como forma de garantir o sigilo da operação.

Além disso, devem ser considerados os trabalhos de fiscalização de municípios e estados decorrentes de sorteios públicos, que demandam viagens logo após sua realização.

ITEM 3 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU N° 119/2012

3. ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO –

3.1 Estrutura de Governança

A CGU não mantém estrutura de governança nos moldes solicitados nesse relatório.

3.2 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

Quadro A.3.1 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ

Ver Anexo I – fls. 172

3.4 Sistema de Correição

Desde 2006, a CGU conta com uma Comissão Disciplinar Permanente, instituída pela Portaria n° 670 de 13 de setembro de 2006, com competência para realizar sindicâncias, inquéritos administrativos e processos administrativos disciplinares relativos a condutas de servidores da instituição ou a fatos ocorridos no âmbito do órgão central, em Brasília (DF).

Nas unidades da CGU nos estados, as sindicâncias, inquéritos e processos administrativos disciplinares são analisados por comissões temporárias. Contudo, a Comissão Disciplinar Permanente poderá analisar alguns processos dos estados, dependendo da relevância e da complexidade do fato ou se não houver condições materiais da análise ser feita pela própria unidade regional.

Para avaliar o desempenho da Comissão Disciplinar Permanente, administrativamente ligada à Diretoria de Gestão Interna, foram estabelecidos alguns critérios que, em 2012, indicaram que a comissão apurou tudo que lhe foi submetido dentro dos prazos legais, de maneira a não dar causa a nenhuma prescrição.

3.5 Cumprimento pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU

A Comissão Disciplinar Permanente da CGU utiliza o Sistema de Gestão de Processos Disciplinares (CGUPAD) para o gerenciamento das informações sobre processos disciplinares, conforme estabelecido pela Portaria CGU nº 1.043, de 24 de julho de 2007.

ITEM 4 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119/2012

4. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

4.1 Informações sobre Programas do PPA de Responsabilidade da UJ

4.1.1 Informações sobre Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

A Controladoria-Geral da União não possui Programa Temático no PPA 2012-2015.

4.1.2 Informações sobre Objetivos Vinculados a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

A Controladoria-Geral da União não possui Programa Temático no PPA 2012-2015.

4.1.3 Informações sobre Iniciativas Vinculadas a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

A Controladoria detém três iniciativas incluídas no Plano Plurianual, discriminadas no quadro A.4.3, que está dividido em 3 partes, sendo apresentado a seguir:

Quadro A.4.3 – Iniciativas de programa temático de responsabilidade da UJ

1ª Iniciativa

Identificação da Iniciativa 1						
Código	029V					
Descrição	Aprimoramento e fortalecimento do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal					
Objetivo	0579 – Fortalecer a governança e ampliar a capacidade institucional da Administração Pública, visando a melhor organização e funcionamento do Estado.					
Órgão ou Unidade Responsável	Secretaria Executiva / Controladoria-Geral da União					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Observação: Não houve recursos consignados no orçamento da CGU de 2012 para esta Iniciativa.						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	

Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

Fonte: Secretaria-Executiva da CGU

Análise Crítica

A iniciativa **029V – Aprimoramento e Fortalecimento do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal**, é executada mediante financiamento proveniente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), pelo projeto denominado Programa de Fortalecimento da Prevenção e Combate à Corrupção na Gestão Pública Brasileira (Proprevine). Durante o exercício de 2012, foram concluídos todos os procedimentos burocráticos necessários à celebração do contrato de financiamento, restando, apenas, a aprovação do Senado Federal.

Quadro A.4.3 – Iniciativas de programa temático de responsabilidade da UJ

2ª Iniciativa

Identificação da Iniciativa 2						
Código	02DK					
Descrição	Implementação do Sistema Nacional de Acesso à Informação					
Objetivo	0609 – Ampliar o diálogo, a transparência e a participação social no âmbito da Administração Pública, de forma a promover maior interação entre o Estado e a sociedade.					
Órgão ou Unidade Responsável	Secretaria de Prevenção da Corrupção e Informações Estratégicas e Ouvidoria-Geral da União/Controladoria-Geral da União					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Observação: Não houve recursos consignados no orçamento da CGU/SPCI de 2012 para esta Iniciativa. Os recursos utilizados decorrem do Projeto de Cooperação Técnica 914BRZ5009 ((Política Brasileira de Acesso a Informações Públicas: garantia democrática do direito a informação, transparência e participação cidadã), celebrado com a UNESCO. O valor executado em 2012, conforme discriminado abaixo, foi de R\$ 731.307,52.						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Orde	Descrição	Unidade de	Meta Física		Meta Financeira	

m		Medida	Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Realização de diagnósticos, avaliação e consolidação de fluxos informacionais para implementação da LAI em 7 órgãos	Relatório	7 relatórios de diagnóstico e avaliação elaborados	7 relatórios concluídos	R\$ 143.000,00	R\$ 143.000,00
2	Elaboração de proposta de decreto de regulamentação da LAI, em processo coordenado pela Casa Civil, em conjunto com outros órgãos do Poder Executivo Federal. A Lei de Acesso à Informação foi aprovada em 18 de novembro de 2011, com a previsão de vigência em 16 de maio de 2012. Nesse sentido, a aprovação do decreto de regulamentação da LAI até 16 de maio era fundamental.	Proposta de decreto	Elaboração e aprovação de proposta de decreto até 16 de maio de 2012	Decreto aprovado em 16 de maio de 2012	R\$ 15.000,00	R\$ 15.000,00
3	Orientação e monitoramento para a estruturação dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal no tocante ao atendimento das providências para o acesso à informação (criação de Serviços de Informações ao Cidadão - SICs, designação de autoridades de monitoramento, criação de seção de transparência ativa nos sítios eletrônicos dos órgãos e entidades). A implementação da LAI no Poder Executivo Federal exigiu a adoção de medidas de coordenação intragovernamental e gerenciamento interno das providências a serem adotadas em cada órgão. A CGU/SPCI ficou encarregada de orientar e monitorar o cumprimento dessas providências.	SICs estruturados; Interlocutores e autoridades de monitoramento designados; Seções de acesso à informação nas páginas de internet dos órgãos federais criadas	Designação de interlocutores dos Ministérios para implementação LAI; Estruturação e implantação de SICs nos Ministérios; Desenvolvimento e implementação das seções de acesso à informação nas páginas de internet dos Ministérios; Designação de Autoridades de monitoramento do art.40 da LAI	Todas as metas previstas foram realizadas		
4	Desenvolvimento, em conjunto com a Casa Civil, Ministério do Planejamento e Secretaria de Comunicação da PR, do Guia de Criação da Seção de Acesso à Informação nos Sítios Eletrônicos dos Órgãos/Entidades do Governo Federal. Um dos princípios insculpidos na LAI enfatiza a adoção de medidas de transparência ativa por parte	Guia	Desenvolvimento e difusão do Guia de criação da seção de acesso à informação para os Ministérios	Guia desenvolvido e difundido		

	dos órgãos públicos, por meio da criação de seção na internet para disponibilização do rol de informações obrigatórias definidas na LAI.					
5	Desenvolvimento da 1ª versão do e-SIC - Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão. Por meio do e-SIC qualquer pessoa poderia solicitar o acesso a informações, utilizando-se da internet. O e-SIC constitui mecanismo fundamental para garantir o direito de acesso à informação, de forma ampla, facilitada e célere.	e-SIC	Desenvolvimento e implementação da 1ª versão do e-SIC	1ª versão do e-SIC desenvolvida e implementada	R\$ 240.000,00	R\$ 240.000,00
6	Elaboração de Manual de Uso do e-SIC para cidadãos e para usuários governamentais. O Manual de uso contém orientações para acesso e registro de pedidos no sistema e-SIC.	Manual	Elaboração de Manual de uso do e-SIC	Manual de uso do e-SIC elaborado		
7	Capacitação de 800 servidores públicos federais integrantes dos SICs dos órgãos e entidades. A capacitação visava a familiarizar os servidores públicos federais quanto ao conteúdo da LAI e os procedimentos de atendimento de pedidos de acesso.	Servidor capacitado	Capacitação de 800 servidores dos SICs	800 servidores capacitados	R\$ 105.000,00	R\$ 105.000,00
8	Definição de indicadores básicos e de mecanismos de coleta de dados para acompanhamento da implementação da LAI	Indicador	Definição de indicadores básicos e mecanismos de coleta de dados	Indicadores e mecanismos de coleta de dados definidos	R\$ 88.307,52	R\$ 88.307,52
9	Criação de catálogo de dados e informações publicadas pelos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal na internet	Catálogo de dados	Criação de catálogo de dados	Catálogo de dados criado	R\$ 140.000,00	R\$ 140.000,00

Fonte: Secretaria de Prevenção da Corrupção e Informações Estratégicas

Análise Crítica

As metas previstas para assegurar a implementação da Lei de Acesso à Informação (LAI) no âmbito do Poder Executivo Federal foram integralmente cumpridas, apesar do cronograma exíguo para cumprimento de todas as providências necessárias e dos potenciais riscos de coordenação ineficaz, haja vista o grande número de órgãos federais envolvidos. O monitoramento contínuo do processo de implementação da LAI, efetuado sob a coordenação da CGU juntamente com a Casa Civil da

Presidência da República, permitiu a identificação tempestiva de obstáculos e dificuldades e a adoção de medidas para a sua mitigação.

A efetividade das ações realizadas pode ser verificada pelo fato de que em 16 de maio de 2012, data de início da vigência da LAI, não ter havido notícias sobre o despreparo ou incapacidade dos órgãos do Poder Executivo Federal no atendimento dos pedidos de acesso à informação. Isso demonstra a efetividade da gestão empreendida e o compromisso dos órgãos envolvidos no sentido de se adequarem aos requisitos, parâmetros e obrigações definidas pela LAI.

Quadro A.4.3 – Iniciativas de programa temático de responsabilidade da UJ

3ª Iniciativa

Identificação da Iniciativa						
Código	02D3					
Descrição	Implementação do Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal					
Objetivo	0605 – Ampliar a oferta de serviços públicos de excelência ao cidadão, às empresas e às demais organizações da sociedade, mediante a melhoria dos marcos legais, dos processos de trabalho e da tecnologia da informação.					
Órgão ou Unidade Responsável	Ouvidoria-Geral da União/ Controladoria-Geral da União					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
550.000,00	550.000,00	547.385,51	492.187,17	0,00	55.198,34	486.255,77
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Resolutividade das demandas encaminhadas pelos cidadãos às ouvidorias dos órgãos e entidades públicos.	percentual	95%	93,3%	550.000,00	492.187,17

Fonte: Ouvidoria-Geral da União

Análise Crítica:

Para o alcance da melhoria da resolutividade das demandas encaminhadas pelos cidadãos às ouvidorias dos órgãos e entidades públicas do Poder Executivo Federal, foi conduzido um estudo diagnóstico das ouvidorias, o que resultou na proposição de medidas para o aperfeiçoamento dos trabalhos realizados pelas ouvidorias. Nesse sentido, a Ouvidoria realizou a uniformização de conceitos da atividade e elaborou projeto específico para a coleta das informações relevantes,

permitindo a alimentação de indicadores de desempenho desse segmento a ser implementado em 2013.

De modo a prosseguir rumo à integração sistêmica das ouvidorias no Poder Executivo Federal foi disponibilizado, para o conjunto das ouvidorias públicas, o Sistema de Gestão de Ouvidorias. Tal iniciativa logrou êxito com o estabelecimento de parceria com o Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO). A solução de tecnologia de informação incorpora os principais processos de trabalho de ouvidoria, o que garante adaptabilidade e viabilidade econômica e técnica a essas unidades. Além de permitir a emissão de relatórios gerenciais, apresenta estatísticas dos dados consolidados e possibilita o seu uso por ouvidorias com diferentes estruturas.

Especial atenção foi dada à formação e o aperfeiçoamento dos dirigentes e equipes de ouvidoria, de modo a ser componente decisivo na melhoria da meta desta iniciativa nos anos vindouros. Assim, em 2012, ocorreu o lançamento da Política de Formação Continuada em Ouvidorias (PROFOCO), que define as diretrizes para o desenvolvimento de atividades de formação e capacitação em ouvidoria, orientada pelos princípios da participação e da cooperação. Por meio da PROFOCO serão ofertados cursos a servidores e colaboradores que estimulem o processo formativo contínuo e autônomo dos profissionais de ouvidoria. Ocorreu, ademais, o lançamento da Coleção OGU que já conta com duas cartilhas públicas, onde entre os temas abordados estão orientações para a gestão de ouvidorias e a padronização dos conceitos referentes aos diferentes tipos de manifestação.

De modo a ampliar o acesso aos serviços das ouvidorias públicas, em especial as ouvidorias de Estados, Municípios e Distrito Federal, foi reservado a utilização exclusiva do número de utilidade pública 162 para as ouvidorias, iniciativa essa conduzida em conjunto com a Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL.

4.1.4 Informações sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

A Controladoria-Geral da União não possui Programa Temático no PPA 2012-2015.

4.1.5 Informações sobre Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ

A Controladoria-Geral da União não possui Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado sob sua responsabilidade no PPA 2012-2015. Suas ações estão inseridas no Programa 2101 – Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República, sob responsabilidade daquele órgão.

4.1.6 Informações sobre Ações Vinculadas a Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ

A Controladoria-Geral da União não possui Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado sob sua responsabilidade no PPA 2012-2015. Suas ações estão inseridas no Programa 2101 – Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República, sob responsabilidade daquele órgão.

4.2 Informações sobre a Execução Orçamentária e Financeira da Despesa

4.2.1 Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ

Quadro A.4.7 – Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Controladoria-Geral da União	20125	110174

Fonte: SIAFI Gerencial

4.2.2 Programação de Despesas**4.2.2.1 Programação de Despesas Correntes****Quadro A.4.8 – Programação de Despesas Correntes**

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Correntes						
		1 - Pessoal e Encargos Sociais		2 - Juros e Encargos da Dívida		3 - Outras Despesas Correntes		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2012	2011	2012	2011	2012	2011	
LOA	Dotação proposta pela UO	604.807.426,00	570.745.552,00	-	-	68.375.561,00	95.349.782,00	
	PLOA	604.807.426,00	570.745.552,00	-	-	68.375.561,00	95.349.782,00	
	LOA	604.807.426,00	570.745.552,00	-	-	69.684.733,00	81.449.782,00	
CRÉDITOS	Suplementares		14.062.846,00	33.692.000,00	-	-	7.347.760,00	641.656,00
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	4.070.051,00	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Créditos Cancelados		4.000.000,00	-	-	-	-	1.483.000,00
Outras Operações		-	-	-	-	-	-	
Total		614.870.272,00	604.437.552,00	-	-	81.102.544,00	80.608.438,00	

Fonte: SIAFI Gerencial, PLOA e LOA

4.2.2.2 Programação de Despesas de Capital**Quadro A.4.9 – Programação de Despesas de Capital**

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas de Capital		
		4 - Investimentos	5 - Inversões Financeiras	6 - Amortização da Dívida
		Exercícios	Exercícios	Exercícios

		2012	2011	2012	2011	2012	2011	
LOA	Dotação proposta pela UO	11.607.440,00	27.109.000,00	-	-	-	-	
	PLOA	11.607.440,00	14.902.979,00	-	-	-	-	
	LOA	11.607.440,00	14.902.979,00	-	-	-	-	
CRÉDITOS	Suplementares	320.934,00	3.451.880,00	-	-	-	-	
	Especiais	Abertos			-	-	-	-
		Reabertos			-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	6.999.919,00		-	-	-	-
		Reabertos			-	-	-	-
	Créditos Cancelados	400.000,00	2.876.696,00	-	-	-	-	
Outras Operações			-	-	-	-	-	
Total		18.528.293,00	15.478.163,00	-	-	-	-	

Fonte: SIAFI Gerencial, PLOA e LOA

4.2.2.3 Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência

Quadro A.4.10 – Quadro Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 - Reserva de Contingência		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2012	2011	2012	2011	2012	2011	
LOA	Dotação proposta pela UO	673.182.987,00	666.095.334,00	11.607.440,00	27.109.000,00			
	PLOA	673.182.987,00	666.095.334,00	11.607.440,00	14.902.979,00			
	LOA	674.492.159,00	652.195.334,00	11.607.440,00	14.902.979,00		13.900.000,00	
CRÉDITOS	Suplementares	21.410.606,00	34.333.656,00	320.934,00	3.451.880,00			
	Especiais	Abertos	-	-	-	-		
		Reabertos	-	-	-	-		
	Extraordinários	Abertos	4.070.051,00	-	6.999.919,00	-		
		Reabertos	-	-	-	-		
	Créditos Cancelados	4.000.000,00	1.483.000,00	400.000,00	2.876.696,00			

Outras Operações	-	-	-	-		
Total	695.972.816,00	685.045.990,00	18.528.293,00	15.478.163,00		13.900.000,00

Fonte: SIAFI Gerencial, PLOA e LOA

4.2.2.4 Análise Crítica

Os quadros acima demonstram a programação da unidade nos exercícios de 2011 e 2012, por grupo de despesa e categoria econômica.

No que tange ao grupo de despesa “Outras Despesas Correntes”, a unidade, obedecendo aos limites impostos pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão já nesta fase do processo orçamentário, projetou no PLOA 2012 um gasto no montante de R\$ 68.375.561,00, valor este bem inferior ao recebido no exercício anterior. Esta dotação inicial subdimensionada foi, no final de 2012, complementada com a abertura de créditos suplementares no valor de R\$ 7.347.760,00, e extraordinários no valor de R\$ 4.070.051,00, o que deixou o total de créditos no exercício em patamar próximo ao de 2011. Todavia, a indisponibilidade dos créditos totais durante a maior parte do exercício causou uma série de atrasos e complicações na execução orçamentária. Neste contexto, foram oferecidos R\$ 400.000,00 das dotações de investimento, para suplementar o mesmo valor em custeio.

No exercício de 2011, o Investimento aprovado para a unidade foi do montante de R\$ 15.478,163,00, e para 2012, foi inicialmente aprovado na LOA o montante inferior de R\$ 11.607.440. Além disso, conforme ressaltado acima, em razão de cortes no orçamento de custeio, a CGU ofereceu parte da dotação em investimento para suplementar esses gastos, de modo que as atividades finalísticas fossem menos prejudicadas. Esta dotação inicial de investimento foi complementada por créditos extraordinários de R\$ 6.999.919,00, já próximo ao fim do exercício.

4.2.3 Movimentação de Créditos Interna e Externa

Quadro A.4.11 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Ver Anexo II – fls. 175

4.2.4 Execução Orçamentária da Despesa

4.2.4.1 Execução da Despesa com Créditos Originários

4.2.4.1.1 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos Originários

Quadro A.4.12 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2011	2012	2011
1. Modalidade de Licitação	34.545.646,57	29.877.008,44	34.080.242,52	29.621.644,07

(a+b+c+d+e+f)				
a) Convite	6.901,69	20.006,94	6.901,69	20.006,94
b) Tomada de Preços	40.673,97	16.554,25	16.457,97	16.554,25
c) Concorrência	1.310.197,33	3.062.942,97	1.310.197,33	3.062.942,97
d) Pregão	33.187.873,58	26.777.504,28	32.746.685,53	26.522.139,91
e) Concurso	-		-	
f) Consulta	-		-	
2. Contratações Diretas (g+h)	11.930.265,53	11.928.730,35	11.845.622,29	11.738.696,86
g) Dispensa	10.308.972,09	10.223.262,59	10.224.818,75	10.142.676,05
h) Inexigibilidade	1.621.293,44	1.705.467,76	1.620.803,54	1.596.020,81
3. Regime de Execução Especial				
i) Suprimento de Fundos	255.046,70	280.313,02	255.046,70	280.313,02
4. Pagamento de Pessoal (j+k)	609.710.945,34	603.992.536,90	609.287.742,07	603.989.865,98
j) Pagamento em Folha	605.579.023,49	599.736.476,37	605.155.820,22	599.733.805,45
k) Diárias	4.131.921,85	4.256.060,53	4.131.921,85	4.256.060,53
5. Outros	14.675.286,79	9.332.327,18	14.671.686,79	7.570.999,57
6. Total (1+2+3+4+5)	671.117.190,93	655.410.915,89	670.140.340,37	653.201.519,50

Fonte: SIAFI Gerencial

4.2.4.1.2 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários

Quadro A.4.13 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários

Ver Anexo III – fls. 183

4.2.4.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

4.2.4.2.1 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

Quadro A.4.14 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de movimentação

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2011	2012	2011
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)				

a) Convite	-	-	-	-
b) Tomada de Preços	-	-	-	-
c) Concorrência	-	-	-	-
d) Pregão	-	17.761,75	-	17.761,75
e) Concurso	-	-	-	-
f) Consulta	-	-	-	-
2. Contratações Diretas (g+h)	-	-	-	-
g) Dispensa	-	190,88	-	190,88
h) Inexigibilidade	-	-	-	-
3. Regime de Execução Especial	-	-	-	-
i) Suprimento de Fundos	-	-	-	-
4. Pagamento de Pessoal (j+k)	-	-	-	-
j) Pagamento em Folha	-	-	-	-
k) Diárias	-	-	-	-
5. Outros	70.622,64	-	69.510,00	-
6. Total (1+2+3+4+5)	70.622,64	17.952,63	69.510,00	17.952,63

Fonte: SIAFI Gerencial

4.2.4.2.2 Despesas Totais Por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

Quadro A.4.15 – Despesas Por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

Ver Anexo IV – fls. 185

4.2.4.2.3 Análise Crítica

Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

As principais movimentações de créditos externas no exercício de 2012 com relação ao grupo “outras despesas correntes” e “investimentos” consistem nas despesas de manutenção, funcionamento, adaptação de imóveis e materiais permanente das Unidades Regionais nos Estados, que contam com o apoio do Ministério da Fazenda no tocante a atividades administrativas.

Há, ainda, rateio das despesas de manutenção e funcionamento da Corregedoria-Geral da União (CRG/CGU), em razão de a unidade ocupar parte do espaço físico do Bloco A da Esplanada dos Ministérios, cuja administração fica a cargo do Ministério do Esporte.

Destaca-se, ainda, a realização de projetos de capacitação realizados em parceria com a Escola de Administração Fazendária – ESAF.

Execução Orçamentária da Despesa

O item execução orçamentária é composto pelos seguintes demonstrativos: despesas por modalidade de contratação e despesas por grupo e elemento de despesa, sendo tais demonstrativos divididos em créditos Originários e de Movimentação recebidos pela unidade.

No quadro denominado Despesas por Modalidade de Contratação mediante créditos originários da unidade, destaca-se o predomínio das contratações por meio de Pregão Eletrônico. Quanto aos gastos realizados via suprimento de fundos, estes são oriundos principalmente da realização de atividades de fiscalização e operações especiais da unidade. Vale ressaltar que este valor refere-se aos suprimentos de fundos do Órgão Central e das Regionais da CGU nos Estados, apresentando um declínio em comparação ao exercício anterior.

No caso do grupo Outras Despesas Correntes, os gastos estão concentrados na contratação de serviços de terceiros - pessoa jurídica e locação de mão-de-obra, uma vez que o órgão necessita de serviços especializados, principalmente no suporte de Tecnologia da Informação, essencial para a continuidade e expansão das atividades inerentes à missão da CGU.

O Grupo investimento ficou concentrado na aquisição de equipamentos de informática, principalmente servidores e softwares.

ITEM 5 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU N° 119/2012

5. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

5.1 RECONHECIMENTO DE PASSIVOS

Não há.

5.1.1 RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

Não há.

5.1.2 ANÁLISE CRÍTICA

5.2 PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

5.2.1 PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Quadro A.5.2 - Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	2.206.725,47	3.903,88	2.202.804,59	17,00
2010	1.432,00		1.432,00	

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	15.051.246,43	1.034.785,53	12.383.394,28	1.633.066,62
2010	1.764.104,44	1.048.452,62	715.651,82	
2009	12.483,99			12.483,99

Fonte: SIAFI Gerencial

5.2.2 Análise Crítica

Ressalta-se o esforço da gestão financeira deste Órgão no sentido de realizar a execução dos Restos a Pagar-RAP, o que se evidencia pelo pagamento significativo dos restos a pagar processados e não processados e pelo volume de cancelamentos efetuados, haja vista o interesse da Administração Pública.

A estratégia adotada, no que tange a execução dos RAP, consiste no acompanhamento das despesas inscritas tanto do ponto de vista orçamentário quanto financeiro.

O acompanhamento dos RAP, do ponto de vista orçamentário, é realizado através da apresentação das faturas pelas empresas, visando a sua liquidação, bem como pela manifestação do gestor do contrato quanto à necessidade ou não da permanência da inscrição em Restos a Pagar, fato que possibilita o cancelamento do empenho registrado em RAP no decorrer do exercício. A permanência de RAP Processados e Não Processados por mais de um exercício financeiro acontece em função da não emissão do documento hábil para pagamento por parte da empresa ou pela emissão do mesmo com falhas na cobrança, como é o caso dos serviços telefônicos e de capacitação, que em algumas vezes são divergentes das condições acordadas no momento da licitação.

Já do ponto de vista financeiro, o acompanhamento está voltado para o pagamento de RAP no exercício corrente. Esse procedimento exige da unidade um controle preventivo e concomitante com a gestão financeira do exercício, em função do repasse de recursos ocorrerem na conta de limite de saque, pois esta é composta por financeiro do exercício corrente e por recursos de RAP enviados para a CGU através da setorial financeira. Essa situação gera pontos positivos e negativos em relação à gestão de recursos. O ponto positivo é a flexibilidade para fazer compensações entre recursos que são do exercício e recursos cuja origem é do exercício anterior. Já o ponto negativo decorre da necessidade de um acompanhamento constante dos fluxos de liberação e recebimento de recursos sob pena de onerar a cota de subrepasso do exercício corrente. Por consequência, o controle da gestão financeira acontece por meio do SIAFI, bem como por meio de relatórios e planilhas.

Em relação ao quadro A.5.2, analisando a coluna montante inscrito, verifica-se um crescimento, exercício a exercício, no montante de despesas inscritas em Restos a Pagar Não Processados. Não obstante o esforço envidado na execução dos restos a pagar, ficou sem liquidação o valor de R\$ 1.633.066,62, o que equivale a 10,85 % do montante inscrito no exercício de 2011. Conforme se depreende do quadro acima, não existe na CGU a existência de RAP inscritos sem que a vigência tenha sido prorrogada por decreto.

5.3 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS

5.3.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício

Quadro A.5.3 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Ver Anexo V – fls. 188

5.3.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

Quadro A.5.4 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos Três Últimos Exercícios

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Coordenação Geral de Planejamento e Orçamento					
CNPJ:						
UG/GESTÃO:	170940					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Convênio	0	0	0	-	-	-
Contrato de Repasse	0	0	0	-	-	-
Termo de Cooperação	0	4	0	593.110,78	501.179,14	742.878,14
Termo de Compromisso	1	0	0	1.298,52	-	-
Totais	1	4	0	594.409,30	501.179,14	742.878,14

Fonte: SIAFI Gerencial e SIAFI

5.3.3 Informações sobre o Conjunto de Instrumentos de Transferências que permanecerão vigentes no Exercício de 2013 e seguintes

Quadro A.5.5 – Resumo dos Instrumentos de Transferência que vigerão em 2013 e Exercícios Seguintes

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante	
Nome: Coordenação Geral de Planejamento e Orçamento	
CNPJ:	UJ/GESTÃO: 170940

Modalidade	Qtd. de Instrumentos com Vigência em 2013 e Seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor Global Repassado até o Final do Exercício de 2012
		Contratados	Repassados até 2012	Previstos para 2013	
Convênio	0				
Contrato de Repasse	0				
Termo de Cooperação	1	1.500.000,00	-	1.500.000,00	-
Termo de Compromisso	1	480.000,00	1.298,52	96.000,00	0,27
Totais	1	1.980.000,00	1.298,52	1.596.000,00	--

Fonte: SIAFI Gerencial e SIAFI

5.3.4 Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse

Quadro A.5.6 – Resumo da Prestação de Contas sobre Transferências Concedidas pela UJ na Modalidade de Convênio, Termo de Cooperação e de Contratos de Repasse

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente					
Nome: Coordenação Geral de Planejamento e Orçamento					
CNPJ:			UG/GESTÃO:170940		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2012	Contas Prestadas	Quantidade	-	1	-
		Montante Repassado	-	712.118,78	-
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
2011	Contas Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-

	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
2010	Contas Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
Anteriores a 2010	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
Fonte: SIAFI Gerencial					

5.3.5 Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse

Não há.

Quadro A.5.7 - Visão Geral da Análise das Prestações de Contas de Convênios e Contratos de Repasse

Não há Convênios e Contratos de Repasse formalizados.

5.3.6 Análise Crítica

A Controladoria-Geral da União, considerando a tipicidade de sua execução orçamentária e financeira, pouco se utiliza dos instrumentos de transferências financeiras (convênios, contratos de repasse e afins) para consecução de suas atividades, como pode ser constatado pela execução nos últimos três exercícios.

A CGU busca, por meio dessas parcerias, disseminar os conceitos de transparência, controle social e cidadania à comunidade escolar e à sociedade em geral, no intuito de conscientizar o cidadão da sua importância como agente atuante no processo de combate à corrupção.

Com relação aos termos de parceria, cabe ressaltar que foram registrados no Sistema Integrado de Administração Serviços Gerais do Governo Federal – SIASG, tendo em vista que o Portal de Convênios não contemplava, até a data de formalização, as rotinas específicas de celebração daquele tipo de instrumento.

5.4 SUPRIMENTO DE FUNDOS

5.4.1 Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos

5.4.1.1 Suprimento de Fundos – Visão Geral

Quadro A.5.8 – Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos (SF)

Valores em R\$ 1,00

Suprimento de Fundos					
Código da UG	Nome da UG	Valores			Total Geral
		Conta Tipo "B"	CPGF		
			Saque	Fatura	
170940	CGPO / DGI / SE / CGU	-	600,00	34.837,23	35.437,23
	Total Utilizado pela UJ por Tipo de SF	-	600,00	34.837,23	35.437,23

Fonte: SIAFI Gerencial

5.4.1.2 Suprimento de Fundos – Conta Tipo "B"

Não se aplica.

5.4.1.3 Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF)**Quadro A.5.10 - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador**

Valores em R\$ 1,00

Código da UG 1	170940	Limite de Utilização da UG	110.000,00		
Portador	CPF	Valor do Limite Individual (1)	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Alcilea Antonia Pinho do Nascimento	630.992.507-59	10.400,00	-	1.249,70	1.249,70
Andréia Maria da Silva Guimarães Rocha	585.953.176-15	12.350,00	150,00	3.288,83	3.438,83
Caubi Coelho da Silva	002.024.281-68	4.000,00	-	-	-
João Filipe Figueira Barros	013.764.440-03	20.100,00	80,00	5.408,14	5.488,14
Marcos Motta Monteiro	145.369.601-63	20.000,00	90,00	17.174,63	17.264,63
Oswaldo Iglesias de Azeredo	462.826.707-30	1.780,00	280,00	60,00	340,00
Silvânia Magna Ferreira Costa e Souza	934.306.804-25	24.400,00	-	7.174,93	7.174,93

Soraya Aparecida Souto	343.042.581-68	500,00	-	481,00	481,00
Thiago Almeida Paiva	714.806.251-91	16.400,00	-	-	-
Total Utilizado pela UG			600,00	34.837,23	35.437,23
Total Utilizado pela UJ			600,00	34.837,23	35.437,23

Fonte: SIAFI

Nota 1: Foi considerado o somatório dos limites concedidos por suprido durante o exercício.

5.4.1.4 Utilização da Conta Tipo “B” e do Cartão Crédito Corporativo pela UJ

Quadro A.5.11 – Despesas Realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)

Valores em R\$ 1,00

Suprimento de Fundos							
Exercícios	Conta Tipo “B”		Saque		Fatura		Total (R\$)
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	Quantidade (1)	(c) Valor	(a+b+c)
2012	-	-	5	600,00	176	34.837,23	35.437,23
2011	-	-	2	190,00	200	38.382,72	38.572,72
2010	-	-	3	800,00	202	30.249,38	31.049,38

Fonte: SIAFI

Nota 1: Quantidade de Notas Fiscais apresentadas na prestação de contas.

5.4.1.5 Prestações de Contas de Suprimento de Fundos

Quadro A.5.12 - Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo “B” e CPGF)

Ver Anexo VI – fls. 190

5.4.1.6 Análise Crítica

É possível observar uma elevação no quantitativo de agentes supridos em relação ao exercício anterior. No entanto, o valor utilizado com cartão de pagamento sofreu uma redução em torno de 10%. Optou-se por desconcentrar a utilização do cartão de pagamento, distribuindo a responsabilidade entre as unidades desta CGU, inclusive para atender às finalidades do uso do cartão, quais sejam, a excepcionalidade e a urgência do gasto.

Os principais instrumentos de Controle Interno Administrativo utilizados na Coordenação de Execução Financeira, responsável pelo controle dos cartões de pagamento e suas respectivas prestações de contas, são:

- 1) Entrega de manual de utilização do cartão de pagamento ao agente suprido, com as principais orientações e normas a respeito do uso correto do cartão;

- 2) Elaboração de check list para análise da prestação de contas, contendo os pontos fundamentais e imprescindíveis que devem constar do documento. O check list é elaborado com base na legislação vigente que rege a matéria; e
- 3) Acompanhamento do cumprimento das Portarias nº 539, de 15/04/2008 e nº 686, de 16/05/2008, que estabelecem limites de saque no Órgão Central e nas Unidades Regionais, respectivamente.

Ressalte-se que as compras são registradas no sítio comprasnet, podendo ser acompanhadas pelos órgãos de controle, e no Portal da Transparência, passível de acompanhamento por qualquer cidadão.

ITEM 6 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU N° 119/2012

6. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

6.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos

6.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

Quadro A.6.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)				
1.1. Membros de poder e agentes políticos		1		
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)				
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	5000	2366	260	124
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado		19		
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório		1		
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas		200		
2. Servidores com Contratos Temporários				
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública		13		
4. Total de Servidores (1+2+3)	5000	2600		

Fonte: SIAPE/PLANILHAS

6.1.1.1 Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da Unidade Jurisdicionada**Quadro A.6.2 – Situações que Reduzem a Força de Trabalho da UJ – Situação em 31/12**

Tipologias dos Afastamentos	Quantidade de Pessoas
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	96
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	87
1.2. Exercício de Função de Confiança	0
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas - Lei 10.180/2001	9
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	4
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	1
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	1
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	2
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	0
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	0
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	0
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	0
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	0
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	0
4. Licença Remunerada (4.1+4.2)	6
4.1. Doença em Pessoa da Família	2
4.2. Capacitação	4
5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	10
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	0
5.2. Serviço Militar	0
5.3. Atividade Política	0
5.4. Interesses Particulares	7
5.5. Mandato Classista	3
6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)	0
7. Total de Servidores Afastados (1+2+3+4+5+6)	116

Fonte: SIAPE/PLANILHAS

6.1.2 Qualificação da Força de Trabalho

Quadro A.6.3 – Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão				
1.1. Cargos Natureza Especial	1	1		
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	403	399		
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão		345		
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado		2		
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas		35		
1.2.4. Sem Vínculo		13		
1.2.5. Aposentados		4		
2. Funções Gratificadas	35	32		
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão		28		
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado		0		
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas		4		
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	439	432		

Fonte: SIAPE/PLANILHAS

6.1.2.1 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade

Quadro A.6.4 – Quantidade de Servidores da UJ por Faixa Etária – Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de Cargo Efetivo					
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	1
1.2. Servidores de Carreira	267	803	738	487	71
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0
2. Provimento de Cargo em Comissão					

2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	1	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	25	176	149	45	4
2.3. Funções Gratificadas	3	13	6	9	1
3. Totais (1+2)	295	992	894	541	77

Fonte: SIAPE

6.1.2.2 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade

Quadro A.6.5 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de Cargo Efetivo									
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos								1	
1.2. Servidores de Carreira					112	1615	485	141	13
1.3. Servidores com Contratos Temporários									
2. Provimento de Cargo em Comissão									
2.1. Cargos de Natureza Especial								1	
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior					34	296	67	1	1
2.3. Funções Gratificadas					13	19			
3. Totais (1+2)					159	1.930	552	144	14

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior;

7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: SIAPE

6.1.3 Demonstração dos Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada**Quadro A.6.6 - Quadro de Custos de Pessoal no Exercício de Referência e nos dois Anteriores**

Ver Anexo VII – fls. 191

6.1.4 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas**6.1.4.1 Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria****Quadro A.6.7 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro**

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	Servidores Aposentados até 31/12	Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
1. Integral (1.1+1.2+1.3+1.4)	402	84
1.1 Voluntária	362	79
1.2 Compulsória	4	0
1.3 Invalidez Permanente	36	5
1.4 Outras	0	0
2. Proporcional (2.1+2.2+2.3+2.4)	30	1
2.1 Voluntária	7	0
2.2 Compulsória	1	0
2.3 Invalidez Permanente	22	1
2.4 Outras	0	0
3. Totais (1+2)	432	85

Fonte: SIAPE/PLANILHAS

6.1.4.2 Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada**Quadro A.6.8 - Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12**

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
1. Aposentado (1.1+1.2)	4	1
1.1. Integral	4	1

1.2. Proporcional	0	0
2. Em Atividade	15	1
3. Total (1+2)	19	2

Fonte: SIAPE/PLANILHAS

6.1.5 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Não houve acumulação.

6.1.6 Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Não houve acumulação.

6.1.7 Informações Sobre os Atos de Pessoal Sujeitos a Registros e Comunicação

6.1.7.1 Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC

Quadro A.6.9 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Admissão	260	3	3	12
Concessão de aposentadoria	85	90	137	28
Concessão de pensão civil	2	8	0	8
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	0	0	0	0
Totais	347	101	140	48

Fonte: SISAC/Controles Internos

Quadro A.6.10 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Desligamento	50	44	49	147
Cancelamento de concessão	0	0	0	0
Cancelamento de desligamento	0	0	0	0
Totais	50	44	49	147

Fonte: SISAC/Controles Internos

Quadro A.6.11 – Regularidade do Cadastro dos Atos no Sisac

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2012			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Admissão	0	2	0	1
Concessão de aposentadoria	43	7	34	53
Concessão de pensão civil	0	0	0	2
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	0	0	0	0
Total	43	9	34	56
Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Desligamento	50	0	0	0
Cancelamento de concessão	0	0	0	0
Cancelamento de desligamento	0	0	0	0
Total	50	0	0	0

Fonte: SISAC/Controles Internos

6.1.7.2 Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em meio físico**Quadro A.6.12 – Atos sujeitos à remessa física ao TCU (Art. 14 da IN TCU 55/2007)**

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao envio ao TCU		Quantidade de atos enviados ao TCU	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Pensões graciosas ou indenizatórias	0	0	0	0
Outros atos fora do SISAC (especificar)	0	0	0	0
Totais	0	0	0	0

Fonte: SISAC/Controles Internos

6.1.7.3 Informações da Atuação do Órgão de Controle Interno (OCI) Sobre os Atos

Quadro A.6.13 – Atuação do OCI sobre os atos submetidos a registro

Tipos de Atos	Quantidade de atos com diligência pelo OCI		Quantidade de atos com parecer negativo do OCI	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Admissão	0	0	0	0
Concessão de aposentadoria	45	0	0	0
Concessão de pensão civil	0	0	0	0
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	0	0	0	0
Totais	45	0	0	0

Fonte: SISAC/Controles Internos

6.1.8 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

1- Tempo Médio de Aposentadoria

O primeiro indicador utilizado na área de Recursos Humanos refere-se ao Tempo Médio de Aposentadoria (TMA) de servidor da CGU, mensurado desde a data de abertura do processo até a publicação do ato no DOU. Em 2012, o tempo médio utilizado para a conclusão dos processos foi de 22 dias.

2 - Qualificação de Servidor

Quanto ao indicador de qualificação, foi executado o valor de R\$ 85.025,85 do montante de R\$ 200.000,00, definido para o exercício de 2012, ou seja, um resultado de 43%. Esse indicador demonstra uma leve redução com relação ao exercício anterior, haja vista que em 2012 foi de 56,19%. De toda forma, permanece o esforço para estimular os servidores a buscarem formação em nível de pós-graduação, dentre os temas de interesse da CGU, de forma a superar a estimativa de investimento definida para 2013, em consonância com a Política de Capacitação vigente que visa à valorização do servidor, por meio de sua permanente capacitação e adequação aos novos perfis profissionais requeridos no setor público, a fim de promover a melhoria da eficiência, da eficácia e da qualidade dos serviços prestados pela Controladoria.

3 – Perícias Médicas

O objetivo do indicador é acompanhar o número de homologações de atestados, as quais são realizadas através de perícias individuais e juntas médicas, a fim de comprovar a doença e

certificar-se da aptidão do servidor para o retorno ao trabalho. Em 2012 foram realizadas 7,4 perícias e juntas médicas por dia útil.

4 – Pareceres Médicos

Acompanhar o número de processos de demandas afetas a direito de servidores, cuja instrução necessita de pareceres médicos. Em 2012 foram realizados 135 pareceres médicos.

5 – Absenteísmo

Motivo de saúde – o objetivo é verificar o índice de absenteísmo por motivo de saúde ocorrido no ano de 2012, calculado a partir das ausências do trabalho decorrentes de doença do servidor ou necessidade de acompanhamento de familiar enfermo em relação ao total de dias úteis, analisado no contexto do total de servidores em exercício na CGU:

13.443 dias registrados de falta por motivo de saúde	4,13%
325.547 dias úteis de trabalho do conjunto de servidores da CGU	

Principais causas de afastamento em dias – verificar os grupos de doenças que mais afastam os servidores do trabalho (CID-10):

- 24,3% Transtornos Mentais e do Comportamento;
- 19,8% Doença do Sistema Osteomuscular e do Tecido Conjuntivo.

6 - Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais

Conforme dados do Serviço Médico da CGU, foram registrados 12 acidentes de trabalho durante o ano de 2012. A maior parte dos acidentes não gerou afastamento do trabalho, sendo que em nenhum dos casos houve sequela. Com relação às doenças ocupacionais, não foram verificados casos comnexo causal que possam ser atribuídos às atividades desempenhadas pelos servidores neste Órgão.

7 - Quantitativo de Servidores

Ingressaram 256 novos servidores (AFCs), aprovados em concurso público, e reingressaram 4 servidores, tendo sido 2 AFCs reconduzidos aos cargos, 1 TFC com reversão de aposentadoria e 1 TFC reintegrado ao quadro, totalizando 260 ingressos em 2012.

6.2 Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários

6.2.1 Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão

Quadro A.6.14 – Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da unidade jurisdicionada

Não se aplica a esta UJ.

6.2.2 Informações sobre a Substituição de Terceirizados em Decorrência da Realização de Concurso Público

Não se aplica a esta UJ.

6.2.3 Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados

Não se aplica a esta UJ.

6.2.4 Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada**Quadro A.6.17 - Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva**

Ver Anexo VIII – fls. 193

6.2.5 Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão**Quadro A.6.18 - Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra**

Ver Anexo IX – fls. 194

6.2.6 Composição do Quadro de Estagiários**Quadro A.6.19 - Composição do Quadro de Estagiários**

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	80	80	85	76	569.327,97
1.1 Área Fim	54	54	57	51	383.095,15
1.2 Área Meio	26	26	28	25	186.232,82
2. Nível Médio	14	13	12	14	60.144,24
2.1 Área Fim	12	11	10	12	51.057,04
2.2 Área Meio	2	2	2	2	9.087,20
3. Total (1+2)	94	93	97	90	629.472,21

Fonte: SIAPE - GERENCIAL,GRFINANC,GREMSERRUB

ITEM 7 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119/2012

7. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

7.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros

Legislação	Lei 1080, 13/04/1950
	Lei nº 9.327/1996
	Decreto nº 6.403/2008
	Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 03, 15/05/2008
Importância e impacto sobre as atividades da UJ	Realização de atividades de auditorias e fiscalização roteirizáveis
	Realização de Sorteio Público
	Promoção de atividades administrativas e operacionais
	Suporte logístico
Grupo	Veículos de transporte institucional
Estrutura de controles	Requisição de uso de veículo
	Planilha de controle de entrada/saída/destino/Km
	Controle de abastecimento de combustível, manutenções e lubrificantes

Fonte: CGU - Regionais e Gestor do Contrato da Sede

Frota de Veículos Automotores de Propriedade da Unidade Jurisdicionada

Unidade	Tipo de veículo			TOTAL	Média anual de KM	Idade média da frota	Custo anual com a frota
	Tração 4X4	Utilitários	Passageiros				
AC	4	0	0	4	-	-	-
AL	3	0	0	3	14.789	8	50.147,30
AP	1	1	0	2	6.868	10	12.810,00
AM	2	1	0	3	27.600	7	2.348,99
BA	2	0	1	3	20.962	7	11.765,00
CE	3	0	1	4	26.176	6	15.624,12
ES	3	0	2	5	11.910	10	47.203,15

GO	2	1	3	6	75.199	8	46.174,80
MA	2	0	1	3	-	-	-
MG	2	0	2	4	77.423	9	77.712,09
MS	1	1	1	3	2.501	6	3.074,90
MT	6	1	1	8	11.543	7	8.971,24
PA	3	2	0	5	-	-	-
PB	2	0	0	2	-	-	-
PE	2	0	1	3	10.080	7	9.879,00
PI	1	0	0	1	6.000	6	3.651,50
PR	0	0	1	1	10.507	4	5.215,68
RJ	1	0	3	4	5.155	6	3.281,36
RN	3	0	0	3	12.255	2	10.167,59
RO	3	1	0	4	38.994	6	20.008,32
RR	1	1	1	3	13.059	6	24.000,00
RS	0	0	0	0	-	-	-
SC	1	0	1	2	23.703	5	7.643,21
SE	2	0	0	2	-	-	-
SP	1	1	2	4	27.660	7	10.839,23
TO	2	1	0	3	-	7	-
Total	53	11	21	85			

Fonte: CGU - Regionais

Frota de Veículos Automotores a Serviço da UJ, mas contratada de terceiros

Informação de Terceirização nas Regionais da CGU

CONTRATOS DE LOCAÇÃO - SAMF	
Estudos técnicos realizados para a opção pela terceirização da frota e dos serviços de transporte	Nas Regionais, o contrato pertence à Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda e os veículos ficam sob a responsabilidade da empresa contratada, sendo utilizados de acordo com a necessidade.
Tipo de licitação	Pregão Eletrônico
Quantidade de veículos existentes	Não há quantidade fixa de veículos existentes. A locação de veículos de serviço ocorre por ocasião de demandas específicas, tais como os trabalhos do Programa de Fiscalização a partir de Sorteios Públicos.
Grupos	Veículos de transporte institucional
Média anual de KM	A utilização deste tipo de serviço não é contínua, sendo que os pagamentos obedecem o valor previsto em Contrato, de acordo com a quilometragem rodada.
Idade média dos veículos	No máximo 2 anos

Fonte: CGU - Regionais

Contratos da Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda - SAMF

UF	Nome da empresa contratada	CNPJ da empresa contratada	Contrato	Custo em 2012
SEDE	BRUNAUTO TRANSPORTES LTDA	37.990.181/0001-50	001/2010	346.380,85
PI	LOKAL	07.023.381/0001-73	001/2010	100.484,74
CE	TRANSPORTADORA KELLY LTDA	23.472.871/0001-03	008/2010	129.998,57
GO	CERTA SERVIÇOS E TURISMI LTDA	09.652.613/0001-88	011/2010	12.428,34
PE	S&B LOCAÇÕES DE VEÍCULOS LTDA	01.838.726/0001-60	023/2009	-
PR	TRANSVEPAR TRANSPORTE E VEÍCULOS PARANÁ	76.699.670/0001-67	2010LV0009	132.785,80
	GMX LOCAÇÕES E SERVIÇOS LTDA	09.542.711/0001-62	2009LV0045	237.382,44
SC	ABRIL TOUR VIAGENS E TURISMO LTDA	37.287.521/0001-81	001/2011	3.038,13
	TRANSVEPAR – TRANSPORTES E VEICULOS PARANA LTDA	76.669.670/0001-67	002/2011	64.728,23
MS	RODAR LOCAÇÃO E TURISMO LTDA	08.263.491/0001-75	012/2009	40.524,28
	L. DO C. H.FIGUEIREDO ME	10.366.937/0001-39	003/2012	33.008,82

RS	TESCH TRANSPORTES EXECUTIVOS LTDA	09.350.849/0001-60	001/2010	230.841,45
SP	Requin Transportes LTDA	41.751.421/0001-31	020/2008	194.580,82
BA	SAL-TTUR Salvador Transportes e Serviços Ltda	34.181.354/0001-00	Não informado	439.416,32

Fonte: Informações solicitadas para as CGU - Regionais

Informação de Terceirização na Sede

CONTRATO DE LOCAÇÃO DA SEDE	
Nome da empresa contratada	BRUNAUTO TRANSPORTES LTDA
CNPJ da empresa contratada	37.990.181/0001-50
Contrato	001/2010
Custo em 2012	346.380,85
Tipo de licitação	Pregão Eletrônico
Quantidade de veículos existentes	6
Grupos	Veículos de transporte institucional
Idade média dos veículos	No máximo 2 anos
Média anual KM	47.976

Fonte: Gestor do Contrato

7.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário

7.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

Quadro A.7.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2012	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	DISTRITO FEDERAL	3	2
	Brasília	3	2
	ACRE	1	1
	Rio Branco	1	1
	ESPÍRITO SANTO	1	1
	Vitória	1	1

	GOIÁS	1	1
	Goiânia	1	1
	MINAS GERAIS	1	1
	Belo Horizonte	1	1
	SERGIPE	1	1
	Aracaju	1	1
	PARÁ	1	1
	Belém	1	1
	PERNAMBUCO	1	1
	Recife	1	1
	MARANHÃO	1	1
	São Luis	1	1
	MATO GROSSO DO SUL	1	1
	Campo Grande	1	1
	RIO GRANDE DO NORTE	1	1
	Natal	1	1
	RORAIMA	1	1
	Boa Vista	1	1
	SANTA CATARINA	1	1
	Florianópolis	1	1
	Subtotal Brasil	15	14
	Subtotal Exterior	0	0
	Total (Brasil + Exterior)	15	14

Fonte: Conta 1.4.2.1.1.10.00 SIAFI, consulta BALANCETE e Sistema Spiunet.

7.2.2 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros

Quadro A.7.2 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2012	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	DISTRITO FEDERAL	1	1

Brasília	1	1
ALAGOAS	1	1
Maceió	1	1
AMAZONAS	1	1
Manaus	1	1
AMAPÁ	1	1
Macapá	1	1
MARANHÃO	1	1
São Luís	1	1
PARAÍBA	1	1
João Pessoa	1	1
PERNAMBUCO	1	1
Recife	1	1
TOCANTINS	1	1
Palmas	1	1
Subtotal Brasil	8	8
Subtotal Exterior	0	0
Total (Brasil + Exterior)	8	8

Fonte: Consulta as CGU - Regionais

7.2.3 Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ

Quadro A.7.3 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ

Ver Anexo X – fls.197

Análise Crítica:

1. As unidades a seguir relacionadas ocupavam áreas em edificações do Ministério da Fazenda (uso compartilhado): AC, BA, CE, ES, MS, MT, PB, PR, PI, RJ, RN, RS, RO, SC, SP.
2. Existem quatro áreas de posse das Unidades Regionais da CGU (RN, AC, PE e AM) em fase de contratação do projeto básico e executivo para construção de novas Sedes nos respectivos Estados.
3. A CGU-R/SC está providenciando reforma em sua nova sede.
4. A CGU-R/AP compartilha imóvel particular com outros Órgãos.

5. As unidades de GO/MG/PA/SE: Não compartilham o prédio da União com outros Órgãos.
6. Em Brasília, a CGU está buscando junto à SPU a regularização dos andares 6º a 8º de seu Edifício-Sede (ainda pertencentes ao DNOCS).

ITEM 8 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119/2012

8. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO

8.1 Gestão da Tecnologia da Informação (TI)

Quadro A.8.1 – Gestão da Tecnologia da Informação da Unidade Jurisdicionada

Quesitos a serem avaliados	
1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:	
x	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
	monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
	aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
	aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
x	aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
	aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
x	Designou formalmente um comitê de TI para auxiliá-la nas decisões relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
x	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
x	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:	
x	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
x	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.

<input checked="" type="checkbox"/>	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2012.
<input checked="" type="checkbox"/>	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	Aprovou, para 2012, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
<input checked="" type="checkbox"/>	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
<input type="checkbox"/>	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
<input type="checkbox"/>	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2012, por iniciativa da própria instituição:	
<input type="checkbox"/>	Auditoria de governança de TI.
<input type="checkbox"/>	Auditoria de sistemas de informação.
<input type="checkbox"/>	Auditoria de segurança da informação.
<input type="checkbox"/>	Auditoria de contratos de TI.
<input type="checkbox"/>	Auditoria de dados.
<input type="checkbox"/>	Outra(s). Qual(is)? _____
<input checked="" type="checkbox"/>	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2012.
4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congêneres:	
<input type="checkbox"/>	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
<input checked="" type="checkbox"/>	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
<input checked="" type="checkbox"/>	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
<input type="checkbox"/>	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
<input checked="" type="checkbox"/>	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
<input checked="" type="checkbox"/>	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
<input type="checkbox"/>	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
<input type="checkbox"/>	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.

	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
x	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
	O PDTI é publicado na <i>internet</i> para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI: _____
5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:	
	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
x	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:	
	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).
x	Classificação da informação para o negócio (p.ex. divulgação ostensiva ou acesso restrito).
	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre	
	(2) são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
	(4) nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
	(4) são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
	(4) os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
	(4) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.
	(4) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).
8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)	
	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
	A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).

<input checked="" type="checkbox"/>	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?	
<input type="checkbox"/>	Entre 1 e 40%.
<input type="checkbox"/>	Entre 41 e 60%.
<input checked="" type="checkbox"/>	Acima de 60%.
<input type="checkbox"/>	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).
Comentários	

Fonte: Diretoria de Sistemas de Informação

8.1 Análise Crítica

Em 2012, a Diretoria de Sistemas e Informação priorizou a integração de seus planejamentos ao Plano de Integridade Institucional-PII da Controladoria-Geral da União, de modo a garantir o necessário alinhamento das ações de TI aos objetivos estratégicos do Órgão e assim prover recursos e soluções de TI confiáveis, suficientes, integrados, disponíveis e adequados à execução das atividades da Instituição. Também investiu no aprimoramento da Governança de TI, a partir da contratação de empresa especializada, que colaborou no processo de autoavaliação e na estruturação de plano de fortalecimento dos processos internos da área, cujos efeitos deverão ser colhidos com maior intensidade a partir deste exercício.

ITEM 9 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU N° 119/2012

9 . GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

9.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Quadro A.9.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Ver Anexo XI – fls. 198

9.2 Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

Quadro A.9.2 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

Valores em R\$ 1,00

Adesão a Programas de Sustentabilidade		
Nome do Programa	Ano de Adesão	Resultados

Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Papel	7.649	8.154	8.671	52.848,56	63.573,02	70.755,36
Água	18.322	18.429	15.675	284.460,72	260.115,52	223.022,92
Energia Elétrica	1.688.932	1.723.149	1.578.498	763.446,13	711.434,40	647.800,44
			Total	1.100.755,41	1.035.122,94	941.578,72

Fonte: COASP/CGRL/DGI

ITEM 10 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119/2012

10. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

10.1 Deliberações do TCU e do OCI Atendidas no Exercício

10.1.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Quadro A.10.1 - Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Secretaria-Executiva da Controladoria-Geral da União					88353
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	028.424/2012-3				Ofício nº 4385/SEFIP-D
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Controladoria-Geral da União					52303
Descrição da Deliberação					
Solicita o encaminhamento de cópia da certidão expedida pelo INSS relativamente ao tempo rural, do servidor Ahirton Pontes Vieira.					
Providências Adotadas					

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Coordenação-Geral de Recursos Humanos da Diretoria de Gestão Interna	88722
Síntese da Providência Adotada	
Por meio do Ofício nº 32.210/CGRH/DGI/CGU-PR, de 26/10/2012, foi encaminhada a cópia do documento solicitado.	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Determinação atendida.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
Não há.	

Fonte: DGI/CGRH

10.1.2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Quadro A.10.2 - Situação das Deliberações do TCU que Permanecem Pendentes de Atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Controladoria-Geral da União					052303
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	044.650/2012-4				Ofício nº SEFIP-70005/2012, de 22/11/2012
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Controladoria-Regional da União-Paraná					001378
Descrição da Deliberação					
Encaminhar à SEFIP no prazo de 15 dias, cópia do mapa de tempo de serviço e cópia da sentença judicial que determinou a averbação do tempo referente a exercício de atividade insalubre, do servidor MAX HARREN.					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG

Coordenação-Geral de Recursos Humanos da Diretoria de Gestão Interna da CGU	88722
Justificativa para o seu não Cumprimento:	
O Ofício nº SEFIP-70005/2012, de 22/11/2012 foi encaminhado, por equívoco, para a CGU-Regional/Paraná. O TCU reiterou o pedido por meio do Ofício 0945/2013-TCU/SEFIP, de 30/1/2013, encaminhado, desta vez, ao Órgão Central. A Coordenação-Geral de Recursos Humanos recebeu o documento em 08/02/2013, e a solicitação foi atendida por meio do Ofício nº 4601/CGRH/DGI/CGU-PR, de 19/02/2013.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
A Coordenação-Geral de Recursos Humanos não recebeu o documento em tempo hábil para o atendimento dentro do exercício de 2012.	

Fonte: DGI/CGRH

10.1.3 Recomendações do OCI Atendidas no Exercício

Quadro A.10.3 - Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI

Não houve ocorrências no exercício de 2012.

10.1.4 Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Quadro A.10.4 – Situação das Recomendações do OCI que Permanecem Pendentes de Atendimento no Exercício

Não há recomendações expedidas pelo órgão de controle interno em relatórios de auditoria pendentes de atendimento em 2012.

10.3 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93

10.3.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

Quadro A.10.5 – Demonstrativo do Cumprimento, por Autoridades e Servidores da UJ, da Obrigação de Entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	1		1
	Entregaram a DBR	1		1
	Não cumpriram a obrigação			
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	432		432
	Entregaram a DBR	432		432
	Não cumpriram a obrigação			

Fonte: SIAPE/PLANILHAS

10.3.2 Análise Crítica

Esta Unidade Jurisdicionada realiza as atividades de acompanhamento da entrega das DBR pelas pessoas obrigadas, nos termos da Lei nº 8.730/93, assim como de acordo com as determinações do Decreto nº 5.483/2005 e Portaria Interministerial MP/CGU nº 298/2007, salientando que todos os servidores desta UJ cumpriram com a determinação legal de entregar a DBR.

A Divisão de Cadastro e Pagamento da Coordenação-Geral de Recursos Humanos é a unidade interna incumbida de gerenciar a recepção das DBR, que são recebidas em formulário próprio disponível na Intranet desta UJ, sendo mantidas junto às respectivas pastas funcionais, a fim de se preservar o sigilo fiscal das informações.

10.4 Modelo de Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV

10.4.1 Modelo da Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV

Quadro A.10.6 – Modelo de declaração de Inserção e Atualização de Dados no SIASG e SICONV

Ver Anexo XII – fls. 200

ITEM 11 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU N° 119/2012

11. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

11.1 Informações Sobre a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

11.1.1 Depreciação, Amortização, Exaustão e Mensuração de Ativos e Passivos

11.2 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis

11.2.2 Declaração com Ressalva

Quadro A.11.2 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício Não refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação Completa (UJ)		Código do Órgão	
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO		20125	
<p>Declaro que as demonstrações contábeis constantes do Sistema SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais) previstas na Lei 4.320, de 17 de março de 1964, e pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, NBC T's nºs 16.6, 16.9 e 16.10, aprovadas pelas Resoluções CFC nºs 1.133, 1.136 e 1.137/2008, respectivamente, refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <p style="margin-left: 40px;">951 FALTA/RESTRICAO CONFORM. REGISTROS_GESTAO 107 FALTA DE AMORTIZACAO DE ATIVOS PERMANENTES 163 SLD.ALONGADOS CTAS TRANSITORIAS AT.COMP. 182 ACORDO COOP.TEC.A COMPROVAR VIG. EXPIRADA 184 ACORDO COOP.TEC.A LIBERAR VIGENCIA EXPIRADA 404 SALDO INVERTIDO/INDEVIDO - PASSIVO COMPENSADO</p> <p>Em relação especificamente à NBC T 16.9 – Depreciação, Amortização e Exaustão, aprovada pela Resolução CFC nº 1.136/2008, a unidade jurisdicionada realizou a depreciação de acordo com as orientações contidas na Macrofunção do SIAFI nº. 02.03.30, utilizando-se o método linear, em referência ao prazo estimado de vida útil econômica dos bens, e atribuído àqueles sujeitos a depreciação, o valor residual, que representa o valor líquido que a unidade espera obter por um ativo no fim de sua vida útil econômica.</p> <p style="text-align: center;">Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília-DF.,	Data	18.02.2013
Contador Responsável	JOÃO BOSCO GARCIA	CRC nº	3.109-DF

201300395.doc



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA-GERAL
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO
COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTABILIDADE E AVALIAÇÃO
DIVISÃO DE CONTABILIDADE

RELATÓRIO DE SITUAÇÃO CONTÁBIL

UG: 170940 – COORDENACAO-GERAL DE PLANEJAMENTO E ORCAMENTO/CGU
Gestão: 00001
Mês/Ano: Dezembro/2012

R E S T R I Ç Ã O C O N T Á B I L

1) 107 – FALTA DE AMORTIZACAO DE ATIVOS PERMANENTES

Descrição: A FALTA DOS REGISTROS DE AMORTIZACAO DE ATIVOS PERMANENTES IMPOSSIBILITA O ADEQUADO CONHECIMENTO DA REALIDADE CONTABIL DO PATRIMONIO, COM REFLEXOS NEGATIVOS SOBRE O RESULTADO DO PERIODO, ALEM DE CONDUZIR A INOBSERVANCIA DE PROCEDIMENTOS DE CONTEUDO FISCAL E LEGAL.

Fato Gerador: Falta de amortização da conta 14410.00.00 – SOFTWARES, em várias contas correntes que registram aquisições de softwares no exercício de 2012.

2) 163 – SLD.ALONGADOS CTAS TRANSITORIAS AT.COMP.

Descrição: DEMONSTRA A FALTA DE ANALISE DOS SALDOS EM CONTAS TRANSITORIAS ATE A DATA DE FECHAMENTO DO MES, RESULTANDO NA FALTA DE UM ADEQUADO CONTROLE, ALEM DE INTERFERIR NOS INDICES ECONOMICO-FINANCEIROS EXTRAIDOS A PARTIR DESSES SALDOS.

Fato Gerador: Saldo alongado na conta contábil 19972.02.00- Contratos de Serviços, sendo seis contratos no valor total de R\$ 347.760,36.

3) 163 – SLD.ALONGADOS CTAS TRANSITORIAS AT.COMP.

Descrição: DEMONSTRA A FALTA DE ANALISE DOS SALDOS EM CONTAS TRANSITORIAS ATE A DATA DE FECHAMENTO DO MES, RESULTANDO NA FALTA DE UM ADEQUADO CONTROLE, ALEM DE INTERFERIR NOS INDICES ECONOMICO-FINANCEIROS EXTRAIDOS A PARTIR DESSES SALDOS.

Fato Gerador: Saldo alongado na conta contábil 19972.04.00- Contrato de Fornecimento de Bens, sendo um contrato no valor total de R\$ 120.000,00.

201300396.doc



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA-GERAL
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO
COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTABILIDADE E AVALIAÇÃO
DIVISÃO DE CONTABILIDADE

RELATÓRIO DE SITUAÇÃO CONTÁBIL

UG: 170940 – COORDENACAO-GERAL DE PLANEJAMENTO E ORCAMENTO/CGU
Gestão: 00001
Mês/Ano: Dezembro/2012

4) 182 – ACORDO COOP.TEC.A COMPROVAR VIG. EXPIRADA

Descrição: PELA FALTA DE PRESTACAO DE CONTAS FINAL QUE DEVE SER APRESENTADA ATE NOVENTA DIAS APOS O TERMINO DA VIGENCIA DO ACORDO DE COOPERACAO TECNICA.

Fato Gerador: Saldo alongado na conta contábil 19972.17.04 – ACORDO DECOOPERAÇÃO TÉCNICA A COMPROVAR NO VALOR DE R\$ 1.530.018,64, documento nº 298472, cuja data fim de vigência expirou em 11 abril.

5) 184 – ACORDO COOP.TEC.A LIBERAR VIGENCIA EXPIRADA

Descrição: PELA PERMANENCIA DE SALDO A LIBERAR QUE DEVE SER REGULARIZADO ATE A DATA DA PRESTACAO DE CONTAS FINAL.

Fato Gerador: Saldo alongado na conta contábil 19972.17.03 – ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA A LIBERAR, documento nº 298472, cuja data fim de vigência expirou em 11abr2011

6) 404 – SALDO INVERTIDO/INDEVIDO – PASSIVO COMPENSADO

Descrição: PELA EXISTENCIA DE SALDO INVERTIDO NAS CONTAS CONTABEIS DO GRUPO PASSIVO COMPENSADO EM DECORRENCIA DE BAIXA DE VALORES SUPERIORES AOS EXISTENTES, BAIXA DE VALORES NAO APROPRIADOS PREVIAMENTE OU APROPRIADOS EM OUTRAS CONTAS CONTABEIS; PELA PRESENCA DE SALDOS INDEVIDOS EM CONTAS CONTABEIS DO PASSIVO COMPENSADO ORIUNDOS DE UTILIZACOES INADEQUADAS DAS MESMAS, OU AINDA PELA FALTA DE REGISTRO EM CONTAS DO PASSIVO COMPENSADO.

Fato Gerador: Saldo invertido na conta contábil 2.9.2.4.1.04.01 – VALORES EM LIQUIDACAO, conta corrente 974133 – CEB DISTRIBUICAO S/A, no valor de R\$ 155.970,00.

201300396.doc



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA-GERAL
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO
COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTABILIDADE E AVALIAÇÃO
DIVISÃO DE CONTABILIDADE

RELATÓRIO DE SITUAÇÃO CONTÁBIL

UG: 170940 – COORDENACAO-GERAL DE PLANEJAMENTO E ORCAMENTO/CGU
Gestão: 00001
Mês/Ano: Dezembro/2012

7) 404 – SALDO INVERTIDO/INDEVIDO – PASSIVO COMPENSADO

Descrição: PELA EXISTENCIA DE SALDO INVERTIDO NAS CONTAS CONTABEIS DO GRUPO PASSIVO COMPENSADO EM DECORRENCIA DE BAIXA DE VALORES SUPERIORES AOS EXISTENTES, BAIXA DE VALORES NAO APROPRIADOS PREVIAMENTE OU APROPRIADOS EM OUTRAS CONTAS CONTABEIS; PELA PRESENÇA DE SALDOS INDEVIDOS EM CONTAS CONTABEIS DO PASSIVO COMPENSADO ORIUNDOS DE UTILIZACOES INADEQUADAS DAS MESMAS, OU AINDA PELA FALTA DE REGISTRO EM CONTAS DO PASSIVO COMPENSADO.

Fato Gerador: Saldo invertido na conta contábil 2.9.3.1.1.04.02 – COTA DESUB-REPASSE A PROGRAMAR, na conta corrente 110174 0169000000C, no valor de R\$ 5708,98.

Em / /

JOÃO BOSCO GARCIA
CONTADOR RESPONSÁVEL

201300396.doc



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA-GERAL
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO
COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTABILIDADE E AVALIAÇÃO
DIVISÃO DE CONTABILIDADE

RELATÓRIO DE SITUAÇÃO CONTÁBIL

UG: 170049 – CONT-GERAL DA UNIAO NO EST.DO RIO G. DO NORTE
Gestão: 00001
Mês/Ano: Dezembro/2012

R E S T R I Ç Ã O C O N T Á B I L

1) 951 – FALTA/RESTRICAO CONFORM. REGISTROS_GESTAO

Descrição: OCORRE QUANDO A UG DEIXA DE REGISTRAR A CONFORMIDADE DE REGISTROS DE GESTAO EM DECORRENCIA DOS REGISTROS EFETUADOS PELA PROPRIA UNIDADE. APLICA-SE TAMBEM PELA EXISTENCIA DE RESTRICAO NA CONFORMIDADE DE REGISTROS DE GESTAO.

Fato Gerador:

Falta de Registro da Conformidade de Gestão no dia 26.12.2012.

Em / /

JOÃO BOSCO GARCIA
CONTADOR RESPONSÁVEL

201300468.doc

28 PARTE B, ITEM 16, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119/2012**ITEM 16. INFORMAÇÕES SOBRE AS CONTRATAÇÕES DE CONSULTORES NA MODALIDADE “PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS.****28.1 Contratação de Consultores na Modalidade “Produto”****Quadro B.16.1 - Consultores Contratados na Modalidade “Produto” no Âmbito dos Projetos de Cooperação Técnica com Organismos Internacionais**

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Política Brasileira de Acesso a Informações Públicas: garantia democrática do direito a informação, transparência e participação cidadã.				914BRZ5009	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato: CI00753/2012					
<p>Objetivo da consultoria: Realizar diagnósticos, avaliação e consolidação de fluxos informacionais, desenvolvimento de capacitações taylormade, definição de requisitos de gestão documental e atividades correlacionadas que contribuam para a implementação da Lei de Acesso a Informações Públicas (12527/2011) em pelo menos 7 ministérios da Administração Pública Federal. O consultor deverá trabalhar em estreita colaboração com a Ouvidoria-Geral da União e com as ouvidoras dos ministérios envolvidos. Ele deverá auxiliar a Ouvidoria-Geral da União, as ouvidoras específicas, a UNESCO e o consultor master na implementação das metodologias de trabalho desenvolvidas com a orientação do consultor master. O consultor deverá colaborar na construção de fluxos informacionais e documentação específica que constituam um protocolo robusto de implementação da Lei nos ministérios envolvidos, balanceando as particularidades da administração pública federal, dos ministérios específicos e as determinações inovadoras postas pela Lei de Acesso a Informações Públicas. Essas atividades deverão ser desenvolvidas, de maneira complementar, nas áreas gestão pública e formação/qualificação de servidores públicos.</p>					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
18/06/2012	17/11/2012	35.000,00	35.000,00	26.250,00	26.250,00
Insumos Externos					
No exercício de 2012, foi efetuado gasto no valor de R\$ 1.857,60, relacionado ao pagamento de publicação de edital.					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de	Valor	

	entrega	
Produto 1 – Plano de trabalho com planejamento e desenvolvimento de cronograma de realização das atividades, os quais devem estar em estreito diálogo com o plano de trabalho do consultor master e dos demais consultores juniores.	22/06/2012	R\$ 5.250,00
Produto 2 – Diagnósticos e avaliação propositiva para a implementação da Lei de Acesso nos Ministérios envolvidos para a área gestão pública.	07/07/2012	R\$ 5.250,00
Produto 3 – Relatório Parcial de execução dos trabalhos, que consiste na apresentação dos insumos específicos que contribuíram para consolidação do trabalho do consultor máster.	27/07/2012	R\$ 7.000,00
Produto 4 – Relatório Parcial de execução dos trabalhos, que consiste na produção dos insumos para elaboração dos protocolos/métodos de implementação da Lei.	17/08/2012	R\$ 8.750,00
Produto 5 - Relatório Final dos trabalhos, que apresente avaliação dos resultados desenvolvidos, bem como memória da implementação inicial da lei, a fim de servir de estudo de caso para outros órgãos interessados.	17/11/2012	R\$ 8.750,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: ALEXANDRE HAMILTON OLIVEIRA SANTOS	CPF: 477.994.631-04	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Contrato encerrado no exercício de 2012, visto que o referido consultor foi dispensado da responsabilidade de entregar o Relatório Final previsto no Produto 5, no valor de R\$ 8.750,00, devido interdependência de seu contrato com o do Consultor Kevin Dunion (encerrado) e à mudança de prioridade da área técnica.		

Fonte: Sistema Fabs web/Unesco

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura	UNESCO
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	Código
Política Brasileira de Acesso a Informações Públicas: garantia democrática do direito a informação, transparência e participação cidadã.	914BRZ5009
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”	
Código do Contrato: CI01265/2011	
Objetivo da consultoria: Atuar, como consultor, na área de comunicação da 1ª Conferência Nacional sobre Transparência e Participação Social - Consocial.	
Período de Vigência	Remuneração

Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
29/11/2011	28/08/2012	72.000,00	66.000,00	60.000,00	72.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Produto 1 – Plano de trabalho contendo o detalhamento das estratégias de comunicação e atividades a serem utilizadas no desenvolvimento Primeira Conferência Nacional sobre Transparência e Controle Social - Consocial.				14/12/2011	R\$ 6.000,00
Produto 2 – Plano de gestão de conteúdo para sítios, portais e demais ambientes de web, relativos à Conferência Nacional sobre Transparência e Controle Social (Consocial).				13/01/2012	R\$ 6.000,00
Produto 3 – Relatório crítico da gestão dos perfis em redes sociais (Facebook, Twitter e Orkut), com vistas a analisar o impacto da atuação nas redes e subsidiar possíveis ajustes nas estratégias de comunicação.				27/02/2012	R\$ 12.000,00
Produto 4 – Projeto de realização de media training de dirigentes da CGU, com vistas a subsidiar a atuação da empresa de comunicação.				28/03/2012	R\$ 5.000,00
Produto 5 – Manual de captação de imagens e fotografias e de gestão do acervo audiovisual da Conferência Nacional sobre Transparência e Controle Social (Consocial).				17/04/2012	R\$ 8.000,00
Produto 6 – Projeto de vídeo-documentário da Conferência Nacional sobre Transparência e Controle Social (Primeira Consocial), de até 10min, cobrindo todas as etapas da conferência.				27/05/2012	R\$ 12.000,00
Produto 7 – Projeto detalhado do Jornal da Consocial, a ser produzido em três edições de 4 páginas para distribuição aos participantes nos três dias de realização da Etapa Nacional da Primeira Consocial.				26/06/2012	R\$ 8.000,00
Produto 8 - Relatório crítico das atividades de comunicação da Primeira Conferência Nacional sobre Transparência e Controle Social (Consocial), contendo a descrição das ações de comunicação desenvolvidas ao longo da conferência, bem como uma análise crítica da estratégia empregada na comunicação da Primeira Consocial e propostas para seu aprimoramento.				28/08/2012	R\$ 15.000,00
Consultor contratado					
Nome do consultor: ANA CLÁUDIA MARIANO DE CASTRO				CPF: 716.938.661-53	

Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: O contrato foi encerrado no exercício de 2012, com todos os produtos aprovados e pagos.

Fonte: Sistema Fabs web/Unesco

Nome da Organização		Sigla			
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura		UNESCO			
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto		Código			
Política Brasileira de Acesso a Informações Públicas: garantia democrática do direito a informação, transparência e participação cidadã.		914BRZ5009			
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato: CI00741/2011					
Objetivo da consultoria: Realizar estudo que resulte em levantamento, sistematização e avaliação da situação atual das Ouvidorias de órgãos e entidades da administração pública federal e a qualidade dos serviços por elas prestados aos cidadãos; identificação de modalidades inovadoras de prestação de serviços e formulação de proposta de um novo desenho estrutural e de integração para as unidades de ouvidoria federais que atenda às particularidades da denominada Lei de Acesso à informação (PLC 41/2010).					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
18/07/2011	18/10/2011	46.746,00	0,00	38.196,80	42.196,80
Insumos Externos					
No exercício de 2012, foram efetuados gastos que totalizaram R\$ 690,46, relacionados ao pagamento de diárias e passagens.					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 1 – Plano de Trabalho e Proposta Metodológica.			03/08/2011	R\$ 4.000,00	
Produto 2 – Diagnóstico da realidade das ouvidorias do poder Executivo Federal contendo Mapeamento das experiências inovadoras, boas práticas, caracterização de sistemas informatizados utilizados, análise da qualidade dos serviços prestados aos cidadãos.			18/09/2011	R\$ 22.746,00	
Produto 3 – Relatório contendo propostas com o fito de estabelecer padrões de atendimento e de qualidade para os serviços prestados pelas Ouvidorias; propostas para o fortalecimento da integração, inclusive dos procedimentos burocráticos e de dados entre			18/10/2011	R\$ 20.000,00	

ouvidorias no âmbito do poder Executivo Federal; Identificação dos meios materiais, financeiros, institucionais e de capacitação necessários para promover tal integração.		
Consultor contratado		
Nome do consultor: DORIAM LUIS BORGES DE MELO	CPF: 029.487.797-58	
<p>Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: O contrato foi finalizado no exercício de 2012, com pagamento proporcional do Produto 2 - Diagnóstico da realidade das ouvidorias visto que o conteúdo do Relatório do Diagnóstico das Ouvidorias do Poder Executivo Federal, bem como sua complementação (Quadro de boas práticas Ouvidorias do Poder Executivo Federal) não aderiram, na íntegra, ao conteúdo descrito para o referido Produto. O valor não pago pelo citado produto totalizou R\$ 4.549,20, por isso o valor pago ao final do contrato totalizou R\$ 42.196,80.</p>		

Fonte: Sistema Fabs web/Unesco

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Política Brasileira de Acesso a Informações Públicas: garantia democrática do direito a informação, transparência e participação cidadã.				914BRZ5009	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato: CI00344/2012					
<p>Objetivo da consultoria: Atuar no planejamento, desenho da arquitetura de informação, produção dos textos de apoio inerentes à navegação e produção de leiaute funcional (webdesign) e desenvolvimento web (HTML e CSS, com técnica Tableless, para deixar o site de acordo com as recomendações da W3C e do E-MAG) para o Sistema de Registro e Atendimento de Solicitações de Informações, a fim de viabilizar a implementação da Lei de Acesso a Informações - Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011.</p>					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
05/03/2012	04/09/2012	48.000,00	48.000,00	48.000,00	48.000,00
Insumos Externos					
No exercício de 2012, foi efetuado gasto no valor de R\$ 1.857,60, relacionado ao pagamento de publicação de edital.					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	

Produto 1 – Projeto de navegação do site na forma de guia visual de estrutura de navegação das páginas, contendo mapa de navegação, a informação e os links que constarão em cada página (wireframe).	12/03/2012	R\$ 5.000,00
Produto 2 – Leiaute da interface, de acordo com o planejamento aprovado, incluindo as imagens que irão compô-la.	25/03/2012	R\$ 10.000,00
Produto 3 – Páginas do sítio, incluindo as imagens e as marcações de texto que compõe o leiaute, e as páginas, com leiaute e linguagem de marcação para produção do sítio, entregues em HTML, XHTML e CSS, conforme a arquitetura e navegação aprovadas e orientações da equipe de desenvolvimento, assim como a linguagem de marcação para os e-mails padrão enviados pelo sistema a órgãos e cidadãos.	15/04/2012	R\$ 13.000,00
Produto 4 – Textos revisados que irão compor o conteúdo do sítio, incluídos os referentes a instruções de uso do site, conteúdos estáticos e outros definidos no planejamento.	25/04/2012	R\$ 10.000,00
Produto 5 – Manual de identidade visual, com especificação de cores, fontes, margens, tamanhos e demais detalhamentos das imagens e das telas criadas; e produção de banners e imagens publicitárias para divulgação do sítio e produção de leiaute.	04/09/2012	R\$ 10.000,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: ETÉOCLES BRANDÃO MONTEIRO	CPF: 845.888.294-91	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: O contrato foi encerrado no exercício de 2012, com todos os produtos aprovados e pagos.		

Fonte: Sistema Fabs web/Unesco

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura	UNESCO
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	Código
Política Brasileira de Acesso a Informações Públicas: garantia democrática do direito a informação, transparência e participação cidadã.	914BRZ5009
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”	
Código do Contrato: CI01165/2011	
Objetivo da consultoria: Desenvolver projeto de criação de um Catálogo de dados e informações publicadas pelos órgãos/entidades do Poder Executivo Federal na internet, a fim de facilitar o acesso a esses dados e informações e orientar a elaboração de políticas públicas de promoção da transparência pública.	
Período de Vigência	Remuneração

Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
13/10/2011	12/10/2012	50.000,00	45.000,00	50.000,00	50.000,00
Insumos Externos					
No exercício de 2012, foram efetuados gastos que totalizaram R\$ 1.901,65, relacionados ao pagamento de diárias e passagens.					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 1 – Metodologia e planejamento de trabalho. A metodologia deverá indicar como os dados serão mapeados, registrados e catalogados. O planejamento de trabalho consiste na definição da estratégia de execução, da divisão de trabalho e do cronograma de atividades das atividades previstas neste ToR e daqueles dos consultores-auxiliares.			28/10/2011	R\$ 5.000,00	
Produto 2 – Formulário para registro de metadados dos dados e informações disponibilizados pelos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal; Modelo de relatório a ser encaminhado a cada órgão para conhecimento e complementação de informações; Proposta de estrutura do relatório final.			23/05//2012	R\$ 7.500,00	
Produto 3 – Relatório parcial sobre o andamento do projeto e consolidação parcial dos metadados registrados relativos aos dados do primeiro 1/3 dos órgãos e entidades alvos da pesquisa.			07/07/2012	R\$ 7.500,00	
Produto 4 – Catálogo dos dados/informações publicados na internet pelos órgãos do Poder Executivo Federal e relatório final, o qual consiste na compilação, análise e conclusões sobre a totalidade das informações levantadas. Deverão também compor o produto final: Listagem dos responsáveis pelos conjuntos de dados de governo (organizações e cargos) e quais conjuntos de dados estão sob sua responsabilidade; Relatório sobre dados equivalentes publicados em diferentes locais (sobreposição de publicação); Informações estatísticas sobre os dados/informações constantes do catálogo.			12/10/2012	R\$ 30.000,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor: FABIANO ANGÉLICO				CPF: 928.842.706-63	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: O contrato foi encerrado no exercício de 2012, com todos os produtos aprovados e pagos.					

Fonte: Sistema Fabs web/Unesco

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura					UNESCO
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto					Código
Política Brasileira de Acesso a Informações Públicas: garantia democrática do direito a informação, transparência e participação cidadã.					914BRZ5009
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato: CI00479/2012					
Objetivo da consultoria: Desenvolvimento e documentação do Sistema de Registro e Atendimento de Solicitações de Informações para viabilizar a implementação da Lei de Acesso a Informações - Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
20/03/2012	19/09/2012	48.000,00	48.000,00	48.000,00	48.000,00
Insumos Externos					
No exercício de 2012, foi efetuado gasto no valor de R\$ 3.715,20, relacionado ao pagamento de publicação de edital.					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 1 – Programas-fonte produzidos para a codificação de módulos do sistema e para executar testes do módulo Registro do Pedido de Informação e Cadastro de Usuário.			05/04/2012	R\$ 10.000,00	
Produto 2 – Programas-fonte produzidos para a codificação de módulos do sistema e para executar testes do módulo Registro de Resposta.			19/04/2012	R\$ 10.000,00	
Produto 3 – Programas-fonte produzidos para a codificação de módulos do sistema e para executar testes do módulo Registro de Recursos.			05/05/2012	R\$ 10.000,00	
Produto 4 – Programas-fonte produzidos para a codificação de módulos do sistema e para executar testes do módulo do módulo de Relatórios.			19/05/2012	R\$ 10.000,00	
Produto 5 – Documentação (manuais e guias de usuários) do Sistema de Registro e Atendimento de Solicitações de Informações relativos a integração dos modolos do sistema.			19/09/2012	R\$ 8.000,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor: FABRÍCIO AVELINO DA FONSECA				CPF: 724.600.591-91	

Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: O contrato foi encerrado no exercício de 2012, com todos os produtos aprovados e pagos.

Fonte: Sistema Fabs web/Unesco

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização			Sigla		
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura			UNESCO		
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto			Código		
Política Brasileira de Acesso a Informações Públicas: garantia democrática do direito a informação, transparência e participação cidadã.			914BRZ5009		
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato: CI001219/2011					
<p>Objetivo da consultoria: Atuar no projeto de criação de um Catálogo de dados e informações publicadas pelos órgãos/entidades do Poder Executivo Federal na internet, a fim de facilitar o acesso a esses dados e informações e orientar a elaboração de políticas públicas de promoção da transparência pública. O consultor trabalhará no mapeamento e registro de metadados de dados e informações disponibilizadas na internet pelos órgãos/entidades do Poder Executivo Federal, mediante pesquisa em sítios e outros repositórios de dados disponíveis na internet mantidos pelos órgãos/entidades do Poder Executivo Federal, conforme definido pela CGU e pelo coordenador do diagnóstico.</p>					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
21/11/2011	20/10/2012	30.000,00	27.000,00	30.000,00	30.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
<p>Produto 1 – Pesquisa e relatório executados em órgão piloto 1: preenchimento de formulários com os metadados coletados acerca de todos os conjuntos de dados e informações objeto do projeto que estejam sob a responsabilidade do consultor-auxiliar e elaboração do relatório citado na atividade 2 preenchido para o órgão/entidade pesquisado pelo consultor-auxiliar.</p>			06/12/2011	R\$ 3.000,00	
<p>Produto 2 – Pesquisa e relatório executados em órgão piloto 2: preenchimento de formulários com os metadados coletados acerca de todos os conjuntos de dados e informações objeto do projeto que</p>			11/06/2012	R\$ 6.000,00	

estejam sob a responsabilidade do consultor-auxiliar e elaboração do relatório citado na atividade 2 preenchido para o órgão/entidade pesquisado pelo consultor-auxiliar.		
Produto 3 – Pesquisa e relatório executados em órgão piloto 3: preenchimento de formulários com os metadados coletados acerca de todos os conjuntos de dados e informações objeto do projeto que estejam sob a responsabilidade do consultor-auxiliar e elaboração do relatório citado na atividade 2 preenchido para o órgão/entidade pesquisado pelo consultor-auxiliar.	16/07/2012	R\$ 9.000,00
Produto 4 – Pesquisa e relatório executados em órgão piloto 4: preenchimento de formulários com os metadados coletados acerca de todos os conjuntos de dados e informações objeto do projeto que estejam sob a responsabilidade do consultor-auxiliar e elaboração do relatório citado na atividade 2 preenchido para o órgão/entidade pesquisado pelo consultor-auxiliar.	20/10/2012	R\$ 12.000,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: GABRIEL MARIOTTO DEL GROSSI	CPF: 297.811.008-26	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: O contrato foi encerrado no exercício de 2012, com todos os produtos aprovados e pagos.		

Fonte: Sistema Fabs web/Unesco

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Política Brasileira de Acesso a Informações Públicas: garantia democrática do direito a informação, transparência e participação cidadã.				914BRZ5009	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato: CI00700/2012					
Objetivo da consultoria: Definir indicadores básicos e estabelecer mecanismos de coleta de dados para o acompanhamento da experiência do processo de implementação da Lei de Acesso à Informação.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
15/05/2012	15/05/2014	195.802,60	156.713,48	88.307,52	88.307,52

Insumos Externos		
Produtos Contratados		
Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Produto 1 – Documento de Base (Inception Report), descrevendo o marco referencial a ser usado na avaliação e que deverá conter: - Plano de avaliação, com o detalhamento da metodologia de avaliação, incluindo proposta de metodologia de coleta de dados e fontes de informação para responder a cada pergunta da avaliação; - Questionários para a coleta de dados adaptados para cada público-alvo e aos critérios específicos a serem analisados; -Lista dos documentos revisados pelos avaliadores.	04/06/2012	R\$ 29.788,08 ⁽¹⁾
Produto 2 – Desk Study analisando todos os documentos existentes e informações sobre o projeto e a política pública de acesso à informação. A pesquisa existente sobre as dificuldades e desafios que os servidores públicos terão de enfrentar para implementar a lei precisa ser levada em conta.	14/07/2012	R\$ 19.506,48 ⁽²⁾
Produto 3 – Relatórios de Progresso periódicos, com o resumo das atividades executadas, problemas encontrados, documentos revisados, resultado da análise dos documentos e dados coletados e pontos mais relevantes das entrevistas.	29/07/2012	R\$ 19.544,56 ⁽³⁾
Produto 4 – Relatório Preliminar de Avaliação para discussão, contendo todas as partes do relatório final, tais como conclusões preliminares, hipóteses investigadas e recomendações. Este relatório deverá detalhar os resultados da avaliação por objetivo e também oferecer conclusões gerais. O Relatório Preliminar deve ser entregue com tempo adequado a fim de permitir que as partes interessadas discutam as conclusões.	08/08/2012	R\$ 39.012,96 ⁽²⁾
Produto 5 – Relatório de Avaliação com as principais conclusões e recomendações para a fase II.	11/11/2012	R\$ 48.861,40 ⁽³⁾
Produto 6 – Relatório Final de Avaliação com as principais conclusões e recomendações para a fase III.	15/05/2014	R\$ 39.089,12 ⁽³⁾
Consultor contratado		
Nome do consultor: GLOBAL PARTNERS AND ASSOCIATES LIMITED		CNPJ: 02/5353-87
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Foram pagos os Produtos 1, 2 e 4, no exercício de 2012. Apesar de o contrato ter sido pactuado diretamente entre UNESCO e a Empresa Global Partners And Associates Limited, os produtos foram avaliados tecnicamente pela Controladoria-Geral da União. Para os demais produtos previstos serão discutidas as metodologias a serem aplicadas nas avaliações e na produção dos relatórios.		

Fonte: Sistema Fabs web/Unesco

(1) Cotação do dólar das Nações Unidas – dia do pagamento (3/7/12): 2,086

(2) Cotação do dólar das Nações Unidas – dia do pagamento (3/9/12): 2,049

(3) Cotação do dólar das Nações Unidas – dia – 21/01/2013: 2,053

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Política Brasileira de Acesso a Informações Públicas: garantia democrática do direito a informação, transparência e participação cidadã.				914BRZ5009	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato: CI00287/2012					
Objetivo da consultoria: Atuar no planejamento, organização, e execução de ações de capacitação e treinamento de servidores públicos federais sobre a Lei de Acesso a Informações - Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
13/02/2012	12/02/2013	120.000,00	105.000,00	105.000,00	105.000,00
Insumos Externos					
No exercício de 2012, foi efetuado gasto no valor de R\$ 1.857,60, relacionado ao pagamento de publicação de edital.					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 1 – Planejamento das ações de capacitação de servidores, contendo, no mínimo: a) lista de projetos, ações e atividades a serem realizadas para capacitação dos servidores públicos federais. b) proposta de cronograma. c) detalhamento das atividades necessárias à realização dos projetos, ações e atividades de capacitação.			27/03/2012	R\$ 15.000,00	
Produto 2 – Páginas web desenvolvidas ou aprimoradas do Hotsite sobre Acesso à Informação mantido pela Controladoria Geral da União. Como responsável pela coordenação dos esforços de implementação no âmbito do Governo Federal, a Controladoria Geral da União criou e disponibilizou, em 18 de novembro de 2011, hotsite sobre acesso a informações públicas, com intuito de orientar servidores públicos e cidadãos sobre os termos da Lei 12.527/2011. O referido hotsite deverá ser constantemente alimentado e atualizado a fim de disponibilizar, de maneira fácil e acessível, informações sobre a Lei de Acesso à Informações.			22/05/2012	R\$ 30.000,00	
Produto 3 – Catálogo de respostas padrão e de perguntas frequentes sobre acesso a informações. Em decorrência do papel central da Controladoria Geral da União na preparação da Administração Pública Federal para assegurar o direito de acesso à informação, diversos questionamentos de servidores e cidadãos têm sido			22/07/2012	R\$ 15.000,00	

enviados à instituição. Assim, no intuito de antecipar-se a potenciais questionamentos e a fim de sistematizar e responder com agilidade aos questionamentos dos servidores e cidadãos, faz-se necessário identificar esses questionamentos, criar catálogo de respostas frequentes, bem como manter atualizada sessão de “Perguntas Frequentes” no hotsite de Acesso a Informações mantido pela CGU.		
Produto 4 – Material didático da capacitação dos servidores públicos sobre acesso a informação. Desenvolvimento de textos de referência, guias de orientação, apresentações e roteiros de vídeos para capacitação e subsídio de criação de cursos e materiais de divulgação sobre acesso à informação para servidores públicos e cidadãos.	12/10/2012	R\$ 25.000,00
Produto 5 – Guia para a estruturação dos eventos de treinamento para a capacitação de servidores públicos sobre acesso a informação. O consultor deverá atuar no planejamento, coordenação e participação, especialmente na condição de facilitador, de ações e eventos (palestras, workshops, seminários, entre outros) para capacitação de servidores públicos.	12/12/2012	R\$ 20.000,00
Produto 6 – Relatório Final das ações de capacitação de servidores realizadas contendo, necessariamente: a) análise das principais “áreas cinzentas” do direito de acesso por parte dos servidores públicos; b) relação de distribuição de material e estatística de acesso ao hotsite de acesso; c) relação das perguntas frequentes encaminhadas pelo hotsite de acesso; d) rol das ações virtuais e presenciais realizadas, bem como do quantitativo de servidores e cidadãos capacitados.	12/02/2013	R\$ 15.000,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: HENRIQUE DANTAS DE SANTANA	CPF: 556.110.441-15	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Os produtos previstos para entrega no exercício de 2012 foram desenvolvidos e pagos. O Relatório Final será entregue em 2013 e o contrato encontra-se em conformidade com o cronograma definido.		

Fonte: Sistema Fabs web/Unesco

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura	UNESCO
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	Código
Política Brasileira de Acesso a Informações Públicas: garantia democrática do direito a informação, transparência e participação cidadã.	914BRZ5009
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”	
Código do Contrato: CI00337/2012	
Objetivo da consultoria: Desenvolver e documentar o Sistema de Registro e Atendimento de Solicitações de	

Informações para viabilizar a implementação da Lei de Acesso a Informações - Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
05/03/2012	04/09/2012	48.000,00	48.000,00	48.000,00	48.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 1 – Programas-fonte produzidos nas atividades de codificação e testes dos módulos de Registro do Pedido de Informação e de Cadastro de Usuário.			19/03/2012	R\$ 10.000,00	
Produto 2 – Programas-fonte produzidos nas atividades de codificação e testes do módulo Registro de Resposta.			04/04/2012	R\$ 10.000,00	
Produto 3 – Programas-fonte produzidos nas atividades de codificação e testes do módulo Registro de Recursos.			19/04/2012	R\$ 10.000,00	
Produto 4 – Programas-fonte produzidos nas atividades de codificação e testes do módulo de Relatórios.			04/05/2012	R\$ 10.000,00	
Produto 5 – Adequação do módulo de Recursos, contemplando a segunda instância recursal no âmbito de cada órgão; e desenvolvimento de 2 web services, de modo a atender demanda de fornecimento automático das informações do sistema aos órgãos.			04/09/2012	R\$ 8.000,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor: JOSÉ CLÁUDIO MARQUES BANDEIRA				CPF: 444.069.911-15	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: O contrato foi encerrado no exercício de 2012, com todos os produtos aprovados e pagos.					

Fonte: Sistema Fabs web/Unesco

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura	UNESCO
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	Código

Política Brasileira de Acesso a Informações Públicas: garantia democrática do direito a informação, transparência e participação cidadã.					914BRZ5009
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato: CI00495/2012					
Objetivo da consultoria: Atuar no planejamento, organização e execução de ações de capacitação e treinamento de servidores públicos e funcionários de ouvidorias públicas federais para implementação da Lei 12.527/2011.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
26/03/2012	25/12/2012	71.250,00	71.250,00	71.250,00	71.250,00
Insumos Externos					
No exercício de 2012, foi efetuado gasto no valor de R\$ 1.857,60, relacionado ao pagamento de publicação de edital.					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 1 – Relatório “Política de Capacitação de Ouvidorias Públicas Federais para Implementação da Lei de Acesso a Informações”. O documento deverá consolidar a análise das discussões realizadas no ambiente web, bem como: a) listar ações e atividades a serem realizadas para capacitação dos servidores e funcionários de ouvidorias públicas; b) detalhar atividades necessárias à realização das ações e atividades de capacitação; e c) propor cronograma para acompanhamento dos resultados da contratação dos serviços.			10/05/2012	R\$ 11.250,00	
Produto 2 – Material didático-instrucional para três cursos de curta duração. A modalidade dos cursos (presenciais, semi-presenciais ou a distância), bem como a carga-horária, serão definidas pela CGU após entrega do Produto.			05/07/2012	R\$ 15.000,00	
Produto 3 – Relatório Parcial sobre a realização da capacitação, envolvendo a avaliação e a consolidação das discussões e conclusões de cada evento de capacitação.			05/09/2012	R\$ 15.000,00	
Produto 4 – Relatório Final das ações de capacitação realizadas contendo, necessariamente: a) discussão dos resultados alcançados pelo conjunto de eventos de capacitação; b) discussão das avaliações aplicadas; e c) relação do material distribuído, lista das ações de capacitação realizadas e quantitativo de servidores e funcionários capacitados.			25/12/2012	R\$ 30.000,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor: JOSÉ LUIZ NIEDERAUER-PANTOJA				CPF: 236.847.980-53	

Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: O contrato foi encerrado no exercício de 2012, com todos os produtos aprovados e pagos.

Fonte: Sistema Fabs web/Unesco

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Política Brasileira de Acesso a Informações Públicas: garantia democrática do direito a informação, transparência e participação cidadã.				914BRZ5009	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato: CI01094/2012					
Objetivo da Consultoria: Atuar no planejamento, organização e sistematização de informações para produção de materiais didáticos e instrucionais voltados às ouvidorias da Administração Pública Federal, com ênfase na Lei de Acesso à Informação, bem como outros temas que subsidiem a estruturação do sistema federal de ouvidorias.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
15/10/2012	14/02/2013	35.270,00	20.000,00	10.000,00	10.000,00
Insumos Externos					
No exercício de 2012, foi efetuado gasto no valor de R\$ 1.133,73, relacionado ao pagamento de publicação de edital.					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 1 – Documento de consolidação referente às relações das ouvidorias públicas e a Lei de Acesso à Informação.			14/11/2012	R\$ 10.000,00	
Produto 2 – Documento de consolidação relativo à política de formação em Ouvidorias.			14/12/2012	R\$ 10.000,00	
Produto 3 – Relatório contendo material didático para oferta de cursos em EAD.			14/02/2013	R\$ 15.270,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor: JULIANA ROCHET WIRTH CHAIBUB				CPF: 874.563.701-68	

Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: O cronograma de execução encontra-se em conformidade com o previsto, tendo sido desenvolvido e entregue pela consultora o primeiro produto pactuado, devidamente atestado e pago no exercício de 2012.

Fonte: Sistema Fabs web/Unesco

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Política Brasileira de Acesso a Informações Públicas: garantia democrática do direito a informação, transparência e participação cidadã.				914BRZ5009	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato: CI00558/2012					
<p>Objetivo da consultoria: Realizar diagnósticos, avaliação e consolidação de fluxos informacionais, desenvolvimento de capacitações taylor-maid, definição de requisitos de gestão documental e atividades correlacionadas que contribuam para a implementação da Lei de Acesso a Informações Públicas (12527/2011) em pelo menos 7 ministérios da Administração Pública Federal.</p>					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
16/04/2012	30/10/2012	73.000,00	73.000,00	73.000,00	73.000,00
Insumos Externos					
No exercício de 2012, foram efetuados gastos que totalizaram R\$ 26.291,06, relacionados ao pagamento de diárias, passagens, seguro de viagem e publicação de edital.					
Produtos Contratados					

Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Produto 1 – Plano de trabalho com planejamento e desenvolvimento de cronograma de realização das atividades, com distribuição dos trabalhos dos demais consultores envolvidos.	20/04/2012	R\$ 10.950,00
Produto 2 – Metodologia dos diagnósticos e avaliação propositiva para a implementação da Lei de Acesso nos Ministérios envolvidos.	05/05/2012	R\$ 10.950,00
Produto 3 – Relatório Parcial de execução dos trabalhos, que consiste na apresentação dos diagnósticos e avaliação propositiva.	25/05/2012	R\$ 14.600,00
Produto 4 – Relatório Parcial de execução dos trabalhos, que consiste na elaboração dos protocolos/métodos de implementação da Lei.	15/06/2012	R\$ 18.250,00
Produto 5 - Relatório Final dos trabalhos, que apresente avaliação dos resultados desenvolvidos, bem como memória da implementação inicial da lei, a fim de servir de estudo de caso para outros órgãos interessados.	30/10/2012	R\$ 18.250,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: KEVIN HARRY DUNION		CPF: 025.689-77
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: O contrato foi encerrado no exercício de 2012, com todos os produtos aprovados e pagos.		

Fonte: Sistema Fabs web/Unesco

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura	UNESCO
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	Código
Política Brasileira de Acesso a Informações Públicas: garantia democrática do direito a informação, transparência e participação cidadã.	914BRZ5009
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”	
Código do Contrato: CI00422/2012	
Objetivo da consultoria: O Projeto está centrado na criação e desenvolvimento de aplicativos que processem, interpretem e apresentem informações e dados públicos sob novas perspectivas; na produção e curadoria de um concurso que incentive a criação desse aplicativos; além da realização de oficinas sobre transparência de dados	

abertos em algumas localidades do país.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
12/03/2012	11/03/2013	163.400,00	84.108,00	57.276,00	57.276,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
<p>Produto 1 – Metodologia de produção dos aplicativos. Para continuidade das ações previstas serão necessárias as contratações de um coordenador-geral, responsável por gerenciar o projeto e dialogar com os múltiplos parceiros; de um coordenador dos trabalhos de desenvolvimento e implementação dos aplicativos; de um desenvolvedor para implementar os códigos; de um designer para produzir as telas de interface; e a realização de despesas administrativas.</p>			20/03/2012	R\$ 57.276,00	
<p>Produto 2 – Metodologia de produção dos aplicativos. Para continuidade das ações previstas serão necessárias as contratações de um coordenador-geral, responsável por gerenciar o projeto e dialogar com os múltiplos parceiros; de um coordenador dos trabalhos de desenvolvimento e implementação dos aplicativos; de um desenvolvedor para implementar os códigos; de um designer para produzir as telas de interface; e a realização de despesas administrativas.</p>			30/05/2012	R\$ 26.832,00	
<p>Produto 3 – Desenvolvimento de 3 aplicações-piloto que exemplifiquem o uso de informações públicas e sirvam como casos para exposição das possibilidades de uso de dados governamentais abertos e tecnologias em rede e realização de 3 oficinas de capacitação para estudantes universitários e membros de comunidades, movimentos ou organizações da sociedade civil, com foco na apropriação e uso de informações públicas e dados governamentais abertos. Para continuidade das ações previstas serão necessárias as contratações de um coordenador-geral, responsável por gerenciar o projeto e dialogar com os múltiplos parceiros; de um coordenador para as oficinas; de nove oficinheiros, que as realizarão; de um articulador, responsável pela divulgação, registro e publicação; e a realização de despesas com passagens, hospedagem e recursos logísticos.</p>			28/02/2013	R\$ 79.292,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor: LABORATÓRIO BRASILEIRO DE CULTURA DIGITAL				CNPJ: 10.369.426/0001-70	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Termo de Parceria de Implementação firmado entre a UNESCO e o Laboratório Brasileiro de Cultura Digital, no montante de R\$ 163.400,00, sendo apenas o Produto 1					

atestado e pago no exercício de 2012, no valor de R\$ 57.276,00.

Fonte: Sistema Fabs web/Unesco

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização			Sigla		
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura			UNESCO		
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Política Brasileira de Acesso a Informações Públicas: garantia democrática do direito a informação, transparência e participação cidadã.				914BRZ5009	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato: CI00347/2012					
Objetivo da consultoria: Desenvolver e documentar o Sistema de Registro e Atendimento de Solicitações de Informações para viabilizar a implementação da Lei de Acesso a Informações - Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
05/03/2012	04/09/2012	48.000,00	48.000,00	48.000,00	48.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 1 – Programas-fonte produzidos nas atividades de codificação e testes dos módulos de Registro do Pedido de Informação e de Cadastro de Usuário.			19/03/2012	R\$ 10.000,00	
Produto 2 – Programas-fonte produzidos nas atividades de codificação e testes do módulo Registro de Resposta.			04/04/2012	R\$ 10.000,00	
Produto 3 – Programas-fonte produzidos nas atividades de codificação e testes do módulo Registro de Recursos.			19/04/2012	R\$ 10.000,00	
Produto 4 – Programas-fonte produzidos nas atividades de codificação e testes do módulo de Relatórios.			04/05/2012	R\$ 10.000,00	
Produto 5 – Adequação do módulo de Recursos, contemplando a segunda instância recursal no âmbito de cada órgão; e			04/09/2012	R\$ 8.000,00	

desenvolvimento de 2 web services, de modo a atender demanda de fornecimento automático das informações do sistema aos órgãos.		
Consultor contratado		
Nome do consultor: LUIZ CLÁUDIO MOREIRA DE CARVALHO	CPF: 385.300.901-87	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: O contrato foi encerrado no exercício de 2012, com todos os produtos aprovados e pagos.		

Fonte: Sistema Fabs web/Unesco

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização					Sigla
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura					UNESCO
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto					Código
Política Brasileira de Acesso a Informações Públicas: garantia democrática do direito a informação, transparência e participação cidadã.					914BRZ5009
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato: CI001266/2011					
Objetivo da consultoria: Atuar no projeto de criação de um Catálogo de dados e informações publicadas pelos órgãos/entidades do Poder Executivo Federal na internet, a fim de facilitar o acesso a esses dados e informações e orientar a elaboração de políticas públicas de promoção da transparência pública. O consultor trabalhará no mapeamento e registro de metadados de dados e informações disponibilizadas na internet pelos órgãos/entidades do Poder Executivo Federal, mediante pesquisa em sítios e outros repositórios de dados disponíveis na internet mantidos pelos órgãos/entidades do Poder Executivo Federal, conforme definido pela CGU e pelo coordenador do diagnóstico.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
21/11/2011	20/10/2012	30.000,00	27.000,00	30.000,00	30.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Produto 1 – Pesquisa e relatório executados em órgão piloto 5: preenchimento de formulários com os metadados coletados acerca de todos os conjuntos de dados e informações objeto do projeto que estejam sob a responsabilidade do consultor-auxiliar e				06/12/2011	R\$ 3.000,00

elaboração do relatório citado na atividade 2 preenchido para o órgão/entidade pesquisado pelo consultor-auxiliar.		
Produto 2 – Pesquisa e relatório executados em órgão piloto 6: preenchimento de formulários com os metadados coletados acerca de todos os conjuntos de dados e informações objeto do projeto que estejam sob a responsabilidade do consultor-auxiliar e elaboração do relatório citado na atividade 2 preenchido para o órgão/entidade pesquisado pelo consultor-auxiliar.	11/06/2012	R\$ 6.000,00
Produto 3 – Pesquisa e relatório executados em órgão piloto 7: preenchimento de formulários com os metadados coletados acerca de todos os conjuntos de dados e informações objeto do projeto que estejam sob a responsabilidade do consultor-auxiliar e elaboração do relatório citado na atividade 2 preenchido para o órgão/entidade pesquisado pelo consultor-auxiliar.	16/07/2012	R\$ 9.000,00
Produto 4 – Pesquisa e relatório executados em órgão piloto 8: preenchimento de formulários com os metadados coletados acerca de todos os conjuntos de dados e informações objeto do projeto que estejam sob a responsabilidade do consultor-auxiliar e elaboração do relatório citado na atividade 2 preenchido para o órgão/entidade pesquisado pelo consultor-auxiliar.	20/10/2012	R\$ 12.000,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: MARCELO NEVES DA SILVA		CPF: 297.811.008-26
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: O contrato foi encerrado no exercício de 2012, com todos os produtos aprovados e pagos.		

Fonte: Sistema Fabs web/Unesco

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura	UNESCO
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	Código
Política Brasileira de Acesso a Informações Públicas: garantia democrática do direito a informação, transparência e participação cidadã.	914BRZ5009
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”	
Código do Contrato: CI00348/2012	
Objetivo da consultoria: Realizar a modelagem dimensional dos dados recebidos de forma periódica pela CGU, fazer a modelagem dimensional de data mart para gestores do Portal da Transparência do Governo Federal e auxiliar na elaboração de especificação técnica necessária à contratação da construção da solução de data warehouse.	
Período de Vigência	Remuneração

Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
05/03/2012	04/12/2012	110.000,00	110.000,00	44.000,00	44.000,00
Insumos Externos					
No exercício de 2012, foram efetuados gastos que totalizaram R\$ 9.986,82, relacionados ao pagamento de diárias, passagens e publicação de edital.					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 1 – Modelagem dimensional e documentação relativa aos assuntos da Receita Federal; Arquivos fontes de dados: CPF e CNPJ.			20/03/2012	R\$ 11.000,00	
Produto 2 – Modelagem dimensional e documentação relativa aos assuntos do SIAFI e convênios; Arquivos fontes de dados: Empenhos, Ordens Bancárias, Valores Pagos, Credores, Lista Credores, Valores Empenhados Liquidados e pagos, Lista de Itens, Documento Hábil de Liquidação, Nota de Lançamento de Sistema, Empenho, RP, Receita, Gestão, Unidade Gestora, Plano de Contas, Fonte de Recursos, Função, Moeda, Órgão, Órgão/gestão, Programa, Projeto/atividade, PTRES, Subfunção, Unidade da federação, Unidade orçamentária, Município, Adm. Unidade gestora, Programa de Trabalho, Categoria de Gasto, Royalites, Transferências Constitucionais, Categoria Econômica, Convênios SIAFI e Convênios SICONV.			10/05/2012	R\$ 27.500,00	
Produto 3 – Modelagem dimensional e documentação relativa aos assuntos de servidores e extratos do Banco do Brasil; Arquivos fontes de dados: Cartões de Pagamento e Servidores.			30/05/2012	R\$ 11.000,00	
Produto 4 – Modelagem dimensional e documentação relativa aos programas sociais, FNS, MTE e CEIS e Entidades sem fins lucrativos impedidas de celebrar convênios; Arquivos fontes de dados: CEIS, Bolsa Família, Cartão Alimentação, Bolsa Escola, Agente Jovem, Bolsa Alimentação, Auxílio Gás, cartão alimentação, Fundo Nacional de Saúde, Programa Garantia da Safra e Seguro Desemprego, Seguro Defeso e Entidades sem fins lucrativos impedidas de celebrar convênios.			30/06/2012	R\$ 11.000,00	
Produto 5 – Modelagem dimensional e documentação relativa aos assuntos de licitações e contratos, SCDP e SIEST; Arquivos fontes de dados: Licitações e contratos, Diárias e Passagens e Execução das Empresas Estatais.			30/07/2012	R\$ 11.000,00	
Produto 6 – Modelagem do Data Mart Transparência Fontes de dados: Tabelas fatos e dimensões produzidas nos produtos anteriores.			10/09/2012	R\$ 16.500,00	
Produto 7 – Especificações técnicas necessárias à contratação da implementação da solução Especificações técnicas necessárias à contratação da implementação da solução de data warehouse em tela, inclusive no que se refere à respectiva infraestrutura, bem			04/12/2012	R\$ 22.000,00	

como documentos que subsidiaram a estimativa de preços realizada.		
Consultor contratado		
Nome do consultor: MARCO ANTÔNIO GARCIA	CPF: 259.208.168-21	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: O contrato foi encerrado sem o recebimento e pagamento do Produto 6, no valor de 16.500,00. Os demais produtos foram atestados e pagos e totalizaram R\$ 93.500,00.		

Fonte: Sistema Fabs web/Unesco

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização					Sigla
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura					UNESCO
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto					Código
Política Brasileira de Acesso a Informações Públicas: garantia democrática do direito a informação, transparência e participação cidadã.					914BRZ5009
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato: CI00574/2012					
Objetivo da Consultoria: Atuar no planejamento, organização e sistematização de informações para produção de materiais didáticos e instrucionais voltados às ouvidorias da Administração Pública Federal, com ênfase na Lei de Acesso à informação, bem como outros temas que subsidiem a estruturação do sistema federal de ouvidorias.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
23/04/2012	22/01/2013	67.651,00	40.089,48	12.527,96	12.527,96
Insumos Externos					
No exercício de 2012, foi efetuado gasto no valor de R\$ 1.857,60, relacionado ao pagamento de publicação de edital.					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Produto 1 – Produção da 1ª cartilha para divulgação do papel da ouvidoria na implementação da Lei de Acesso à Informação.				12/06/2012	R\$ 12.527,96

Produto 2 – Relatório parcial de avaliação da implantação da Lei de Acesso a Informação pelas Ouvidorias.	12/08/2012	R\$ 15.033,56
Produto 3 – Produção da 2ª cartilha contendo a percepção do consultor sobre os dados coletados na atividade 1.	02/10/2012	R\$ 12.527,96
Produto 4 – Relatório final da consultoria contendo a avaliação dos materiais produzidos e proposição dos desafios para ouvidorias.	22/01/2013	R\$ 27.561,52
Consultor contratado		
Nome do consultor: MARIA DE LOURDES OLIVEIRA MARTINS	CPF: 277.434.976-15	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Contrato rescindido em atendimento à Informação nº 930/2012/CGOUV/OGU/CGU-PR, ratificada pelo Sr. Chefe de Gabinete da Ouvidoria-Geral/CGU, recomendando a não continuidade da referida contratação, tendo em vista as novas demandas decorrentes da vigência da Lei 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), que implicam numa redefinição drástica dos produtos e serviços desenvolvidos, não havendo meios e condições de reorientar o trabalho no âmbito dessa consultoria. Apenas o Produto 1 foi entregue e pago no exercício de 2012, no valor de R\$ 12.527,96.		

Fonte: Sistema Fabs web/Unesco

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Política Brasileira de Acesso a Informações Públicas: garantia democrática do direito a informação, transparência e participação cidadã.				914BRZ5009	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato: CI00558/2011					
Objetivo da consultoria: Atuar no planejamento, organização, capacitação e treinamento da 1ª Consocial.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
13/06/2011	12/06/2012	120.000,00	78.000,00	58.000,00	120.000,00
Insumos Externos					
No exercício de 2012, foram efetuados gastos que totalizaram R\$ 4.551,72, relacionados ao pagamento de diárias e					

passagens.		
Produtos Contratados		
Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Produto 1 – Planejamento do Processo da Primeira Consocial - Passo-a-passo -, contendo, necessariamente: a) o cronograma geral, ajustado de acordo com as deliberações da Comissão Organizadora Nacional; b) detalhamento das atividades necessárias à realização das etapas preparatórias até a etapa nacional da Primeira Consocial; c) elaboração do fluxograma geral da Primeira Consocial, com o detalhamento do encaminhamento dos resultados das etapas preparatórias até a etapa nacional.	13/07/2011	R\$ 8.000,00
Produto 2 – Proposta de mecanismos a serem implementados nas localidades que realizarem Conferências para acompanhamento dos desdobramentos e implementação de resultados. a) sugestões de mecanismos e estratégias de acompanhamento; b) modelos de documentos, relatórios e informes sobre a implementação dos resultados; c) relação de autoridades para encaminhamento de demandas/informes, com explicação sobre o sistema de competências do federalismo brasileiro.	13/09/2011	R\$ 16.000,00
Produto 3 – Relatório preliminar de monitoramento, para orientação da Coordenação Executiva da Primeira Consocial nas atividades de acompanhamento e supervisão das etapas preparatórias, contendo: a) levantamento das conferências municipais, regionais, estaduais e distrital convocadas; b) composição das comissões organizadoras estaduais e distrital; c) calendário de realização das conferências; d) indicação de casos críticos e relevantes para acompanhamento diferenciado.	12/11/2011	R\$ 18.000,00
Produto 4 – Formatação de um curso de capacitação de até oito horas aula a ser realizado em Brasília, antecedendo a etapa nacional, para ser ministrado aos profissionais que atuarão na etapa nacional, nas atividades de facilitação dos grupos de trabalho. Para o curso deverá ser preparado material didático, denominado Manual para Mediadores e Facilitadores da Primeira Consocial que deverá conter, necessariamente: a) o referencial teórico; b) os métodos gerais propostos; c) estudos de caso; d) a solução de problemas e casos pontuais; e, e) os métodos de avaliação da assimilação dos profissionais capacitados e do curso.	13/01/2012	R\$ 20.000,00
Produto 5 – Guia do Participante da Primeira Consocial, a ser distribuído tempestivamente aos participantes da Etapa Nacional da Primeira Consocial, contendo: a) Metodologia da Consocial. b) Processo deliberativo da Consocial. c) Pressupostos Metodológicos da Consocial. d) Passo a passo da organização da etapa. e) Modelo de programação da etapa. f) fluxograma da etapa. g) Caderno de Propostas da Etapa Nacional Primeira Consocial.	13/02/2012	R\$ 16.000,00
Produto 6 – Consolidação e Rastreamento de Proposições da Primeira Consocial, após a realização de todas as etapas preparatórias, e formulação de um Caderno de Propostas da	13/05/2012	R\$ 22.000,00

Primeira Consocial.		
Produto 7 – Realização de Curso de Capacitação de Mediadores e relatores da Primeira Consocial. Realização, como instrutor, de um curso de capacitação de até 8 (oito) horas-aula a ser realizado em Brasília, antecedendo a etapa nacional, para ser ministrado aos profissionais que atuarão na etapa nacional, nas atividades de facilitação dos grupos de trabalho.	28/05/2012	R\$ 4.000,00
Produto 8 – Relatório Final da Primeira Consocial, contendo, necessariamente: a) análise das informações referentes às etapas preparatórias; b) relação dos delegados, com detalhamento dos perfis e segmentos representados desses participantes; c) relação dos convidados e observadores da etapa nacional; e d) rol simplificado das propostas aprovadas, com detalhamento da abrangência, se for o caso (apenas estadual, apenas distrital, nacional etc.).	12/06/2012	R\$ 16.000,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: MARIA THEREZA FERREIRA TEIXEIRA		CPF: 711.543.701-78
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: O contrato foi encerrado no exercício de 2012, com todos os produtos aprovados e pagos.		

Fonte: Sistema Fabs web/Unesco

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização			Sigla		
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura			UNESCO		
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto			Código		
Política Brasileira de Acesso a Informações Públicas: garantia democrática do direito a informação, transparência e participação cidadã.			914BRZ5009		
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato: CI00936/2012					
Objetivo da consultoria: Apoiar estados e municípios na publicação de dados abertos governamentais; produção de vídeo e realização de treinamentos; elaborar e publicar documento orientativo sobre as possibilidades dos dados abertos para a transparência na gestão pública e participação e envolvimento da população; realizar concurso de aplicativos; e apoiar a reestruturação do Portal da Transparência.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício

20/08/2012	19/08/2013	189.058,84	86.882,36	0,00	0,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega		Valor
Produto 1 – Proposta preliminar da estrutura dos treinamentos sobre transparência e dados abertos.			30/09/2012		R\$ 2.352,94
Produto 2 – Criação de vídeo com o objetivo de despertar o interesse sobre os temas transparência governamental e dados abertos. São públicos-alvo: gestores governamentais, técnicos do governo e cidadãos.			20/10/2012		R\$ 41.176,48
Produto 3 – Plano de treinamento sobre transparência e dados abertos para gestores públicos, técnicos de TI do governo e outros públicos que possam ser necessários ao alcance dos objetivos da ação.			25/10/2012		R\$ 11.764,70
Produto 4 – Relatório descritivo do concurso de aplicativos voltados para a utilização de dados governamentais abertos.			30/10/2012		R\$ 31.588,24
Produto 5 – Realização de treinamentos sobre transparência e dados abertos em 2 municípios, em datas definidas no plano de treinamento.			28/02/2013		R\$ 45.205,88
Produto 6 – Testes de acessibilidade e conformidade técnica com os padrões W3C aplicáveis ao projeto de desenvolvimento do novo Portal da Transparência.			30/03/2013		R\$ 5.882,36
Produto 7 – Produção de relatório indicando soluções para os problemas encontrados nos testes que deverão ser executados durante o processo de desenvolvimento do novo Portal da Transparência, para antecipar as correções de eventuais desvios, e ao fim do processo, para avaliar o produto final.			30/04/2013		R\$ 5.882,36
Produto 8 – Realização de treinamentos sobre transparência e dados abertos em 3 municípios, em datas definidas no plano de treinamento.			19/08/2013		R\$ 45.205,88
Consultor contratado					
Nome do consultor: NUCLEO DE INFORMACAO E COORDENACAO DO PONTO BR - NIC.BR				CNPJ: 05.506.560/0001-36	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Termo de Parceria de Implementação firmado entre a UNESCO e o Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto – NIC.BR. Os produtos estão em desenvolvimento e não foram realizados pagamentos no exercício de 2013.					

Fonte: Sistema Fabs web/Unesco

Identificação da Organização Internacional Cooperante

Nome da Organização		Sigla			
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura		UNESCO			
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Política Brasileira de Acesso a Informações Públicas: garantia democrática do direito a informação, transparência e participação cidadã.				914BRZ5009	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato: CI01368/2011					
Objetivo da consultoria: Elaborar estudo que subsidie a elaboração da proposta de regulamentação da Lei de Acesso à Informação Pública.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
19/12/2011	18/05/2012	30.000,00	27.000,00	15.000,00	15.000,00
Insumos Externos					
No exercício de 2012, foram efetuados gastos que totalizaram R\$ 1.741,88, relacionados ao pagamento de diárias e passagens.					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 1 – Documento resumo que contenha os dispositivos da Lei de Acesso à Informação a ser regulamentados, conforme especificações contidas na atividade 1.			29/12/2011	R\$ 3.000,00	
Produto 2 – Documento analítico sobre a legislação nacional que trata de transparência e acesso às informações públicas, que identifique as disposições legais vigentes que deverão ser observadas quando da elaboração do decreto de regulamentação da Lei de Acesso à Informação e as normas que foram revogadas, expressa ou tacitamente, ou devem ser revogadas pelo decreto.			28/02/2012	R\$ 4.500,00	
Produto 3 – Estudo comparado sobre leis de acesso à informação de outros países, com ênfase nas soluções práticas e concretas adotadas para a implementação do sistema de acesso, sobretudo em relação à questões que representam inovações no cenário jurídico nacional ou na administração pública federal brasileira.			14/03/2012	R\$ 7.500,00	
Produto 4 – Documento com propostas de soluções a serem adotadas na regulamentação da Lei por parte do Poder Executivo Federal.			18/05/2012	R\$ 15.000,00	

Consultor contratado	
Nome do consultor: PEDRO VIEIRA ABRAMOVAY	CPF: 291.455.888-05
<p>Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Foram atestados e pagos dos Produtos de 1 a 3, no valor total de R\$ 15.000,00. Foi acordado entre as partes o cancelamento do Produto 4, dando por extinto o contrato, bem como quitadas e cumpridas todas as obrigações deste resultantes.</p>	

Fonte: Sistema Fabs web/Unesco

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Política Brasileira de Acesso a Informações Públicas: garantia democrática do direito a informação, transparência e participação cidadã.				914BRZ5009	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato: CI00758/2012					
<p>Objetivo da Consultoria: Realizar diagnósticos, avaliação e consolidação de fluxos informacionais, desenvolvimento de capacitações taylormade, definição de requisitos de gestão documental e atividades correlacionadas que contribuam para a implementação da Lei de Acesso a Informações Públicas (12527/2011) em pelo menos 7 ministérios da Administração Pública Federal. O consultor deverá trabalhar em estreita colaboração com a Ouvidoria-Geral da União e com as ouvidoras dos ministérios envolvidos. Ele deverá auxiliar a Ouvidoria-Geral da União, as ouvidoras específicas, a UNESCO e o consultor master na implementação das metodologias de trabalho desenvolvidas com a orientação do consultor master. O consultor deverá colaborar na construção de fluxos informacionais e documentação específica que constituam um protocolo robusto de implementação da Lei nos ministérios envolvidos, balanceando as particularidades da administração pública federal, dos ministérios específicos e as determinações inovadoras postas pela Lei de Acesso a Informações Públicas. Essas atividades deverão ser desenvolvidas, de maneira complementar, nas áreas gestão pública e formação/qualificação de servidores públicos.</p>					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
18/06/2012	17/11/2012	35.000,00	35.000,00	35.000,00	35.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de	Valor	

	entrega	
Produto 1 – Plano de trabalho com planejamento e desenvolvimento de cronograma de realização das atividades, os quais devem estar em estreito diálogo com o plano de trabalho do consultor master e dos demais consultores juniores.	22/06/2012	R\$ 5.250,00
Produto 2 – Diagnósticos e avaliação propositiva para a implementação da Lei de Acesso nos Ministérios envolvidos para a área formação/qualificação de servidores públicos.	07/07/2012	R\$ 5.250,00
Produto 3 – Relatório Parcial de execução dos trabalhos, que consiste na apresentação dos insumos específicos que contribuíram para consolidação do trabalho do consultor master.	27/07/2012	R\$ 7.000,00
Produto 4 – Relatório Parcial de execução dos trabalhos, que consiste na produção dos insumos para elaboração dos protocolos/métodos de implementação da Lei.	17/08/2012	R\$ 8.750,00
Produto 5 - Relatório Final dos trabalhos, que apresente avaliação dos resultados desenvolvidos, bem como memória da implementação inicial da lei, a fim de servir de estudo de caso para outros órgãos interessados.	17/11/2012	R\$ 8.750,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: PRISCILA ASSIS DE ABREU		CPF: 147.689.678-09
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: O contrato foi encerrado no exercício de 2012, com todos os produtos aprovados e pagos.		

Fonte: Sistema Fabs web/Unesco

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura	UNESCO
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	Código
Política Brasileira de Acesso a Informações Públicas: garantia democrática do direito a informação, transparência e participação cidadã.	914BRZ5009
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”	
Código do Contrato: CI00385/2012	
Objetivo da Consultoria: Atuar na orientação e acompanhamento do processo de sistematização das diretrizes/propostas a serem discutidas durante a Etapa Nacional da 1ª Conferência Nacional sobre Transparência e Controle Social - Consocial.	

Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
12/03/2012	11/09/2012	60.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00
Insumos Externos					
No exercício de 2012, foram efetuados gastos que totalizaram R\$ 3.916,41, relacionados ao pagamento de diárias, passagens e publicação de edital.					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 1 – Plano de trabalho contendo o detalhamento das estratégias e atividades a serem utilizadas no trabalho de sistematização das diretrizes e propostas a serem debatidas durante a etapa nacional da 1ª Consocial.			11/04/2012	R\$ 12.000,00	
Produto 2 – Projeto Executivo de curso de capacitação para os profissionais que atuarão na sistematização das diretrizes e propostas que comporão o caderno de propostas da etapa nacional da 1ª Consocial.			11/05/2012	R\$ 8.000,00	
Produto 3 – Relatório da consolidação das proposições da 1ª Consocial, após a realização de todas as etapas preparatórias, para a formulação do caderno de propostas da etapa nacional da 1ª Consocial.			11/06/2012	R\$ 18.000,00	
Produto 4 – Relatório crítico do processo de sistematização da 1ª Conferência Nacional sobre Transparência e Controle Social - Consocial, contendo a descrição das ações desenvolvidas ao longo da conferência, bem como uma análise crítica do trabalho executado e propostas para seu aprimoramento.			11/09/2012	R\$ 22.000,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor: RENATA FLORENTINO DE FARIA SANTOS				CPF: 005.603.551-90	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: O contrato foi encerrado no exercício de 2012, com todos os produtos aprovados e pagos.					

Fonte: Sistema Fabs web/Unesco

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura	UNESCO

Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto					Código
Política Brasileira de Acesso a Informações Públicas: garantia democrática do direito a informação, transparência e participação cidadã.					914BRZ5009
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato: CI001221/2011					
<p>Objetivo da consultoria: Atuar no projeto de criação de um Catálogo de dados e informações publicadas pelos órgãos/entidades do Poder Executivo Federal na internet, a fim de facilitar o acesso a esses dados e informações e orientar a elaboração de políticas públicas de promoção da transparência pública. O consultor trabalhará no mapeamento e registro de metadados de dados e informações disponibilizadas na internet pelos órgãos/entidades do Poder Executivo Federal, mediante pesquisa em sítios e outros repositórios de dados disponíveis na internet mantidos pelos órgãos/entidades do Poder Executivo Federal, conforme definido pela CGU e pelo coordenador do diagnóstico.</p>					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
21/11/2011	20/10/2012	30.000,00	27.000,00	30.000,00	30.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
<p>Produto 1 – Pesquisa e relatório executados em órgão piloto 9: preenchimento de formulários com os metadados coletados acerca de todos os conjuntos de dados e informações objeto do projeto que estejam sob a responsabilidade do consultor-auxiliar e elaboração do relatório citado na atividade 2 preenchido para o órgão/entidade pesquisado pelo consultor-auxiliar.</p>				06/12/2011	R\$ 3.000,00
<p>Produto 2 – Pesquisa e relatório executados em órgão piloto 10: preenchimento de formulários com os metadados coletados acerca de todos os conjuntos de dados e informações objeto do projeto que estejam sob a responsabilidade do consultor-auxiliar e elaboração do relatório citado na atividade 2 preenchido para o órgão/entidade pesquisado pelo consultor-auxiliar.</p>				11/06/2012	R\$ 6.000,00
<p>Produto 3 – Pesquisa e relatório executados em órgão piloto 11: preenchimento de formulários com os metadados coletados acerca de todos os conjuntos de dados e informações objeto do projeto que estejam sob a responsabilidade do consultor-auxiliar e elaboração do relatório citado na atividade 2 preenchido para o órgão/entidade pesquisado pelo consultor-auxiliar.</p>				16/07/2012	R\$ 9.000,00
<p>Produto 4 – Pesquisa e relatório executados em órgão piloto 12:</p>				20/10/2012	R\$ 12.000,00

preenchimento de formulários com os metadados coletados acerca de todos os conjuntos de dados e informações objeto do projeto que estejam sob a responsabilidade do consultor-auxiliar e elaboração do relatório citado na atividade 2 preenchido para o órgão/entidade pesquisado pelo consultor-auxiliar.		
Consultor contratado		
Nome do consultor: ROBSON LOPES DE ALMEIDA	CPF: 008.475.297-11	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: O contrato foi encerrado no exercício de 2012, com todos os produtos aprovados e pagos.		

Fonte: Sistema Fabs web/Unesco

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Política Brasileira de Acesso a Informações Públicas: garantia democrática do direito a informação, transparência e participação cidadã.				914BRZ5009	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato: CI00551/2011					
Objetivo da Consultoria: Desenvolver e acompanhar o Projeto Metodológico da 1ª Conferência Nacional sobre Transparência e Controle Social – Consocial.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
13/06/2011	12/06/2012	114.000,00	60.000,00	60.000,00	114.000,00
Insumos Externos					
No exercício de 2012, foram efetuados gastos que totalizaram R\$ 1.967,25, relacionados ao pagamento de diárias e passagens.					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	

Produto 1 – Desenvolver Projeto Metodológico da Primeira Conferência Nacional sobre Transparência e Controle Social - Consocial, em consonância com as diretrizes e orientações contidas no Regimento Interno da Primeira Consocial, aprovado pela Comissão Organizadora Nacional (CON).	13/07/2011	R\$ 7.000,00
Produto 2 – Manual metodológico das conferências municipais da Primeira Consocial. Manual metodológico contendo: a) Metodologia da Consocial; b) Processo deliberativo da Consocial; c) Pressupostos Metodológicos; d) Passo a passo da organização da etapa; e) Modelo de programação da etapa; f) fluxograma da etapa; g) modelo de relatório da etapa.	13/08/2011	R\$ 16.000,00
Produto 3 – Manuais metodológicos das conferências livres e das conferências virtuais da Primeira Consocial. Manuais metodológicos contendo: a) Metodologia da Consocial; b) Processo deliberativo da Consocial; c) Pressupostos Metodológicos; d) Passo a passo da organização da etapa; e) Modelo de programação da etapa; f) fluxograma da etapa; g) modelo de relatório da etapa.	13/09/2011	R\$ 15.000,00
Produto 4 – Manual metodológico das conferências estaduais e distrital da Primeira Consocial Manual metodológico que contemple: a) Metodologia da Consocial; b) Processo deliberativo da Consocial; c) Pressupostos Metodológicos; d) Passo a passo da organização da etapa; e) Modelo de programação da etapa; f) fluxograma da etapa; g) modelo de relatório da etapa.	13/11/2011	R\$ 16.000,00
Produto 5 – Relatório crítico das conferências municipais/regionais e livres da Primeira Consocial. Relatório crítico da metodologia de mobilização e de deliberação referente às conferências municipais/regionais e livres da Primeira Consocial, que contenha, necessariamente: a) análise crítica da metodologia empregada na organização das conferências municipais/regionais e livres; b) estudo comparativo com a metodologia empregada por outras conferências; c) propostas de aprimoramentos.	13/01/2012	R\$ 20.000,00
Produto 6 – Manual metodológico da etapa nacional da Primeira Consocial. Manual metodológico que contenha: a) Metodologia da Consocial; b) Processo deliberativo da Consocial; c) Pressupostos Metodológicos; d) Passo a passo da organização da etapa; e) Modelo de programação da etapa; f) fluxograma da etapa.	13/04/2012	R\$ 20.000,00
Produto 7 – Relatório crítico das conferências estaduais, distrital e nacional 1ª Consocial Relatório crítico final da metodologia de mobilização e de deliberação das conferências estaduais, distrital e nacional da Primeira Consocial que contenha, necessariamente: a) análise crítica da metodologia empregada na organização das conferências estaduais, distrital e nacional da Primeira Consocial. b) estudo comparativo com a metodologia empregada por outras conferências c) propostas de aprimoramentos.	12/06/2012	R\$ 20.000,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: SARA ARAÚJO POLETTI		CPF: 877.089.061-72

Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: O contrato foi encerrado no exercício de 2012, com todos os produtos aprovados e pagos.

Fonte: Sistema Fabs web/Unesco

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Política Brasileira de Acesso a Informações Públicas: garantia democrática do direito a informação, transparência e participação cidadã.				914BRZ5009	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato: CI01218/2011					
Objetivo da consultoria: Realizar atividades de tradução e versão, do português para o inglês e do inglês para o português, de documentos, legislação e outros materiais relacionados à temática de acesso à informação e a dados públicos.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
16/11/2011	15/11/2012	144.000,00	129.600,00	54.252,00	54.252,00
Insumos Externos					
.					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 1 – 400 laudas de materiais, tais como guias de implementação, referenciais teóricos e legais, estudos de direito comparado, relatórios, cadernos de leis de acesso, cartilhas, folders, materiais de treinamento, vídeos, entre outros.			21/12/2011	R\$ 14.400,00	
Produto 2 – 400 laudas de materiais, tais como guias de implementação, referenciais teóricos e legais, estudos de direito comparado, relatórios, cadernos de leis de acesso, cartilhas, folders, materiais de treinamento, vídeos, entre outros.			26/01/2012	R\$ 14.400,00	
Produto 3 – 400 laudas de materiais, tais como guias de implementação, referenciais teóricos e legais, estudos de direito comparado, relatórios, cadernos de leis de acesso, cartilhas, folders,			02/03/2012	R\$ 14.400,00	

matérias de treinamento, vídeos, entre outros.		
Produto 4 – 560 laudas de materiais, tais como guias de implementação, referenciais teóricos e legais, estudos de direito comparado, relatórios, cadernos de leis de acesso, cartilhas, folders, materiais de treinamento, vídeos, entre outros.	22/04/2012	R\$ 20.160,00
Produto 5 – 560 laudas de materiais, tais como guias de implementação, referenciais teóricos e legais, estudos de direito comparado, relatórios, cadernos de leis de acesso, cartilhas, folders, materiais de treinamento, vídeos, entre outros.	12/06/2012	R\$ 20.160,00
Produto 6 – 560 laudas de materiais, tais como guias de implementação, referenciais teóricos e legais, estudos de direito comparado, relatórios, cadernos de leis de acesso, cartilhas, folders, materiais de treinamento, vídeos, entre outros.	02/08/2012	R\$ 20.160,00
Produto 7 – 560 laudas de materiais, tais como guias de implementação, referenciais teóricos e legais, estudos de direito comparado, relatórios, cadernos de leis de acesso, cartilhas, folders, materiais de treinamento, vídeos, entre outros.	22/09/2012	R\$ 20.160,00
Produto 8 – 560 laudas de materiais, tais como guias de implementação, referenciais teóricos e legais, estudos de direito comparado, relatórios, cadernos de leis de acesso, cartilhas, folders, materiais de treinamento, vídeos, entre outros.	15/11/2012	R\$ 20.160,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: SIMONNY VALERIA SOARES		CPF: 563.830.290-53
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Pagamento proporcional do Produto 4, correspondente a 307 laudas, no valor de R\$ 11.052,00, em decorrência do encerramento do prazo de vigência do contrato. Dessa forma, o contrato foi encerrado no exercício com pagamentos que totalizaram R\$ 54.252,00.		

Fonte: Sistema Fabs web/Unesco

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura	UNESCO
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	Código
Política Brasileira de Acesso a Informações Públicas: garantia democrática do direito a informação, transparência e participação cidadã.	914BRZ5009
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”	
Código do Contrato: CI00417/2012	

Objetivo da Consultoria: Atuar na Coordenação da Conferência Virtual da 1ª Conferência Nacional sobre Transparência e Controle Social - Consocial.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
12/03/2012	11/09/2012	60.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00
Insumos Externos					
No exercício de 2012, foi efetuado gasto no valor de R\$ 1.857,60, relacionado ao pagamento de publicação de edital.					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 1 – Plano de trabalho contendo o detalhamento da equipe necessária e das atividades a serem desenvolvidas para a instrumentalização da Conferência Virtual da 1ª Conferência Nacional sobre Transparência e Controle Social – Consocial.			11/04/2012	R\$ 12.000,00	
Produto 2 – Projeto Executivo de curso de capacitação para os profissionais que atuarão na mediação das discussões da Conferência Virtual da 1ª Consocial.			11/05/2012	R\$ 8.000,00	
Produto 3 – Relatório com a consolidação das proposições priorizadas durante a Conferência Virtual da 1ª Consocial.			11/06/2012	R\$ 18.000,00	
Produto 4 – Relatório crítico da Conferência Virtual, contendo a descrição das ações desenvolvidas ao longo do processo, bem como uma análise crítica dos meios empregados na conferência e propostas para seu aprimoramento.			11/09/2012	R\$ 22.000,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor: SORAIA SILVA DE MELLO				CPF: 173.351.588-77	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: O contrato foi encerrado no exercício de 2012, com todos os produtos aprovados e pagos.					

Fonte: Sistema Fabs web/Unesco

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura	UNESCO
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	Código

Política Brasileira de Acesso a Informações Públicas: garantia democrática do direito a informação, transparência e participação cidadã.					914BRZ5009
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato: CI01234/2012					
Objetivo da Consultoria: Subsidiar o planejamento e a implementação do processo de participação social na revisão e monitoramento do Plano de Ação do Brasil na Parceria para Governo Aberto - Open Government Partnership (OGP), sob a coordenação da Controladoria-Geral da União (CGU) e da Secretaria-Geral da Presidência da República (SG/PR), em consonância com as diretrizes e propostas do documento “Mobilização e Participação Social – Parceria para o Governo Aberto – OGP”.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
21/11/2012	20/11/2013	120.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00
Insumos Externos					
No exercício de 2012, foi efetuado gasto no valor de R\$ 1.193,40, relacionado ao pagamento de publicação de edital.					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 1 – Projeto executivo da etapa virtual, inclusive devolutiva, para revisão participativa do Plano de Ação do Brasil junto à OGP, contendo a descrição dos objetivos, da metodologia, do funcionamento do ambiente virtual, das regras e dos prazos para participação.			10/12/2012	R\$ 15.000,00	
Produto 2 – Documento técnico contendo o fio lógico do Encontro “Diálogos Governo e Sociedade Civil – OGP”, ou seja, a descrição detalhada da metodologia do evento – com enfoque participativo e inovador – responsáveis e insumos necessários.			21/12/2012	R\$ 15.000,00	
Produto 3 – Relatório da análise e comparação das propostas finais da 1ª Conferência Nacional sobre Transparência e Controle Social – Consocial com o resultado do processo de revisão do Plano de Ação do Brasil junto à OGP.			21/01/2013	R\$ 8.000,00	
Produto 4 – Relatório descritivo do processo e do resultado da revisão participativa do Plano de Ação do Brasil junto à OGP – contexto geral, histórico, fluxograma, metodologia, etapas, participantes.			20/02/2013	R\$ 15.000,00	
Produto 5 – Sistematização das propostas apresentadas pela sociedade civil para o novo Plano de Ação do Brasil junto à OGP.			20/03/2013	R\$ 17.000,00	
Produto 6 – Projeto executivo de monitoramento do Plano de Ação do Brasil junto à OGP – versão revisada, de caráter conceitual e estratégico, para subsidiar o ambiente virtual de monitoramento, meios de interação com a sociedade, etc.			03/05/2013	R\$ 16.000,00	

Produto 7 – Documento técnico contendo o mapa conceitual do site da OGP Brasil com indicações de conteúdo e requisitos técnicos.	07/06/2013	R\$ 12.000,00
Produto 8 – Relatório analítico do processo de revisão e monitoramento do Plano de Ação do Brasil junto à OGP, contendo a avaliação das ações desenvolvidas e dos resultados obtidos, bem como propostas para aprimoramento, tendo como referência os processos similares realizados nos outros Países integrantes.	20/11/2013	R\$ 22.000,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: SORAIA SILVA DE MELLO	CPF: 173.351.588-77	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: A execução do contrato segue em conformidade com o cronograma pactuado, tendo sido pagos os dois primeiros produtos previstos para o exercício de 2012.		

Fonte: Sistema Fabs web/Unesco

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização					Sigla
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura					UNESCO
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto					Código
Política Brasileira de Acesso a Informações Públicas: garantia democrática do direito a informação, transparência e participação cidadã.					914BRZ500 9
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato: CI00334/2012					
Objetivo da consultoria: Desenvolver e documentar o Sistema de Registro e Atendimento de Solicitações de Informações para viabilizar a implementação da Lei de Acesso a Informações - Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
05/03/2012	04/09/2012	48.000,00	48.000,00	48.000,00	48.000,00
Insumos Externos					
No exercício de 2012, foi efetuado gasto no valor de R\$ 1.857,60, relacionado ao pagamento de publicação de edital.					
Produtos Contratados					

Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Produto 1 – Programas-fonte produzidos nas atividades de codificação e testes dos módulos de Registro do Pedido de Informação e de Cadastro de Usuário.	19/03/2012	R\$ 10.000,00
Produto 2 – Programas-fonte produzidos nas atividades de codificação e testes do módulo Registro de Resposta.	04/04/2012	R\$ 10.000,00
Produto 3 – Programas-fonte produzidos nas atividades de codificação e testes do módulo Registro de Recursos.	19/04/2012	R\$ 10.000,00
Produto 4 – Programas-fonte produzidos nas atividades de codificação e testes do módulo de Relatórios.	04/05/2012	R\$ 10.000,00
Produto 5 – Adequação do módulo de Recursos, contemplando a segunda instância recursal no âmbito de cada órgão; e desenvolvimento de 2 web services, de modo a atender demanda de fornecimento automático das informações do sistema aos órgãos.	04/09/2012	R\$ 8.000,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: THIAGO FEITOSA DE ABREU		CPF: 957.444.281-00
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: O contrato foi encerrado no exercício de 2012, com todos os produtos aprovados e pagos.		

Fonte: Sistema Fabs web/Unesco

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Banco Interamericano de Desenvolvimento				BID	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Apoio ao Observatório da Despesa Pública para Combater a Corrupção.				ATN/AA-12006-BR	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato: S/Nº					
Objetivo da consultoria: Elaborar o Planejamento Estratégico do Observatório da Despesa Pública – ODP, para o período de 2012 a 2017, com vistas à implementação de ações que direcionem e aperfeiçoem a atuação do ODP em sua atribuição de monitorar os gastos públicos para prevenção e combate à corrupção.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício

19/11/2012	18/01/2013	19.962,00	9.962,00	2.000,00	2.000,00
Insumos Externos					
No exercício de 2012, foi efetuado gasto no valor de R\$ 400,00, relacionado às Obrigações Patronais (Contribuições Previdenciárias).					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega		Valor
Produto 1 – Plano de trabalho incluindo: metodologia, cronograma de atuação e resultados esperados.			20/11//2012		R\$ 1.000,00
Produto 2 – Apresentação inicial, de acordo com o item 5.III do Anexo A - Termo de Referência.			21/11/2012		R\$ 1.000,00
Produto 3 – Relatório preliminar do Planejamento Estratégico do Observatório da Despesa Pública – ODP para o período de 2012 a 2017, de acordo com o item 5.V do Anexo A - Termo de Referência.			19/12/2012		R\$ 5.000,00
Produto 4 – <i>Workshop</i> para apresentação e validação final do Planejamento Estratégico do ODP 2012–2017.			23/11/2012		R\$ 2.962,00
Produto 5 – Relatório final contemplando o Planejamento Estratégico do ODP 2012–2017, conforme item 5.VII do Anexo A - Termo de Referência.			09/01/2013		R\$ 10.000,00
Consultor contratado					
Nome do consultor: EVALDO JOSÉ BAZEGGIO				CPF: 296.533.479-34	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Os produtos pactuados estão em elaboração com a participação e envolvimento dos servidores e funcionários lotados na Diretoria de Informações Estratégicas da SPCI e serão entregues no exercício seguinte.					

Fonte: Processo: 00190.026408/2012-63 – CGU/PR

28.2 Análise Crítica

A estratégia de contratação de consultores na modalidade “produto” no âmbito de projetos de cooperação técnica com organismos internacionais apresentou bons resultados para atendimento às demandas que requerem conhecimentos específicos, não contemplados no perfil dos servidores da CGU. Observa-se, ainda, que essa estratégia permitiu a internalização de novos conhecimentos para o órgão, visto que os processos de contratação sempre contam com participação de servidores da casa, seja na coordenação das demandas, seja na revisão dos produtos entregues.

O significativo alcance dos resultados esperados pelo Projeto 914BRZ5009 contribuiu para a plena e efetiva implantação da Lei de Acesso à Informação, no âmbito do poder executivo federal brasileiro. As ações desenvolvidas pelo projeto contribuíram para a organização e capacitação de toda estrutura pública federal para gestão dos pedidos de informações advindos da sociedade, estando os órgãos públicos brasileiros capacitados a operar em um nível de eficiência, quando se

trata de área inteiramente nova, onde não havia cultura anterior de abertura de informação para o cidadão, superando as expectativas mais otimistas.

No exercício de 2012, houve a contratação de um consultor, por intermédio do Projeto BID ATN/AA-12006-BR - Apoio ao Observatório da Despesa Pública para Combater a Corrupção, com o objetivo de elaborar o Planejamento Estratégico do Observatório da Despesa Pública – ODP, para o período de 2012 a 2017, com vistas à implementação de ações que direcionem e aperfeiçoem a atuação do ODP em sua atribuição de monitorar os gastos públicos para prevenção e combate à corrupção. Os produtos pactuados estão em elaboração com a participação e envolvimento dos servidores e funcionários lotados na Diretoria de Informações Estratégicas da SPCI e serão entregues no exercício seguinte.

50 PARTE B, ITEM 38, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119/2012

ITEM 38. INFORMAÇÕES SOBRE O ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES RELACIONADAS AO TERMO DE PARCERIA, CONTEMPLANDO, ENTRE OUTROS, A FORMA DE ESCOLHA DO PARCEIRO, A EXECUÇÃO DO CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E OS RESULTADOS DA PARCERIA.

50.1 Avaliação do Termo de Parceria Celebrado pela Unidade Jurisdicionada

Quadro B.38.1 – Identificação dos Termos de Parceria Vigentes no Exercício

Informações da Entidade Parceira	CNPJ	04.936.855/0001-80
	Nome	INSTITUTO DE CULTURA DE CIDADANIA
	Âmbito de Atuação (art. 3º da Lei nº 9.790/99)	
	Regulamento da Contratação de Obras e Serviços (art. 14 da Lei nº 9.790/99)	
Informações do Termo de Parceria	Número	662097
	Data Celebração	06/07/11
	Registrado no SICONV?	Não
	Forma de Escolha da Entidade Parceira	
	Objeto	Desenvolvimento, em conjunto, de ações de comunicação pública destinadas a promoção da cidadania e da transparência, ao estímulo ao controle social da Gestão Pública e ao combate a corrupção.

	UJ Parceira	Nome	Coordenação Geral de Planejamento e Orçamento	
		UG SIAFI	170940	
	Período Vigência	Início	6/7/2011	
		Fim	2/1/2013	
	Valor Global (em R\$ 1,00)	Da UJ	450.000,00	
Da Entidade		-		
Informações da Entidade Parceira	CNPJ	03.571.810/0001-96		
	Nome	AMARRIBO BRASIL		
	Âmbito de Atuação (art. 3º da Lei nº 9.790/99)			
	Regulamento da Contratação de Obras e Serviços (art. 14 da Lei nº 9.790/99)			
Informações do Termo de Parceria	Número	667414		
	Data Celebração	08/07/11		
	Registrado no SICONV?	Não		
	Forma de Escolha da Entidade Parceira			
	Objeto	Implementação dos compromissos assumidos pelo Governo Brasileiro no memorando de entendimento sobre a 15th International Anti-Corruption Conference.		
	UJ Parceira	Nome	Coordenação Geral de Planejamento e Orçamento	
		UG SIAFI	170940	
	Período Vigência	Início	8/7/2011	
		Fim	8/7/2013	
	Valor Global (em R\$ 1,00)	Da UJ	8.384.251,00	
Da Entidade		-		

Fonte: SIAFI Gerencial e SIAFI

50.2 Valores Repassados em Razão de Termos de Parceria Firmados

Quadro B.38.2 – Demonstração dos Valores Mensais Repassados no Exercício em Razão de Termo de Parceria

Identificação da Entidade Parceira			
Nome	INSTITUTO DE CULTURA DE CIDADANIA		
CNPJ	04.936.855/0001-80		
Valores Repassados no Exercício (R\$ 1,00)			
No Primeiro Semestre		No Segundo Semestre	
Janeiro	-	Julho	-
Fevereiro	50.000,00	Agosto	-
Março	-	Setembro	50.000,00
Abril	-	Outubro	-
Maio	50.000,00	Novembro	-
Junho	-	Dezembro	-
Total	100.000,00	Total	50.000,00

Identificação da Entidade Parceira			
Nome	AMARRIBO BRASIL		
CNPJ	03.571.810/0001-96		
Valores Repassados no Exercício (R\$ 1,00)			
No Primeiro Semestre		No Segundo Semestre	
Janeiro	726.054,00	Julho	706.054,00
Fevereiro	-	Agosto	-
Março	-	Setembro	-

Abril	-	Outubro	3.555.405,00
Mai	201.804,00	Novembro	2.250.000,00
Junho	-	Dezembro	166.668,28
Total	927.858,00	Total	6.678.127,28

Fonte: SIAFI Gerencial e SIAFI

Quadro B.38.3 – Dados agregados dos Termos de Parceria de Exercícios antecedentes ao de Referência

Exercícios	Quantidade de Termos Vigentes	Montante Repassado no Exercício
		(em R\$ 1,00)
2011	2	882.814,72
2010	1	-

Fonte: SIAFI Gerencial e SIAFI

50.3 Estrutura de Acompanhamento dos Resultados dos Termos de Parceria Firmados

O preenchimento dos campos do quadro B.38.4 abaixo não se aplica visto que a Comissão de Avaliação será formalmente constituída para apreciação definitiva da Prestação e Contas Final do Termo de Parceria.

Quadro B.38.4 – Composição da Comissão de Avaliação do Resultado da Parceria (Art. 11, § 1º da Lei nº 9.790/99)

Membros da Comissão – Amarribo Brasil			Ato de Designação
Nome	CPF	Órgão que Representa	
Luis Carlos Domingues Pereira	270.809.351-72	CGU	Portaria SE nº 1.889, de 16/09/2011
Petronio Lima Bezerra	647.203.674-49	CGU	Portaria SE nº 1.889, de 16/09/2011
Leo Roberto Galdino Torresan	023.868.288-91	AMARRIBO BRASIL	Portaria SE nº 1.889, de 16/09/2011
Fabiana Vieira Lima	Não informado	CONSELHO DE TRANSPARÊNCIA PÚBLICA E COMBATE À CORRUPÇÃO	Portaria SE nº 2.880, de 28/12/2012

Fonte: Secretaria de Prevenção da Corrupção e Informações Estratégicas

Obs.: Com relação à entidade Instituto de Cultura de Cidadania, não há comissão de avaliação formalmente constituída.

Quadro B.38.5 – Demonstrativo das Prestações de Contas Apresentadas no Exercício

CNPJ da Entidade Parceira	Data da Apresentação das Contas	Período de Referência		Situação da Análise*	Decisão**
		Data Início	Data Fim		
04.936.855/0001-80	07/12/2010	20/07/2010	30/11/2010	Concluída	Aprovada
04.936.855/0001-80	15/04/2011	20/07/2010	31/03/2011	Concluída	Aprovada
04.936.855/0001-80	14/10/2011	07/07/2011	30/09/2011	Concluída	Aprovada
04.936.855/0001-80	16/01/2012	07/07/2011	31/12/2012	Concluída	Aprovada
04.936.855/0001-80	17/04/2012	07/07/2011	31/03/2012	Concluída	Aprovada
04.936.855/0001-80	12/07/2012	07/07/2011	30/06/2012	Concluída	Aprovada
04.936.855/0001-80	19/10/2012	07/07/2011	30/09/2012	Concluída	Aprovada
04.936.855/0001-80	07/03/2013	07/07/2011	31/12/2012	Em andamento	Em exigência para sanar pendências.
03.571.810/0001-96	07/10/2011	01/08/2011	30/09/2011	Concluída	Aprovada
03.571.810/0001-96	30/01/2012	01/10/2011	30/11/2011	Concluída	Aprovada
03.571.810/0001-96	05/03/2012	01/12/2011	31/01/2012	Concluída	Aprovada
03.571.810/0001-96	22/05/2012	01/02/2012	31/03/2012	Concluída	Aprovada
03.571.810/0001-96	20/06/2012	01/04/2012	31/05/2012	Concluída	Aprovada
03.571.810/0001-96	Não informado.	01/06/2012	31/07/2012	Concluída	Aprovada
03.571.810/0001-96	28/11/2012	01/08/2012	30/09/2012	Concluída. A Comissão de Avaliação emitiu um Relatório Único utilizado para a análise da 7ª e 8ª prestações de contas, compreendendo os bimestres: agosto-setembro e outubro-novembro de 2012.	Aprovada
*Situação da Análise:		**Decisão:			
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Concluída ▪ Em andamento ▪ Não iniciada 		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aprovada ▪ Reprovada ▪ Em exigência 			

Fonte: Secretaria de Prevenção da Corrupção e Informações Estratégicas

Obs.: Com relação ao Instituto de Cultura de Cidadania, as prestações de contas apresentadas em 07/12/2010 e 15/04/2011 são referentes ao Termo de Parceria Originário. As demais prestações apresentadas pela entidade são referentes a 06 parcelas iguais de R\$ 50.000,00, de acordo com o Termo Aditivo nº 01/2011/CGU, de 06/07/2011.

50.4 Avaliação dos Resultados Obtidos com a Parceria

O quadro **B.38.6 – Demonstrativo dos Indicadores Pactuados com a Entidade Parceira** não foi preenchido por não existir, até o momento, indicadores que avaliem os resultados das parcerias firmadas, conforme exposto abaixo:

Instituto de Cultura de Cidadania:

O modelo de demonstração solicitado acima não é compatível com a metodologia adotada para aferição dos indicadores de resultados pactuados com a entidade. Entretanto, tais indicadores, assim como os objetivos e metas, estão expressos no plano de trabalho apresentado pela entidade e foram objeto das avaliações de cumprimento do Termo de Parceria.

Amarribo Brasil:

Com relação à aferição dos resultados da parceria CGU-Amarribo, ao invés de uma avaliação que atribuisse nota ao desempenho da OSCIP, a Comissão adotou como padrão – a partir da segunda avaliação – um relatório descritivo do andamento das metas, etapas e ações previstas, iniciadas ou concluídas no bimestre analisado, que contou com os seguintes tópicos e características:

Parte 1: Considerações Iniciais, que apresentava as etapas, ações e atividades avaliadas, ao mesmo tempo em que as relaciona entre si e com o andamento geral da execução do Termo de Parceria.

Parte 2: Metodologia, de modo a esclarecer a forma como as metas e etapas foram avaliadas, bem como eventuais alterações nos critérios de avaliação.

Parte 3: Avaliação das Metas, Etapas e Ações, com vistas a monitorar e avaliar o nível de execução do Programa de Trabalho; o conteúdo da prestação de contas; as dificuldades e justificativas da OSCIP; e a regularidade na aplicação dos recursos repassados pela CGU. Para cada etapa avaliada, foi aplicado um conceito que qualificava o desempenho da OSCIP no quesito, em relação às metas e indicadores previstos, e contou com as seguintes gradações:

- Executada dentro do prazo.
- Executada além do prazo.
- Parcialmente executada com justificativa.
- Parcialmente executada sem justificativa.
- Não executada com justificativa.
- Não executada sem justificativa.
- Impossibilidade de avaliação.

Parte 4: Recomendações destinadas a corrigir, aperfeiçoar ou esclarecer aspectos da prestação de contas analisada.

SEÇÃO IV**RESULTADOS E CONCLUSÕES**

Diante do contido no presente Relatório, pode-se concluir que a Controladoria-Geral da União (CGU) atuou no exercício de 2012, em consonância com os objetivos traçados para o período, observando os princípios e regras que disciplinam os atos de gestão da Administração Pública Federal, atingindo os resultados esperados para o ano.

As principais dificuldades encontradas para o pleno alcance das metas fixadas para o exercício, como já explicitado, decorreram da escassez crônica de recursos humanos decorrente da perda de servidores e da reposição insuficiente, assim como dos limites orçamentários e para despesas com diárias e passagens impostos, decisões estas que não estão na alçada dos gestores da CGU. Ações junto aos órgãos competentes, para mitigar tais obstáculos são tomadas sistematicamente por esta Controladoria.

Brasília, 30 de março de 2013.

CARLOS HIGINO RIBEIRO DE ALENCAR

Secretário-Executivo

Controladoria-Geral da União

Presidência da República

ANEXO I -

Quadro A.3.1 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.			X		
Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			X		
A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				X	
Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.			X		
É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			X		
É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			X		
A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		X			
Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		X			
Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					X
Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X

Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				X	
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			X		
As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			X		
As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.			X		
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					X
A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					X
A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					X
Monitoramento	1	2	3	4	5
O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.		X			
O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			X		
O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
Análise Crítica:					

Escala de valores da Avaliação:

- (1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.
- (2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.
- (3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.
- (4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.
- (5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.

Fonte: Diretoria de Gestão Interna

ANEXO II

Quadro A.4.11 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG Concedente ou Receptora	Classificação da Ação	1 - Pessoal e Encargos Sociais	2 - Juros e Encargos da Dívida	3 - Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	110174	04122210109HB0001	92.429.131,94		
			041222101110C0001			7.743,78
			04122210120000001			20.607.609,50
			04122210120000101			4.070.051,00
			04122210120TP0001	452.977.207,64		
			04122210149980001			444.586,80
			0412421012B130001			10.478.823,98
			0412421012B150001			2.094.264,06
			0412421012D580001			11.307.880,36
			04128210145720001			1.414.131,78
			04301210120040001			3.841.859,00
			04306210120120001			8.627.744,62
			04331210120110001			35.234,10
			04365210120100001			398.957,00
	09272008901810001	62.807.535,20				
	Recebidos	110175	04122210109HB0001	92.426.314,86		
			04122210120000001			1.078.074,25
			04122210120TP0001	434.742.125,35		
			0412421012B130001			174.657,76
			0412421012D580001			1.357.649,73
			04128210145720001			1.084.264,88
			04301210120040001			3.827.415,00
			04306210120120001			8.559.321,90
			04331210120110001			27.137,50

			04365210120100001			395.537,00
			09272008901810001	61.429.538,07		
		110176	04122210120000001			341.738,82
			04122210149980001			78.759,18
			0412421012B130001			1.604.444,85
			0412421012B150001			225.128,03
			0412421012D580001			4.269.741,38
			04128210145720001			253.297,39
			110576	0412421012B130001		
		170940	04122210109HB0001	2.817,08		
			041222101110C0001			7.743,78
			04122210120000001			19.187.796,43
			04122210120000101			4.070.051,00
			04122210120TP0001	18.235.082,29		
			04122210149980001			365.827,62
			0412421012B130001			8.299.165,37
			0412421012B150001			1.869.136,03
			0412421012D580001			5.680.489,25
			04128210145720001			76.569,51
			04301210120040001			14.444,00
			04306210120120001			68.422,72
			04331210120110001			8.096,60
			04365210120100001			3.420,00
			09272008901810001	1.377.997,13		
Movimentação Externa	Concedidos	020054	0412421012D580001			8.240,53
		153163	0412421012B130001			552.118,78
		170009	04122210120000001			21.120,00
			04122210149980001			34.408,83
			0412421012B130001			68.654,40

		0412421012B150001		324.431,42
		0412421012D580001		251.343,55
		04128210145720001		35.887,20
	170025	041222101110C0001		72.112,00
		04122210120000001		673.045,11
		0412421012B130001		35.121,42
		0412421012B150001		640,00
		0412421012D580001		110.026,43
	170032	04122210120000001		200.103,16
		0412421012B130001		27.141,05
		0412421012D580001		84.436,77
	170038	04122210120000001		438.759,13
		0412421012B130001		6.619,20
		0412421012B150001		1.531,60
		0412421012D580001		150.966,86
	170042	0412421012D580001		741,23
	170045	04122210120000001		347.772,51
		0412421012B130001		10.241,00
		0412421012D580001		28.295,54
	170050	041222101110C0001		385,00
		04122210120000001		777.910,80
		0412421012B130001		999,00
		0412421012D580001		55.934,45
	170055	041222101110C0001		221.980,00
		04122210120000001		689.463,10
		0412421012B130001		2.748,82
		0412421012D580001		115.908,51
	170064	041222101110C0001		3.809,36
		04122210120000001		444.950,63

		0412421012B130001		1.500,00
		0412421012D580001		3.918,77
	170069	041222101110C0001		26.200,00
		04122210120000001		244.702,51
		0412421012B130001		7.156,25
		0412421012D580001		2.804,79
	170075	041222101110C0001		5.705,00
		04122210120000001		585.407,88
		04122210149980001		68.389,88
		0412421012B130001		2.000,00
		0412421012D580001		356.429,13
	170077	04128210145720001		5.580,00
	170085	041222101110C0001		43.391,00
		04122210120000001		1.071.731,24
		0412421012B130001		8.751,54
		0412421012D580001		93.493,25
	170100	041222101110C0001		1.200,00
		04122210120000001		242.112,43
		0412421012B130001		3.601,05
		0412421012D580001		15.955,12
	170106	041222101110C0001		16.100,00
		04122210120000001		187.171,07
		0412421012B130001		20.098,86
		0412421012D580001		64.771,09
	170114	041222101110C0001		237.196,74
		04122210120000001		514.655,43
		0412421012B130001		2.235,68
		0412421012D580001		10.186,12
	170131	04122210120000001		546.648,47

		0412421012D580001			179.260,51
	170153	04122210120000001			117.658,02
		0412421012B130001			549,67
		0412421012B150001			110,00
		0412421012D580001			81.096,08
	170166	041222101110C0001			6.714,03
		04122210120000001			330.774,36
		0412421012D580001			50.013,00
		04128210145720001			20.000,00
	170175	04122210120000001			390.509,68
		0412421012B130001			1.100,00
		0412421012D580001			175.885,58
	170190	041222101110C0001			1.015,51
		04122210120000001			248.486,96
		0412421012B130001			5.257,07
		0412421012D580001			19.135,88
	170195	041222101110C0001			730,00
		04122210120000001			681.247,01
		0412421012B130001			6.412,50
		0412421012D580001			27.274,47
	170205	04122210120000001			118.500,00
	170207	04122210120000001			450.261,81
		0412421012B130001			2.056,00
		0412421012D580001			16.100,00
	170214	041222101110C0001			278.782,58
		04122210120000001			435.013,39
		0412421012B130001			327,61
		0412421012D580001			49.168,49
	170344	04122210120000001			139.715,41

		0412421012B130001		3.500,00
		0412421012D580001		9.507,00
	170345	041222101110C0001		22.935,00
	170345	04122210120000001		134.958,46
	170345	0412421012B130001		1.500,00
	170345	0412421012D580001		5.600,00
	170346	04122210120000001		242.306,60
	170346	0412421012B130001		2.496,10
	170346	0412421012D580001		5.893,95
	170347	041222101110C0001		29.000,00
	170347	04122210120000001		245.195,63
	170347	0412421012B130001		13.200,00
	170347	0412421012D580001		1.500,00
	170531	04122210120000001		198.710,41
	180002	04122210120000001		1.218.598,97
	180002	0412421012B150001		329.022,82
	240005	0412421012B130001		100.000,00
	250013	04122210120000001		470,43
	Recebidos	02061056563590001		9.930,00
		02061056842360001		9.930,00
		03128210145720001		9.930,00
		12122210920RH0001		9.930,00
		12128210945720029		1.112,64
		13128210745720001		9.930,00
		19128210645720001		9.930,00
		26128212645720001		9.930,00
		170940	01128055040910001	

Natureza da Movimentação de Crédito		UG Concedente ou Receptora	Classificação da Ação	4 - Investimentos	5 - Inversões Financeiras	6 - Amortização da Dívida	
Movimentação Interna	Concedidos	110174	041222101110C0001	122.229,40			
			04122210120000001	7.946.707,52			
			0412421012B130001	320.934,00			
	Recebidos	110576	0412421012B130001	320.934,00			
			170940	041222101110C0001	122.229,40		
				04122210120000001	7.946.707,52		
Movimentação Externa	Concedidos	170032	04122210120000001	6.992,00			
		170038	04122210120000001	890,00			
		170050	041222101110C0001	5.880,00			
			04122210120000001	19.353,35			
		170075	04122210120000001	4.105,00			
		170085	041222101110C0001	3.264,00			
		170100	04122210120000001	4.970,99			
		170106	041222101110C0001	1.701,00			
			04122210120000001	609,40			
		170114	041222101110C0001	790,44			
			04122210120000001	2.828,80			
		170131	041222101110C0001	449.738,00			
			04122210120000001	1.176,00			
		170195	041222101110C0001	5.288,00			
			04122210120000001	5.490,00			
		170207	041222101110C0001	146.000,00			
		170214	041222101110C0001	732.406,00			
		170344	04122210113LM0101	1.600.000,00			
			04122210120000001	3.305,00			
		170345	041222101110C0001	32.703,16			

		0412221012000001	10.906,94		
	Recebidos				

Fonte: SIAFI Gerencial

ANEXO III

Quadro A.4.13 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – créditos originários

Valores em R\$ 1,00

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos*	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
1 - Pessoal e Encargos Sociais	606.136.045,47	600.186.476,37	605.579.023,49	599.736.476,37	557.021,98	450.000,00	605.155.820,22	599.733.805,45
11 - Vencimentos e Vantagens Fixos	445.517.784,73	450.978.531,83	445.467.784,73	450.978.531,83	50.000,00	-	445.458.035,43	450.978.531,83
13 - Obrigações Patronais - Op. Intra Orçamentárias	92.575.766,52	95.014.108,85	92.575.766,52	95.014.108,85	-	-	92.575.766,52	95.014.108,85
01 - Aposentadorias RPPS, Reser. E Refor. Militar	58.594.402,15	45.918.439,26	58.594.402,15	45.918.439,26	-	-	58.594.402,15	45.918.439,26
Demais elementos da despesa	9.448.092,07	8.275.396,43	8.941.070,09	7.825.396,43	507.021,98	450.000,00	8.527.616,12	7.822.725,51
3- Outras Despesas Correntes	79.223.784,84	70.777.733,34	72.650.640,81	63.633.447,22	6.573.144,03	7.144.286,12	72.188.853,52	61.435.191,75
39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	30.777.368,06	34.065.945,50	26.411.899,63	27.457.837,34	4.365.468,43	6.608.108,16	26.239.006,34	26.089.853,44
37 - Locação de Mão de Obra	13.525.426,07	10.891.153,10	12.143.899,01	10.799.555,64	1.381.527,06	91.597,46	12.143.899,01	10.799.459,18
46 - Auxílio Alimentação	8.601.842,52	8.890.065,12	8.601.842,52	8.890.065,12	-	-	8.601.842,52	8.890.065,12
Demais elementos da	26.319.148,19	16.930.569,62	25.492.999,65	16.485.989,12	826.148,54	444.580,50	25.204.105,65	15.655.814,01

despesa								
---------	--	--	--	--	--	--	--	--

DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos*	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
4- Investimentos	11.321.816,23	9.707.603,38	2.918.799,78	2.250.643,07	8.403.016,45	7.456.960,31	2.826.939,78	2.242.173,07
52 - Equipamentos e Material Permanente	7.131.561,35	4.206.758,28	1.346.572,90	721.345,18	5.784.988,45	3.485.413,10	1.330.712,90	712.875,18
39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	2.307.145,35	3.215.680,75	287.293,35	641.657,94	2.019.852,00	2.574.022,81	211.293,35	641.657,94
51 - Obras e Instalações	1.876.207,84	2.245.164,35	1.278.031,84	887.639,95	598.176,00	1.357.524,40	1.278.031,84	887.639,95
Demais elementos da despesa	6.901,69	40.000,00	6.901,69	-	-	40.000,00	6.901,69	-

Fonte: SIAFI Gerencial

ANEXO IV

Quadro A.4.15 – Despesas Por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

Valores em R\$ 1,00

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
1 – Despesas de Pessoal	-	-	-	-	-	-	-	-
Nome 1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
2 – Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
3 – Outras Despesas Correntes	70.622,64	23.804,91	69.510,00	23.799,83	1.112,64	5,08	69.510,00	23.799,83
39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	69.510,00	17.766,83	69.510,00	17.761,75	-	5,08	69.510,00	17.761,75
36 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	1.112,64	5.847,20	-	5.847,20	1.112,64	-	-	5.847,20

33 - Passagens e Despesas com Locomoção	-	190,88	-	190,88	-	-	-	190,88
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4 – Investimentos	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
5 – Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
6 – Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-

Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
---------------------------	---	---	---	---	---	---	---	---

Fonte: SIAFI Gerencial

ANEXO V

Quadro A.5.3 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome:		Coordenação Geral de Planejamento e Orçamento							
CNPJ:					UG/GESTÃO: 170940				
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
3	01/2008	ESAF - 00190.025457/2007-11	5.042.736,80	0,00	40.992,00	4.531.915,45	01/07/08	30/06/12	
3	05/2011	UNIVERSIDADE DE SANTA CATARINA - 00190.011272/2011-14	792.118,78	0,00	552.118,78	712.118,78	09/06/11	08/09/12	
3	07/2011	UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO NORTE	1.500.000,00	0,00	0,00	0,00	21/06/11	31/12/13	
4	01/2012	IMPrensa NACIONAL - 00190.024138/2012-56	480.000,00	0,00	1.298,52	1.298,52	19/10/12	18/10/17	
LEGENDA									
Modalidade:					Situação da Transferência:				
1 - Convênio					1 - Adimplente				
2 - Contrato de Repasse					2 - Inadimplente				
3 - Termo de Cooperação					3 - Inadimplência Suspensa				

4 - Termo de Compromisso	4 - Concluído
	5 - Excluído
	6 - Rescindido
	7 - Arquivado

Fonte: SIAFI Gerencial e SIAFI

ANEXO VI

Quadro A.5.12 - Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo “B” e CPGF)

Valores em R\$ 1,00

Suprimento de Fundos							
Exercícios	Conta Tipo “B”		Saque		Fatura		Total (R\$)
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	Quantidade* (1)	(c) Valor	(a+b+c)
2012	-	-	5	600,00	176	34.837,23	35.437,23
2011	-	-	2	190,00	200	38.382,72	38.572,72
2010	-	-	3	800,00	209	32.721,68	33.521,68

Fonte: SIAFI Gerencial e SIAFI

*Nota 1: Quantidade de notas fiscais apresentadas na prestação de contas

ANEXO VII

Quadro A.6.6 - Quadro de Custos de Pessoal no Exercício de Referência e nos dois Anteriores

Valores em R\$ 1,00

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Membros de Poder e Agentes Políticos										
Exercícios	2012	55.342,56		4.611,88	8.907,71	3.648,00				72.510,15
	2011	53.037,12		19.803,81	6.601,27	3.648,00				83.090,20
	2010	56.929,11		8.455,58	2.818,53	1.943,88				70.147,10
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão										
Exercícios	2012	383.929.411,59		48.723.741,72	16.241.247,24	9.267.471,07	8.048.637,91	691.786,17		466.902.295,70
	2011	385.060.310,32		48.867.261,90	16.629.087,30	9.294.769,24	8.072.345,90	693.823,89		468.277.598,55
	2010	358.108.935,61		47.509.625,64	15.836.541,88	9.988.099,00	7.809.233,00	643.285,66		439.895.720,79
Servidores com Contratos Temporários										
Exercícios	2012									
	2011									
	2010									
Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença										

Exercícios	2012	15.935.568,14		1.327.964,01	442.654,67	350.208,88	223.409,23				18.279.804,93
	2011	19.421.473,68		1.618.456,14	539.485,38	426.816,00	272.280,00				22.278.511,20
	2010	21.142.491,00		1.815.021,00	605.007,00	598.272,00	715.621,00				24.876.412,00
Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2012	21.769,08		0	2.286,00						24.055,08
	2011	51.025,55		5.696,82	1.898,94						58.621,31
	2010	83.114,63		6.698,72	2.232,91						92.046,26
Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2012	12.604.128,10	1.049.285,01	349.761,13	8.208,22						14.011.382,46
	2011	12.031.044,00	1.002.587,00	334.195,67	5.776,00						13.373.602,67
	2010	12.317.586,00	1.025.936,00	341.978,67	6.992,00						13.692.492,67
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas											
Exercícios	2012	789.891,01	65.853,90	21.971,02							877.715,93
	2011	789.842,04	65.820,17	21.940,06							877.602,27
	2010										

Fonte: SIAPE

ANEXO VIII

Quadro A.6.17 - Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: Controladoria-Geral da União													
UG/Gestão: 170940/00001						CNPJ: 05.914.685/0001-03							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2010	L	O	12/2010	08.573.956/0001-94	14/04/2010	09/10/2012	33	33	1	1	0	0	E
2010	V	O	20/2010	10.496.968/0001-04	09/07/2010	08/07/2013	0	0	44	44	0	0	P
2012	L	O	33/2012	02.843.359/0001-56	15/10/2012	14/10/2013	33	33	1	1	0	0	A
Observações: a) Ressalta-se que o nível de escolaridade exigido para o cargo de “servente” dos Contratos nº 12/2010 e 33/2012 é ensino fundamental incompleto.													
LEGENDA Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Fonte: Coordenação de Gestão de Contratos

ANEXO IX

Quadro A.6.18 - Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra

Unidade Contratante													
Nome: CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO													
UG/Gestão: 170940/00001							CNPJ: 05.914.685/0001-03						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2009	11	O	33/2009	03.283.967/0001-16	27/7/2009	26/7/2012	0	0	2	2	0	0	E
2009	12	O	34/2009	08.157.523/0001-58	27/7/2009	26/7/2013	0	0	67	62	21	19	P
2010	12	O	15/2010	02.843.359/0001-56	10/5/2010	26/7/2013	2	2	8	8	1	1	P
2010	1	O	20/2010	10.496.968/0001-04	9/7/2010	8/7/2013	0	0	44	44	0	0	P
2010	10	O	31/2010	04.621.879/0001-40	05/10/2010	4/10/2013	20	20	2	2	1	1	P
2011	9	O	4/2011	00.991.219/0001-08	18/3/2011	17/7/2012	21	21	3	3	1	1	E
2011	5	O	13/2011	07.951.388/0001-55	1/9/2011	31/8/2013	0	0	5	5	0	0	P
2011	11	O	13/2011	07.951.388/0001-55	1/9/2011	31/8/2013	68	62	56	46	39	32	P
2011	12	O	13/2011	07.951.388/0001-55	1/9/2011	31/8/2013	6	6	3	3	0	0	P
2011	2	O	13/2011	07.951.388/0001-55	1/9/2011	31/8/2013	0	0	3	3	0	0	P
2011	4	O	14/2011	04.356.735/0001-03	1/9/2011	31/8/2013	30	30	0	0	0	0	P
2012	9	O	21/2012	04.768.702/0001-70	17/7/2012	17/3/2013	26	26	3	3	1	1	A
Observações:													
a) Ressalta-se que o nível de escolaridade exigido para os trabalhadores contratados para o serviço de copeiragem (Contrato 14/2011) é ensino fundamental incompleto;													
b) Ressalta-se que o nível de escolaridade exigido para o cargo de Apoio Administrativo III do Contrato 13/2011 é ensino superior incompleto;													
c) Ressalta-se que o nível de escolaridade exigido para o cargo de Carregador do Contrato 13/2011 é ensino fundamental incompleto;													
d) Ressalta-se que o nível de escolaridade exigido para o cargo de Ajudante Geral de Manutenção dos Contratos 4/2011 e 21/2012 é nível fundamental incompleto.													
LEGENDA													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M)													

Área: 1. Segurança; 2. Transportes; 3. Informática; 4. Copeiragem; 5. Recepção; 6. Reprografia; 7. Telecomunicações; 8. Manutenção de bens móveis 9. Manutenção de bens imóveis 10. Brigadistas 11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes 12. Outras	Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.
---	---

Fonte: Coordenação de Gestão de Contratos

QUADRO COMPLEMENTAR – RAZÃO SOCIAL DAS EMPRESAS

Identificação do Contrato	Razão Social da empresa Contratada
33/2009	A SOLUÇÃO – EMPRESA DE SERVIÇOS GERAIS LTDA
4/2011	CDT COMUNICAÇÃO DE DADOS LTDA
21/2012	ENGEMIL ENGENHARIA EMPREENDIMENTO MANUTENÇÃO E INSTALAÇÃO LTDA
31/2010	GUANABA SISTEMA CONTRA INCÊNDIO LTDA-ME
14/2011	GVP CONSULTORIA E PRODUÇÃO DE EVENTOS LTDA ME
34/2009	IMPERIAL SECURITY COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL LTDA-ME
20/2010	ORIENTE – SEGURANÇA PRIVADA LTDA
15/2010	PLANALTO SERVICE LTDA
33/2012	PLANALTO SERVICE LTDA
13/2011	TAC MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS LTDA
13/2011	TAC MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS LTDA
13/2011	TAC MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS LTDA
13/2011	TAC MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS LTDA
12/2010	VERA RUTH DE CARVALHO FIDALGO

ANEXO X

Quadro A.7.3 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ

UF	UG	RIP	Regime	Estado de conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício *	
					Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
DF	170940	9701.17217.500-5	13	3	--	15/02/12	12.646.139,98	1.873.759,74	10.772.380,24
DF	170940	9701.19011.500-0	13	4	--	16/03/12	1.608.602,36	223.064,78	1.385.537,58
DF	170940	9701.27268.500-5	13		--	06/02/13	39.936.235,33	406.162,69	39.530.072,64
AC	170206	0139.00079.500-5	13	7	--	25/11/09	312.074,06	94.623,79	217.450,27
BA	170084	3849.00535.500-1	13	7	--	--	--	--	136.435,00
CE	170044	1389.00436.500-0	13	2	--	27/05/11	--	--	301.238,36
ES	170105	5705.00199.500-9	13	2	--	29/10/12	--	--	889.298,57
MA	170031	0921.00651.500-2	13	3	--	05/12/11	1.516.934,25	1.471.837,50	45.096,75
MG	170099	4123.00052.500-3	13	8	--	16/01/09	840.000,00		
MT	170194	9067.00225.500-6 (3)	13	3	--	17/08/11	41.397.439,92	8.856.437,50	502.480,07
MS	170113	9051.00264.500-2	13	2	--	26/01/12	701.113,23		483.768,12
PA	170023	0427.00494.500-7	13	4	--	14/08/06	1.085.154,02		
PE	170063	2531.00906.500-0	13	8	--	25/07/11	443.166,88	(terreno futura sede CGU/PE)	
PE	170063	2531.00908.500-1	13	8	--	22/11/10	158.833,88	(terreno futura sede CGU/PE)	

PR	170165	7535.00366.500-6 (4)	13	4	--	12/08/2011	--	--	516.591,01
PB	170054	2051.00157.500-2	13	3	--	--	--	--	694.555,93
PI	170063	1219.00113.500-6 (5)	13	7	--	01/10/1979	--	--	390.765,15
RJ	170130	6001.02470.500-5	13		--	27/12/2012	--	--	744.350,51
RS	170189	8801.00333.500-6	13		--	09/08/2011	--	--	228.614,40
SC	170174	8105.00286.500-0	13	6	--	--	--	--	123.939,75
SE	170074	3105.00026.500-8	13	3	--	21/11/11	775.737,85	325.866,59	449.871,26
SP	170152	7107.00615.500-8 (8)	13	4	--	--	--	142.00,00	301.443,98
RN	170049	1761.00448.500-0	13	4	--	--	--	--	113.112,09
RO	170202	0003.00429.500-0 (9)	13	3	--	--	--	--	176.428,88
Total									

Fonte: Consulta as Regionais/SPIU Net; Despesas com manutenção nas instalações: contratos de manutenção predial e elevadores, de conservação, de vigilância, e brigada de incêndio, etc.

ANEXO XI

Quadro A.9.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? 					X
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.					X
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).					X
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos? 	X				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? 			X		
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? Sim, Papel reciclado, através do PE nº 15/2012. 					X
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório? Foi inserida exigência no Termo de Referência no sentido de que os veículos deveriam estar em conformidade com o PROCONVE – Programa de Controle de Poluição do Ar por veículos Automotores.					X
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios? Sim, foi incluído no Termo de Referência do mobiliário, licitado através do PE nº 21/2012, a exigência de que parte do produto fosse constituída com material 100% reciclável.					X
9. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos.					X
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.					X
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua					

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.					X
<p>12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica.</p> <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? <p>Por meio das atividades executadas pela Comissão de Coordenação da Agenda Ambiental – COAMB, tais como: publicação de matérias nos Boletins Agenda Ambiental, publicação periódica divulgada por meio da Intranet da CGU; colocação de adesivos incentivando a economia de água e luz próximos às pias e aos interruptores, respectivamente; organização de seminários/eventos relacionados ao tema “meio ambiente”, dentre outras iniciativas.</p>					X
<p>13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.</p> <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? <p>Por meio das atividades executadas pela Comissão de Coordenação da Agenda Ambiental – COAMB, tais como: publicação de matérias nos Boletins Agenda Ambiental, publicação periódica divulgada por meio da Intranet da CGU; colocação de adesivos incentivando a economia de água e luz próximos às pias e aos interruptores, respectivamente; organização de seminários/eventos relacionados ao tema “meio ambiente”, dentre outras iniciativas.</p>					X
Considerações Gerais:					
<p>LEGENDA</p> <p>Níveis de Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					

Fonte: Diretoria de Gestão Interna

ANEXO XII**Quadro A.10.6 – Modelo de declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV****DECLARAÇÃO**

Declaramos junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2012 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Declaramos, ainda, que a Controladoria-Geral da União não possui Convênios ou Contratos de Repasse firmados no exercício de 2012, razão pela qual não foram necessários os registros no Sistema de Gestão de Convênios – SICONV.

Ressaltamos que os Termos de Parceria firmados pelo Órgão, em exercícios anteriores, foram registrados no Sistema Integrado de Administração Serviços Gerais do Governo Federal – SIASG, tendo em vista que o Portal de Convênios não contemplava, até a data da formalização, as rotinas específicas de celebração daquele tipo de instrumento.

Brasília, 30 de março de 2013.

CARLA BAKSYS PINTO

Diretora de Gestão Interna

Mat Siape nº 1097350

LORENA FÉRRER C.R. POMPEU

Coordenadora-Geral de Planejamento e Orçamento

Mat. SIAPE nº 1097697